

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

GUSTAVO BORDIN SCHUMACHER

**UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O
FUNCIONAMENTO DO JUDÔ PARALÍMPICO NO BRASIL**

Porto Alegre

2018

GUSTAVO BORDIN SCHUMACHER

**UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O
FUNCIONAMENTO DO JUDÔ PARALÍMPICO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Porto Alegre

2018

GUSTAVO BORDIN SCHUMACHER

**UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O
FUNCIONAMENTO DO JUDÔ PARALÍMPICO NO BRASIL**

Conceito Final:

Aprovado em dede

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr(a). Janice Zarpellon Mazo - UFRGS

Prof. Dr. Flávio Antônio de Souza Castro – UFRGS

Prof. Dr. Marcelo de Castro Haiachi – UFS

Orientador – Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS

Aos meus alunos e atletas, por
diariamente me oportunizarem o ato de
educar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família, cada um ao seu jeito, por me abastecerem de virtudes e defeitos na complexa construção do meu SER. Pelo incansável auxílio nesta construção, meus sinceros agradecimentos a Renato Luiz Dutra Costa.

Aos professores Alberto Reinaldo Reppold Filho e Alexandre Velly Nunes, pelas oportunidades confiadas a mim e por todos os aprendizados dentro e fora do campo acadêmico; vocês são exemplos para mim.

Agradecimentos institucionais a UFRGS, ESEFID, PPGCMH, CAPES, CEO, Projeto de Extensão Universitária Bugre Lucena, ACERGS e, em especial, a CBDV que não poupou esforços em me auxiliar neste trabalho, nominalmente agradeço ao Presidente José Antônio Ferreira Freire e a Mariana Erthal Nunes Ramos.

Aos atletas da Equipe ACERGS/UFRGS e demais atletas de judô paralímpico brasileiro, bem como técnicos, árbitros e gestores. Aos meus alunos, pelo carinho e compreensão durante esta jornada.

Obrigado aos colegas do Projeto Bugre Lucena e do PPGCMH, em especial aos colegas do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos, Felipe Marchetti e Geison Garcia.

Muito obrigado a todos os funcionários da ESEFID.

Obrigado, mãe, por ter indicado boa parte deste caminho, da iniciação no judô até o ofício de educador. Camila, obrigado por compartilhar tua vida e tantas jornadas ao meu lado. Odetinha, obrigado por tornar tudo possível.

RESUMO

A estrutura organizacional de uma modalidade esportiva é um fator determinante ao sucesso no esporte de alto rendimento internacional. O presente estudo busca analisar a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro e seu funcionamento. O judô paralímpico é uma modalidade na qual o país vem se destacando e que vem de uma estruturação nacional muito recente. Para atingir o objetivo da pesquisa, foi utilizado o método misto, através da estratégia incorporada concomitante, utilizando como guia o método qualitativo. Para a coleta de dados, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, com representantes de nível nacional relacionados à Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) e a Confederação Brasileira de Judô (CBJ). Paralelamente, em nível municipal/estadual, foram aplicados 54 questionários para os gestores, técnicos e atletas participantes das competições de judô paralímpico organizadas pela CBDV em 2017. Registros de Campo foram gerados a partir da observação das três competições nacionais de judô paralímpico realizadas em 2017. Os resultados indicaram que a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro está fortemente vinculada e dependente da estrutura organizacional do judô brasileiro, o que demonstra não existirem razões para a manutenção de duas organizações demandando diferentes estruturas para o “mesmo esporte”. Entretanto, se a integração destas modalidades não for do interesse das organizações envolvidas, torna-se fundamental a centralização do controle da modalidade pela CBDV, buscando uma independência e autossuficiência no judô paralímpico, a criação e organização de federações estaduais representativas da modalidade, além de fomentar a profissionalização das entidades filiadas.

Palavras-chave: Judô, Paralímpico, Deficientes Visuais, Brasil, Organização Esportiva, Gestão Esportiva.

ABSTRACT

The organizational structure of a sports modality is a determining factor for success in high-performance international sports. The present study aims to analyze the organizational structure of Brazilian Paralympic Judo and its operation. Paralympic judo is a modality in which the country has been emerging and coming from a very recent national structuring. To achieve the research objective, the mixed method was used, through the concomitant incorporated strategy, using as a guide the qualitative method. For the data collection, five semi-structured interviews were conducted, with national level representatives related to the The Brazilian Confederation of Sports for the Visually Impaired (CBDV) and the Brazilian Judo Confederation (CBJ). At the same time, at the municipal / state level, 54 questionnaires were applied to managers, coaches and athletes participating in Paralympic Judo competitions organized by the CBDV in 2017. Field records were generated from the observation of the three national Paralympic judo competitions held in 2017. The results indicated that the organizational structure of Brazilian Paralympic Judo is strongly linked and dependent on the organizational structure of Brazilian judo, which demonstrates that there are no reasons to maintain two organizations demanding different structures for the same sport. However, if the integration of these modalities is not in the interest of the organizations involved, it is essential to centralize the control of the modality by the CBDV, seeking independence and self-sufficiency in the Paralympic judo, the creation and organization of state federations representative of the modality, the professionalization of affiliated entities.

Keywords: Judo, Paralympics, Visual Impairment, Brazil, Sport Management, Sport Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Interações verticais na estrutura organizacional esportiva brasileira voltada ao esporte de alto rendimento.....	37
Figura 2. Evolução do número de entidades participantes das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos.....	53
Figura 3. Esquema demonstrativo da migração dos atletas do judô para participação em eventos de judô paralímpico.....	65
Figura 4. Classificação oftalmológica dos atletas participantes da pesquisa	71
Figura 5. Graduação no judô dos atletas participantes da pesquisa.	72
Figura 6. Técnicos de judô paralímpico participantes da pesquisa, por gênero.....	73
Figura 7. Formação acadêmica em Educação Física dos técnicos participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.....	74
Figura 8. Graduação no judô dos técnicos participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.	75
Figura 9. Graduação de judô dos técnicos participantes da pesquisa.	76
Figura 10. Função exercida pelos Gestores participantes da pesquisa	77
Figura 11. Foto da equipe de arbitragem do Grand Prix Internacional INFRAERO de judô para Cegos 2017 em São Paulo.....	79
Figura 12. Foto da equipe de arbitragem do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 em Porto Alegre	79
Figura 13. Graduação no judô dos árbitros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 e das Paralimpíadas Escolares 2017.....	80
Figura 14. Evolução no número de atletas nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2011 a 2017	94
Figura 15. Número total de atletas brasileiros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017	95
Figura 16. Número de atletas brasileiros por naipe e categoria no Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, em São Paulo, 2017.....	96
Figura 17. Número de atletas por naipe e categoria no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, em Porto Alegre, 2017.	97
Figura 18. Atletas inscritos, participantes e ausentes do Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, em São Paulo, 2017	99

Figura 19. Atletas inscritos, participantes e ausentes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, em Porto Alegre, 2017	100
Figura 20. Evolução no número de Estados e Atletas na modalidade de Judô Paralímpico nas Paralimpíadas Escolares 2017.	100
Figura 21. Atletas participantes das Paralimpíadas Escolares 2017.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro geral de medalhas da modalidade de judô paralímpico nos Jogos Paralímpicos, de 1988 a 2016.	43
Quadro 2. Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017	54
Quadro 3. Entidades filiadas a CBDV participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2017	57
Quadro 4. Categorias de arbitragem de judô reconhecidas pela CBJ.....	81
Quadro 5. Formas de divulgação do judô paralímpico nos sites das Entidades.	90
Quadro 6. Cidades sedes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos	95
Quadro 7. Critérios de pontuação para o Ranking Mundial de Judô Paralímpico. ...	98
Quadro 8. Categorias de peso e idade dos atletas do judô paralímpico nas Paralimpíadas Escolares 2017.....	102
Quadro 9. Divisão por peso dos atletas na categoria absoluto das Paralimpíadas Escolares 2017.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 por Regiões do Brasil.	55
Tabela 2. Número de atletas por entidade participante do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.	56
Tabela 3. Entidades com atletas na seleção brasileira de judô paralímpico em 2016/2017	58
Tabela 4. Número de atletas brasileiros participantes dos eventos de judô paralímpico em 2017	67
Tabela 5. Árbitros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 e das Paralimpíadas Escolares 2017.	80
Tabela 6. Entidades com atletas contemplados no Programa Bolsa Atleta 2017.	93
Tabela 7. Participação estrangeira no Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos.	101
Tabela 8. Delegações Estaduais participantes na modalidade de judô paralímpico das Paralimpíadas Escolares	102

LISTA DE ABREVIATURAS

ABASC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba
ABDC – Associação Brasileira de Desportos para Cegos
ACACE - Associação Caruaruense de Esporte de Cegos
ACERGS - Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
ADESUL - Associação D’Eficiência Superando Limites
ADEVIRN - Associação dos Deficientes Visuais do Rio Grande do Norte
ADVC - Associação dos Deficientes Visuais de Campos
ADVEG - Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás
ADVERJ - Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro
ADVF - Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis
ADVIMS - Associação dos Deficientes Visuais do Mato Grosso do Sul
ADVIR - Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região
AEDV - Associação Esportiva dos Deficientes Visuais do Estado do Paraná
AEPA/JUDÔ SOLIDÁRIO - Associação Esportiva e Paradesportiva do Sul e Sudeste do Pará
AESPD - Associação Espírito Santense das Pessoas com Deficiência
AJCS - Associação de Judô Caminho Suave
AMC - Associação Mato-Grossense de Cegos
AMEI - Associação Mariliense de Esportes Inclusos
APADV - Associação de Pais e Amigos e Deficientes Visuais
APC – Comitê Paralímpico das Américas
APNH - Associação Paradesportiva de Novo Horizonte
ASDEVRON - Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia
ASFAM - Associação Souza Filho de Artes Marciais
ASJEC - Associação Serrana de Judô Esporte e Cultura
ATLHON - Instituto Atlhon de Desenvolvimento Esportivo
CAD - Clube dos Amigos Deficientes
CBAt - Confederação Brasileira de Atletismo
CBC – Confederação Brasileira de Clubes
CBDC – Confederação Brasileira de Desportos para Cegos
CBDV – Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
CBJ – Confederação Brasileira de Judô

CEDEMAC - Centro Desportivo Maranhense de Cegos
CEIBC - Caixa Escolar Instituto Benjamin Constant
CEO - Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos
CESEC - Centro de Emancipação Social e Desportiva de Cegos
COB – Comitê Olímpico do Brasil
CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro
CPISRA - Associação Internacional de Esportes e Recreação para Paralisados Cerebrais
CTP – Centro de Treinamento Paralímpico
EMNC - Escola Municipal Noel de Carvalho
ESEFID – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
FCS – Fatores Críticos de Sucesso
FEPAM - Federação de Esportes Paraolímpicos do Estado do Amazonas
FIJ – Federação Internacional de Judô
FJERJ - Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro
FOC - Fiscalização de Orientação Centralizada
FROPE - Federação Rondoniense Paradesportiva de Esporte do Estado de Rondônia
GP 2017 – Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017
HIKARI - Associação Hikari de Esporte, Cultura e Lazer
IBC – Instituto Benjamim Constant
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBSA – *International Blind Sports Federation*
ICEMAT - Instituto dos Cegos do Estado do Mato Grosso
ILBES - Instituto Luiz Braille do Espírito Santo
INAS - Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Intelectual
IOSD - Organizações Internacionais de Esportes para Deficientes
IPC - Comitê Paralímpico Internacional
IRM - Instituto Roberto Miranda
ISHII - Organização Social e Desportiva de Judô Ishii
ISMAT - Instituto Sul-Mato-grossense para Cegos Floriano Vargas
IWAS - Federação Internacional de Esportes para Cadeira de Rodas e Amputados
J.C. LARA - Judô Clube Leonardo Lara

JUDO-OFIISS - Judo Organizational Factors Influencing the International Sporting Success

LAPEX - Laboratório de Pesquisa do Exercício

ME – Ministério dos Esportes

NPC's – Comitês Paralímpicos Nacionais

OADV - Organização de Apoio aos Deficientes Visuais

ODEPA – Organização Desportiva Pan-Americana

ONG. BOTO CINZA - Organização Não Governamental Boto Cinza

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PE – Paralimpíadas Escolares

PRÓ-VISÃO - Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão

PRÓ-VISÃO CAMPINEIRA - Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual

REAÇÃO - Instituto Reação

ROGÉRIO SAMPAIO - Associação de Judô Rogério Sampaio

SNEAR – Secretaria Nacional do Esporte do Alto Rendimento

SPLISS - Sport Policy Leading to International Sporting Success

TCU – Tribunal de Contas da União

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIACE/DF - União dos Atletas Cegos do Distrito Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO GERAL	18
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 FATORES DE SUCESSO PARA AS POLÍTICAS DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	20
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ESPORTIVA	26
2.2.1 Organizações	26
2.2.2 Organização Esportiva	27
2.2.3 Estrutura Organizacional	28
<i>2.2.3.1 Dimensões da Estrutura Organizacional</i>	<i>30</i>
2.2.4 Estrutura Organizacional do Esporte de Alto Rendimento no Brasil	32
2.3 JUDÔ PARALÍMPICO	37
2.3.1 Esporte adaptado e Esporte paralímpico	37
2.3.2 Caracterização do Judô Paralímpico	38
2.3.3 Contexto Histórico e Desenvolvimento do Judô Paralímpico	39
2.3.4 O judô paralímpico brasileiro em Jogos Paralímpicos	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	44
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	44
3.3 INSTRUMENTOS.....	45
3.3.1 Entrevistas semiestruturadas	45
3.3.2 Pesquisa documental	46
3.3.3 Questionário	46
3.3.4 Registros de Campo	47
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	47
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO JUDÔ PARALÍMPICO BRASILEIRO....	49
4.1.1 Organizações que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro	49
<i>4.1.1.1 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais</i>	<i>49</i>

4.1.1.2 Federações Estaduais.....	51
4.1.1.3 Entidades	52
4.1.1.3.1 <u>Caracterização das Entidades</u>	57
4.1.2 Organizações que participam da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro	59
4.1.2.1 Comitê Paralímpico Brasileiro	59
4.1.2.2 Federação Internacional de Judô	61
4.1.2.3 Confederação Brasileira de Judô	62
4.2 FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO JUDÔ PARALÍMPICO BRASILEIRO	66
4.2.1 Agentes da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro.....	66
4.2.1.1 Atletas	66
4.2.1.1.1 <u>Caracterização</u>	69
4.2.1.2 Técnicos	72
4.2.1.3 Gestores.....	76
4.2.1.4 Árbitros	78
4.2.2 Recursos Financeiros	81
4.2.2.1 Patrocínio	83
4.2.2.2 Bolsa atleta.....	85
4.2.3 Infraestrutura	87
4.2.3.1 Divulgação.....	89
4.2.3.2 <i>Disposição Geográfica das Entidades</i>	91
4.2.4 Competições	92
4.2.4.1 <i>Grand Prix INFRAERO de judô para Cegos</i>	92
4.2.4.2 <i>Paralimpíadas Escolares</i>	100
4.2.4.3 <i>Resultados Esportivos do judô paralímpico</i>	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	121
APÊNDICE B – QUESTIONARIO PARA OS GESTORES	122
APÊNDICE C – QUESTIONARIO PARA OS TÉCNICOS	127
APÊNDICE D – QUESTIONARIO PARA OS ATLETAS	131

1 INTRODUÇÃO

O esporte paralímpico vem se desenvolvendo de maneira expressiva em vários países. Em países da Europa e nos Estados Unidos, este desenvolvimento foi mais rápido devido, principalmente, ao pioneirismo que desempenharam no contexto de reabilitação de pessoas com deficiência por meio do esporte (CARDOSO, 2011).

No Brasil, a estruturação do esporte paralímpico ocorreu tardiamente e de maneira lenta. Apenas em 1995, com a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é que as ações voltadas ao esporte paralímpico passaram a ter uma maior organização. Tal situação representou um avanço quando comparada a décadas anteriores em que o esporte paralímpico era desenvolvido de forma amadora (BEGOSSI; MAZO, 2016).

Com a crescente profissionalização e comercialização do esporte, a estrutura organizacional esportiva vive um processo de constante ajuste. Segundo Jones (2010), a estrutura organizacional evolui à medida que a organização cresce e se diferencia, moldando-se para aumentar a eficácia e o controle das atividades necessárias para atingir os seus objetivos. A estrutura organizacional do esporte, em diversos países, é voltada à implantação e ao controle das modalidades esportivas nas suas três formas de manifestação: educacional, participativo e alto rendimento (MEIRA *et al.* 2015).

A estrutura organizacional de uma modalidade esportiva paralímpica compreende vários níveis de implantação, operacionalização e controle. No nível municipal, por meio de clubes, entidades esportivas e associações; no estadual, por ligas, associações e/ou federações; e nos níveis nacional e internacional, por confederações, comitês e federações internacionais. Em nível internacional, a estrutura organizacional esportiva paralímpica encontra-se em transição. As modalidades antes geridas pelas Organizações Internacionais de Esportes para Deficientes (IOSD) estão migrando para três outras organizações: o Comitê Paralímpico Internacional (IPC), as Federações Internacionais específicas de Esportes Paralímpicos e as Federações Internacionais Esportivas, que integram modalidades paralímpicas na sua estrutura (PARSON; WINCKLER, 2012).

Apesar do esporte paralímpico apresentar-se como um campo de pesquisa promissor para acadêmicos de diversas áreas – devido ao crescimento e desenvolvimento das modalidades, ao aumento do interesse da mídia e à ampliação

dos incentivos financeiros públicos e privados –, são ainda poucos os estudos sobre a gestão do esporte paralímpico, em especial sobre a sua estrutura organizacional e funcionamento, sendo o enfoque das pesquisas relacionado principalmente às temáticas sociais de inclusão e superação no esporte.

Em um estudo voltado a explorar o perfil da produção científica *online* em português relacionada às modalidades esportivas olímpicas e paralímpicas, Souza *et al* (2016) encontraram 2007 artigos, sendo 52 sobre as modalidades paralímpicas. Dentre estes, apenas três estudos estão relacionados com a modalidade de judô paralímpico e nenhum deles referente à gestão.

O esporte adaptado, que antes surgia como um importante meio de reabilitação física, psicológica e social para pessoas com deficiência física, agora também foca no alto rendimento. Conforme Parson e Winckler (2012), o esporte paralímpico caracteriza-se pela busca do rendimento máximo, do melhor desempenho em modalidades esportivas praticadas por pessoas com deficiência, reconhecidas pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

O Brasil é considerado uma potência paralímpica. O país foi líder no quadro geral de medalhas das últimas três edições dos Jogos Para-Panamericanos em 2007, 2011 e 2015, e obteve um crescimento expressivo no número de medalhas e de modalidades no pódio em Jogos Paralímpicos. O desempenho positivo da delegação brasileira em competições internacionais trouxe maior visibilidade para os esportes paralímpicos no país (MARQUES *et al*, 2013).

Para atingir estes resultados, vários investimentos foram realizados no esporte paralímpico. Houve um aumento nos recursos anuais de R\$ 39 milhões, da Lei Agnelo/Piva, para cerca de R\$ 130 milhões, da nova Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2016a). Na construção do Centro de Treinamento Paralímpico (CTP), em São Paulo, foram investidos R\$ 264,7 milhões. Outros R\$ 24 milhões foram destinados a equipamentos para o CTP, sendo R\$ 20 milhões federais e R\$ 4 milhões do governo estadual (BRASIL, 2016b).

O CTP é o principal centro de excelência da América Latina e um dos quatro centros de treinamento existentes no mundo, capaz de receber 15 modalidades simultaneamente no mesmo espaço. Este complexo será voltado ao treinamento, competições e intercâmbios de atletas do paradesporto, à formação de técnicos, classificadores, árbitros e gestores, e deve abrigar também um centro de pesquisa

em diversas áreas científicas e tecnológicas, associadas ao esporte para pessoas com deficiência.

Na última década, o país sediou grandes eventos paralímpicos, como os Jogos Parapan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007. O evento transformou-se em um marco na história do esporte paralímpico; pela primeira vez, os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos foram realizados na mesma cidade, utilizando a mesma estrutura física. Nos últimos anos, o país sediou também os XV Jogos Paralímpicos, no Rio de Janeiro em 2016 e, em 2017, sediou os Jogos Parapan-Americanos de Jovens, além do Campeonato de Judô das Américas IBSA, ambos em São Paulo, no Centro de Treinamento Paralímpico.

O judô é uma das principais modalidades paralímpicas do Brasil, com um total de 22 medalhas conquistadas (quatro medalhas de ouro, nove de prata e nove de bronze). O país é considerado a quinta maior potência mundial no quadro geral de medalhas em Jogos Paralímpicos (IPC, 2017a). Considerando-se que o judô paralímpico é praticado exclusivamente por atletas deficientes visuais (CBDV, 2017) e que existem cerca de 36 milhões de pessoas deficientes visuais no Brasil (IBGE, 2018), há um grande potencial para o desenvolvimento desta modalidade esportiva no país.

O presente estudo tem como foco a estrutura organizacional e o funcionamento do judô paralímpico no Brasil. Tal investigação justifica-se pela escassez de dados empíricos sobre o tema. A pesquisa também se justifica pelo potencial de crescimento da modalidade, em número de participantes e em termos organizacionais, pelo seu recente processo de institucionalização, assim como pelos resultados expressivos alcançados internacionalmente. Por meio desta análise, será possível identificar lacunas e compreender os papéis das organizações responsáveis pela estrutura organizacional e funcionamento da modalidade, como elas interagem e contribuem no desenvolvimento do judô paralímpico.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a estrutura organizacional e o funcionamento do judô paralímpico no Brasil.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar, caracterizar e mapear as entidades que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico no Brasil;
- Identificar e caracterizar os atletas, técnicos, gestores e árbitros participantes da estrutura organizacional do judô paralímpico no Brasil;
- Descrever o funcionamento da estrutura organizacional do judô paralímpico no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FATORES DE SUCESSO PARA AS POLÍTICAS DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

A estrutura organizacional e o funcionamento do esporte em um país são considerados fatores determinantes para que o mesmo atinja o sucesso no cenário esportivo internacional. Ao longo das últimas duas décadas, este assunto tem sido estudado principalmente por meio de pesquisas comparativas das políticas para o esporte de alto rendimento em diferentes países.

A investigação de Green e Oakley (2001) aparece como pioneira sobre o tema. Os autores buscaram identificar os pontos relevantes dos sistemas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento no contexto internacional, analisando a supremacia do antigo Bloco Oriental, de regime socialista (ex-República Democrática Alemã e ex-União Soviética) no desenvolvimento da excelência esportiva de alto rendimento traçando o fluxo dos elementos deste sistema para os países do Bloco Ocidental, de regime capitalista (Reino Unido, Espanha, França, Estados Unidos da América, Canadá e Austrália). A discussão é focada na existência de uma tendência à uniformidade nos sistemas de desenvolvimentos do esporte de alto rendimento mundial ou se existe espaço para a diversidade nestes sistemas.

Como resultado foi observado que existe centralização das ações esportivas direcionadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Bloco Ocidental independente da origem ser governamental, como no caso do Reino Unido, Austrália e França ou não governamental, como acontece nos EUA. Para os pesquisadores, esta centralização poderia contribuir com uma eficiência na comunicação entre as diferentes entidades, assim como prevenir a geração de conflitos. Além disso, apontaram que há uma tendência dos países adotarem uma estrutura organizacional semelhante, apesar das diferenças sociais, políticas e econômicas, entre outras, e acusaram 10 fatores importantes na estruturação do esporte nacionalmente, dispostos a seguir:

- Claro entendimento sobre o papel das diferentes entidades envolvidas e uma rede de comunicação eficaz que mantém o sistema esportivo;

- Simplicidade de administração através de ações esportivas e políticas comuns;
- Sistema eficaz para a identificação e monitoramento do progresso de atletas talentosos e de alto rendimento;
- Prestação de serviços esportivos para a criação de uma cultura de excelência, onde todos os membros envolvidos (atletas, técnicos, administradores e cientistas do esporte) interajam uns com os outros de maneira formal e informal;
- Programas competitivos bem estruturados com intercâmbio internacional;
- Instalações esportivas específicas e bem desenvolvidas, priorizando o acesso de atletas de alto rendimento;
- Direcionamento de recursos para um número relativamente pequeno de modalidades esportivas, identificando as que possuem chances de sucesso internacional;
- Planejamento adequado às necessidades de cada modalidade esportiva;
- Reconhecimento do custo da excelência esportiva, destinando fundos para infraestrutura e pessoal;
- Suporte para a vida e preparação profissional do atleta no pós-carreira esportiva.

Em estudo com objetivos similares, Digel (2002) buscou descrever a estrutura organizacional do esporte das nações com maiores sucessos esportivas dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996 (EUA, Reino Unido, China, Alemanha, Rússia, França, Austrália e Itália), nas modalidades de atletismo, vôlei e natação. O autor identificou os recursos e as estruturas que influenciam o sucesso esportivo internacional em três pilares:

- a sociedade como fonte para o sistema esportivo de alto rendimento;
- o próprio sistema esportivo;
- as interações entre o sistema esportivo e o ambiente.

Relacionados ao terceiro pilar, foram investigados seis fatores para o sucesso esportivo: Papel da Política e do Estado; da Economia; da Mídia; da Educação; da Ciência e das Forças Armadas. De acordo com os resultados, existe um mecanismo de compensação entre os fatores de cada país, visto que os países não apresentam eficiência em todos os fatores observados.

Houlihan e Green (2008) realizaram um estudo comparativo entre nove países (EUA, China, Alemanha, Japão, França, Polônia, Noruega, Nova Zelândia e Singapura), considerando três fatores para o sucesso esportivo internacional: 1) Contextual (aporte financeiro); 2) Processual (sistema de desenvolvimento do esporte); 3) Específico (ações específicas para o treinamento esportivo). Como pontos comuns, foi encontrado o desenvolvimento do atleta de alto rendimento, o contexto histórico da modalidade e o organograma das estruturas nacionais para o esporte. Os autores concluíram que o suporte financeiro é um dos principais fatores para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento.

Analisando sob o ponto de vista político adotado pelo país com relação ao esporte, Green e Collins (2008) pesquisaram a realidade da Austrália e Finlândia, comparando a política neoliberal e a tradição em competições internacionais australiana com a política socialdemocrata e, sem resultados expressivos internacionalmente, a finlandesa. Os resultados da pesquisa demonstram que os dois países possuem políticas eficientes, em um sistema centralizador para o esporte nacional, embora com objetivos diferentes entre eles. Enquanto a Finlândia mantém um modelo focado na promoção do esporte participativo, a Austrália possui uma política esportiva direcionada para o alto rendimento.

De Bosscher *et al* (2006), com base na pesquisa de Green e Oakley (2001), propuseram um modelo teórico que permitisse a elaboração de um índice de desenvolvimento esportivo. Este modelo é baseado em nove pilares que influenciam o sucesso esportivo internacional: 1) Suporte financeiro; 2) Organização e estrutura das políticas esportivas; 3) Participação e esporte de base; 4) Identificação e sistemas de desenvolvimento de talentos esportivos; 5) Suporte para atletas e pós-carreira; 6) Instalações esportivas; 7) Desenvolvimento e suporte para técnicos; 8) Competições nacionais e internacionais; e 9) Pesquisas científicas.

O SPLISS (*Sports Policy Factors Leading to Internacional Sporting Success*) desenvolveu um modelo que pode ser usado para comparar, mensurar e avaliar diferentes políticas esportivas de alto rendimento dos países. O consórcio SPLISS é

um dos principais responsáveis pelas pesquisas científicas comparativas das políticas para o esporte de alto rendimento e fatores de sucesso internacional que, desde 2002, tem focado seus estudos nos esportes olímpicos e, atualmente, conta com a colaboração internacional de 15 países, dentre eles o Brasil (SPLISS, 2017).

No modelo SPLISS, cada pilar é composto por fatores críticos de sucesso (FCS) que estão relacionados com elementos que favorecem, a uma organização ou sistema, uma maior chance de sucesso internacional. São 96 FCS divididos entre os nove pilares.

De Bosscher *et al.* (2009) compararam os fatores que contribuem para o sucesso no esporte de alto rendimento em seis países (Bélgica, Canadá, Noruega, Itália, Holanda e Reino Unido). Apesar de não serem conclusivos, os resultados referentes ao pilar 1 (recursos financeiros); o pilar 5 (carreira e pós-carreira esportiva dos atletas); o pilar 6 (instalações esportivas); e o pilar 7 (capacitação dos técnicos) demonstraram-se como os mais relevantes para um país alcançar o sucesso esportivo internacional.

De acordo com Sotiriadou e Shilbury (2009), o montante de recursos investidos pelos países na promoção da excelência no esporte e a eficiência da utilização dos mesmos é um dos principais fatores para o sucesso de alguns países em competições internacionais.

Até então desconSIDERADO pelos estudos comparativos internacionais do esporte de alto rendimento, o esporte paralímpico começa a ser estudado pelo projeto PARA-SPLISS (*Para-Sport Policy factors Leading to International Sporting Success*), tendo com objetivo a identificação de pontos comuns (pilares) e fatores críticos de sucesso (FCS). O projeto iniciado em setembro de 2015 tem previsão de três anos de duração (PARASPLISS, 2017).

No Brasil, a Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) em parceria com o Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos (CEO) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenvolveu, entre 2012 e 2017, o Projeto Referências, elaborando o mapeamento situacional das modalidades Olímpicas e Paralímpicas, com o objetivo de produzir referências para subsidiar a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento no Brasil (PROJETO REFERÊNCIAS, 2017).

Para o mapeamento das modalidades foram consideradas dez dimensões, a partir da metodologia SPLISS, adaptadas ao contexto nacional. São dimensões do Projeto Referências: 1) Legislação; 2) Recursos Financeiros; 3) Instalações Esportivas; 4) Materiais Esportivos; 5) Recursos Humanos; 6) Suporte ao Atleta; 7) Participação de Atletas em Competições; 8) Organizações de competições; 9) Identificação e Desenvolvimento de Talentos Esportivos; 10) Apoio Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento Esportivo.

De maneira geral, é possível verificar a existência de tendência dos países a adotarem sistemas esportivos semelhantes, bem como os fatores estabelecidos como determinantes para alcançar o sucesso esportivo internacional apresentam uma estrutura centralizada. O estudo de Green e Oakley (2001) foi utilizado como base pelo SPLISS e este, por sua vez, pelos estudos mais recentes.

Em menores proporções, pesquisas referentes às modalidades específicas utilizam o modelo SPLISS, adaptando os fatores de sucesso das políticas do esporte de alto rendimento a um único esporte, como na canoagem velocidade (SOTIRIADOU *et al*, 2013), no atletismo (TRUYENS *et al*, 2014), no tênis (BROUWERS *et al*, 2015), no judô (MAZZEI, 2015).

No estudo de Sotiriadou *et al* (2013), foram exploradas as inter-relações da política esportiva de modalidade à canoa de velocidade. Para isso, atletas, treinadores e diretores do alto rendimento da canoa velocidade na Austrália foram entrevistados. Os resultados deste estudo reiteram que a forma como as políticas esportivas de alto rendimento são moldadas e implementadas variam de acordo com as necessidades específicas do esporte e os contextos relacionados do país. A aplicação do modelo SPLISS em um contexto de esporte específico permitiu a descoberta de relações entre as políticas esportivas, como a cultura e identificação de talentos, e entre atletas talentosos e treinadores.

Os resultados sugerem que a heterogeneidade da política esportiva, dentro da modalidade de canoa de velocidade na Austrália, é impulsionada por sua cultura, que influencia o sucesso, corroborando com o estudo de Digel *et al* (2006, p. 106), que "as nações bem-sucedidas no esporte de alto rendimento são caracterizadas por padrões culturais esportivos que cresceram ao longo de muitos anos".

No atletismo, Truyens *et al* (2014) conduziram um estudo composto de 34 entrevistas com especialistas em atletismo (treinadores e diretores de alto rendimento). Os autores identificaram 98 itens, que foram categorizados de acordo

com os pilares do SPLISS, como pesquisas organizacionais de capacidades de primeira ordem. Foi acrescentado um 10º pilar: o ambiente esportivo. O estudo fornece uma visão geral dos recursos organizacionais para desenvolver uma vantagem competitiva em um esporte específico. Estas pesquisas organizacionais e capacidades de primeira ordem contribuem para a vantagem competitiva das nações no atletismo.

Os recursos organizacionais no atletismo podem ser classificados de acordo com áreas gerais ou características da política esportiva de elite. Contudo, a abordagem homogênea do desenvolvimento da política esportiva de alto rendimento não é aplicável em nível esportivo específico. Apesar do SPLISS ser um dos poucos estudos que visam identificar e avaliar os pré-requisitos políticos do esporte de alto rendimento, ele não considera a configuração ou a inter-relação de seus FCS. Os autores também apontaram que cada país precisa procurar suas próprias soluções para o desenvolvimento do atletismo, como um sistema de alto rendimento, e que o atletismo é influenciado pelo contexto cultural do país. Os processos de gerenciamento dos recursos e capacidades de um país precisam ser explorados em maior profundidade.

No tênis, Brouwers *et al* (2015) também utilizaram o modelo do SPLISS para analisar a importância dos fatores de sucesso internacional na modalidade específica. Seus resultados dão suporte à significância do SPLISS aplicado a um modelo específico no tênis. Como resultados, surgiram dois itens para ajudar a explicar o contexto no qual o tênis opera: os aspectos culturais e a influência do ambiente comercial que está presente no tênis.

Adicionalmente, no modelo específico do tênis, devem ser levados em conta os pilares de desenvolvimento e apoio aos técnicos e treinadores e as competições nacionais e internacionais como mais importantes do que suporte pós-carreira e pesquisas científicas. Estes achados corroboram com os estudos de Sotiriadou *et al* (2013) e Truyens *et al* (2014) em que as políticas do esporte de alto rendimento são formadas, implementadas e variam conforme à necessidade de cada modalidade.

Em estudo sobre o judô, Mazzei (2015) buscou identificar os fatores que, em nível organizacional, influenciam o sucesso internacional da modalidade. O autor entrevistou 33 indivíduos (atletas, técnicos, gestores e *experts*), tendo identificado 11 categorias (pilares) e 44 subcategorias (fatores organizacionais que influenciam o sucesso esportivo internacional no judô de alto rendimento). Os resultados foram

semelhantes aos resultados de outras pesquisas e modelos investigados, principalmente aos pilares do modelo SPLISS. Foram encontradas especificidades que causam efeitos nos resultados esportivos internacionais, como aspectos tradicionais, históricos e culturais inerentes à prática do judô. Além disso, identificou fatores ambientais que influenciam no desenvolvimento deste esporte em diferentes países, conseqüentemente no sucesso internacional, a partir da Teoria de Sistemas. Com estes resultados, o autor elaborou um modelo “*Judô Organizational Factors Influencing the International Sporting Success*” (JUDO-OFIISS) com um questionário construído e validado.

A maior contribuição das pesquisas com esportes específicos é a influência das características de cada modalidade esportiva na organização das políticas esportivas de alto rendimento. Além de fornecer uma melhor compreensão sobre as especificidades de cada modalidade, estes estudos abrem caminhos para a condução de pesquisas em outras modalidades esportivas, possibilitando verificar as influências de suas especificidades no sistema do alto rendimento, comparando resultados com estudos que possuam políticas esportivas e fatores de sucesso esportivo internacional nos seus objetivos.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ESPORTIVA

2.2.1 Organizações

Ações coordenadas levam à criação de entidades sociais, como exemplo, as organizações (PEDERSEN *et al.* 2011). Somos uma “sociedade de organizações” (PERROW, 1991), nelas vivemos e morremos e elas são responsáveis por quase todas as coisas feitas ao nosso redor.

Para Hall (2009), as organizações são componentes predominantes da sociedade contemporânea. Uma ferramenta que as pessoas usam para coordenar suas ações (JONES, 2010), tendo nos recursos humanos um dos principais meios de atingir os objetivos específicos (CURY, 2017). Para Daft (2010), são entidades sociais orientadas por objetivos, projetadas como sistema de atividades deliberadamente estruturada e coordenada ligadas ao ambiente externo. Quando as necessidades às quais as organizações satisfazem não são mais importantes ou são substituídas por outras necessidades, as organizações desaparecem ou se

transformam (JONES, 2010). As organizações são intencionalmente construídas e reconstruídas.

2.2.2 Organização Esportiva

A definição de organização esportiva é bastante ampla. Para Slack (1997), são consideradas organizações esportivas todas aquelas entidades sociais que participam do setor esportivo orientadas a objetivos, que desenvolvem uma atividade rigorosamente estruturada e cujos limites são claramente definidos. Neste caso, podemos considerar como organizações esportivas as organizações responsáveis pela produção de artigos esportivos, de eventos esportivos, de transmissão de eventos esportivos, de promoção de atividades esportivas, entre outras. Uma organização esportiva é essencialmente burocrática e apresenta uma divisão de trabalho bem definida, com linhas de autoridades claras, regras e procedimentos formalizados (CRUZ; ROCCO JUNIOR, 2015).

Segundo Gomez et al. (2007), a maior parte da bibliografia sobre organizações esportivas é aquela cujas finalidades são a promoção e o desenvolvimento do esporte pela prática esportiva, pela competição esportiva e pela definição das normas e regras que guiam tanto a prática como a competição.

Como a definição de organização esportiva é muito ampla, também são amplas as formas de classificação. Para Chelladurai (1985), a classificação para as organizações esportivas pode ser através do setor em que ela opera (privado, público ou terceiro setor), bem como sobre o objetivo econômico que se propõem (com e sem fins lucrativos) e o tipo de serviço que oferecem (serviço de consumo e profissional).

Quanto à classificação das organizações esportivas dedicadas à promoção e desenvolvimento do esporte, Gomez *et al.* (2007) dividem-nas em três grupos: organismos de governo esportivo, organizações provedoras de atividade esportiva e organizações produtoras de eventos esportivos, além da função, também, da sua missão, objetivo e atividade principal. Para Pedersen et al. (2011), existem três tipos de organizações esportivas: públicas, sem fins lucrativos e comerciais.

Como qualquer organização, a esportiva é afetada por um conjunto de circunstâncias, conhecidas como influência do contexto. Como fatores contextuais que operam sobre as organizações esportivas, podemos mencionar a situação

política, econômica e social na promoção e desenvolvimento do esporte. Um governo, por exemplo, pode ter mais interesse que outro em políticas de promoção e desenvolvimento esportivo; um país mais rico tem mais recursos para investir no esporte do que outros, e socialmente um esporte pode ter mais popularidade que outro e isto acarretar em um maior desenvolvimento do mesmo. Atualmente, as organizações esportivas estão sendo afetadas pela profissionalização e comercialização do esporte, assim como uma maior cobrança sobre transparência e demais princípios da governança (MEIRA *et al.* 2013).

O conhecimento nas organizações esportivas reside prioritariamente no indivíduo. A profissionalização das organizações esportivas está diretamente ligada à incorporação de pessoal remunerado substituindo os voluntários que tradicionalmente desenvolviam estas tarefas. Embora mudanças já possam ser percebidas em algumas confederações, não é prática do mercado sistematizar a informação e o conhecimento adquiridos para uso estratégico-organizacional. Um reflexo decorrente desse desequilíbrio entre o conhecimento individual e organizacional é a falta de transparência e a dificuldade de acesso que a sociedade enfrenta ao buscar informações sobre o trabalho desenvolvido pelas confederações.

2.2.3 Estrutura Organizacional

Desde os anos 50, do século XX, as organizações vêm sendo estudadas pelas ciências sociais e, dentre os muitos temas abordados, a estrutura organizacional tem sido o mais relevante (GOMEZ *et al.* 2007). Nestes estudos, não só a estrutura vem sendo avaliada, mas também as consequências destas sobre o desempenho de pessoas, a distribuição de poder e sistema de controle, entre outros.

A estrutura pode representar as partes físicas da empresa (edifícios, unidades de trabalho) relacionadas com o espaço e equipamentos que lhes são pertinentes, referindo-se à palavra estrutura, nesse caso, à localização de estabelecimentos. Há também a estrutura relacionada aos elementos de trabalho, às diversas operações do processo de produção, referindo-se à palavra estrutura, neste caso, ao sistema de organização, à organização do trabalho, ao processo produtivo, à organização da produção (CURY, 2017).

No presente estudo, a estrutura será apresentada como o arranjo dos elementos constitutivos de uma organização, ou seja, a forma mediante a qual estão integrados e se apresentam os elementos componentes de uma empresa (CURY, 2017).

Após a fundação de uma organização para atingir objetivos coletivos, a estrutura organizacional molda-se para aumentar a eficácia e o controle das atividades necessárias para atingir esses objetivos (JONES, 2010). Uma estrutura organizacional define como as tarefas são formalmente distribuídas, agrupadas e coordenadas (ROBBINS, 2008). A estrutura de uma organização pode ser definida simplesmente como a soma total das maneiras pelas quais o trabalho é dividido em tarefas distintas e, depois, como a coordenação é realizada entre estas tarefas (MINTZBERG, 2012).

A estrutura organizacional, segundo Hall (2009), entende-se pela distribuição, em várias linhas, de pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos entre os papéis dessas pessoas. Para Jones (2010), é o sistema formal de tarefas e relações de autoridade que controla como as pessoas coordenam suas ações e seus recursos para alcançar objetivos organizacionais.

As estruturas organizacionais executam três funções básicas. A primeira e mais importante, ser eficaz, tendo por objetivo produzir resultados e metas organizacionais. A segunda função destina-se a minimizar ou pelo menos regulamentar a influência das variações individuais na organização, onde a imposição da estrutura assegura que os indivíduos conformem-se às exigências das organizações e não o inverso. Em terceiro lugar, as estruturas organizacionais são o contexto em que o poder é exercido (estabelecendo e determinando quais posições têm poder sobre as outras), onde as decisões são tomadas (o fluxo de informações para tomadas de decisões basicamente é determinado pela estrutura) e onde são executadas as atividades, sendo a estrutura o espaço para as ações organizacionais (HALL, 2009). Segundo Jones (2010), a estrutura organizacional evolui à medida que a organização cresce e diferencia-se.

Para representar um estrutura organizacional, utilizamos o gráfico universal denominado organograma, conceituado como representação gráfica e abreviada da estrutura da organização. Segundo Cury (2017), o organograma tem como finalidade representar os órgãos componentes da empresa tanto quanto possível, genericamente: as funções desenvolvidas pelos órgãos; as vinculações e/ou

relações de interdependência entre órgãos; os níveis administrativos que compõem a organização e a via hierárquica.

As estruturas podem ser classificadas como formal ou informal. A estrutura formal é aquela que aparece no organograma, reconhecida pela organização, que estabelece a relação de hierarquia e comando entre cargos para o alcance de objetivos, limitada pelas normas e diretrizes da organização (CRUZ, 2002). A estrutura informal é um conjunto de pessoas da organização que se relacionam e buscam objetivos individuais comuns, normalmente distintos dos objetivos organizacionais. A estrutura informal não é reconhecida pela organização e costuma ser resultado da rigidez das estruturas formais (CRUZ, 2002).

2.2.3.1 Dimensões da Estrutura Organizacional

Os teóricos organizacionais geralmente concordam sobre as três maiores dimensões das estruturas organizacionais: especialização, padronização e centralização (JONES, 2010). Para Robbins (2008), além destas três dimensões, existem outras três que são elementos básicos da estrutura organizacional: a departamentalização, a cadeia de comando e a amplitude de controle.

A especialização diz respeito à divisão do trabalho, ou até que ponto a tarefa e os deveres são divididos em papéis separados (DAFT, 2010). Para Robbins (2008) e Jones (2010), a especialização permite aos indivíduos focarem em uma área mais restrita de competência, o que lhes possibilita tornar-se mais habilidosos ou especializados em suas tarefas. Em uma estrutura com alto grau de especialização, os funcionários realizam um pequeno e limitado número de tarefas. Em estruturas com baixo grau de especialização, os funcionários realizam uma ampla gama de tarefas.

A dimensão da especialização está vinculada com o conceito de complexidade. Existem três níveis de complexidade: vertical, horizontal e espacial. A complexidade vertical é definida pelo número de níveis hierárquicos que existem entre a base (as mais baixas posições e unidades hierárquicas) e o topo da organização (cargos mais altos da organização). Quanto maior o número de níveis hierárquicos, mais vertical e complexa a organização será.

A complexidade horizontal é demonstrada no número de unidades que existe em toda a organização. A complexidade espacial refere-se ao número de

localidades geográficas nas quais a organização opera. Uma organização que opera em várias localizações pode ser considerada espacialmente complexa em relação a outra que opera em uma única localização.

A padronização é outra dimensão estrutural. Na literatura, os termos formalização e padronização são frequentemente usados sem distinção porque altos níveis de formalização resultam em padronização. Conforme Robbins (2008), a formalização refere-se ao grau em que as tarefas são padronizadas dentro de uma organização.

Para Daft (2010), a formalização está relacionada com a quantidade de documentos escritos pela organização, tais como descrição do trabalho, políticas, procedimentos e regulamentações. Este conjunto de documentos frequentemente é utilizado para o controle do comportamento e atividades dos funcionários. Um alto grau de formalização leva a um alto nível de padronização (neste caso, o responsável pela tarefa tem pouca autonomia para decidir o que, como e quando ela deve ser feita), de forma que os funcionários em situações semelhantes atuarão de forma parecida. “A padronização não apenas elimina as possibilidades de os funcionários adotarem comportamentos alternativos, como também elimina a necessidade de eles buscarem alternativas” (ROBBINS, 2008, p. 356).

A centralização, segundo Robbins (2008), refere-se ao grau em que o processo decisório está concentrado em um único ponto da organização. Para Daft (2010), centralização é referida como o nível hierárquico que possui autoridade para a tomada de decisões. Uma organização é considerada centralizada quando a liderança ou gerência do topo hierárquico é responsável pelas tomadas de decisões. Quando a tomada de decisões é delegada em toda a organização, a organização é descentralizada.

As organizações tipicamente não são completamente centralizadas ou descentralizadas. Algumas decisões devem ser centralizadas, como contratação e demissão de funcionários e estabelecimento do direcionamento estratégico da organização; enquanto que outras podem ser descentralizadas, como aquisição de materiais de higiene e escritório, estratégias de marketing para produtos e serviços, etc.

Em uma organização descentralizada, as ações para solucionar problemas podem ser mais rápidas e efetivas, uma vez que mais pessoas participam da

tomada de decisões. Para Pedersen *et al.* (2011), vários fatores afetam se a decisão é centralizada ou descentralizada, como:

- Custo (trata diretamente dos recursos da organização. Quanto maior o custo; mais centralizada deve ser a decisão);
- Tempo (refere-se a quanto tempo existe para a tomada de decisão. Quanto mais urgente, mais descentralizada ela deve ser);
- Qualificação Profissional (quanto maior a qualificação do funcionário, mais descentralizada a decisão será).

2.2.4 Estrutura Organizacional do Esporte de Alto Rendimento no Brasil

As organizações esportivas vivem em um processo constante de ajuste (devido principalmente à profissionalização e comercialização do esporte), o que se traduz na existência de uma grande variedade de formas estruturais de caráter dinâmico que continuamente se ajustam ao ambiente (GOMEZ *et al.* 2007). Para Slack (1997), a estrutura organizacional esportiva é a maneira pela qual as tarefas de uma organização esportiva são divididas e distribuídas aos funcionários ou voluntários e a relação de comunicação entre as funções e os mecanismos de coordenação e controle utilizados nas organizações esportivas. Um organograma típico demonstra em parte a estrutura de uma organização.

A estrutura organizacional de uma modalidade esportiva compreende vários níveis de implantação, operacionalização e controle. No nível municipal, por meio de clubes, entidades esportivas e associações, que são controladas por ligas, associações e/ou federações em nível estadual. Nos níveis nacional e internacional, através de centro de treinamento, das seleções nacionais, controladas por confederações, comitês e federações internacionais.

Buscando compreender a estrutura organizacional do esporte de alto rendimento brasileiro, serão apresentados estudos utilizando diversas formas de investigação sobre diferentes modalidades esportivas, focando principalmente nas confederações, que são as responsáveis em nível nacional pelas modalidades.

Apesar de não estar representada como uma das organizações pertencentes à estrutura organizacional do esporte de alto rendimento do Brasil, as escolas são ou deveriam ser a porta de entrada para as práticas esportivas. Conforme Ferreira

(2007), para um país tornar-se forte no esporte de alto rendimento, é necessária a prática esportiva das modalidades já nas escolas. Entretanto, no Brasil, grande parcela das crianças e jovens em idade adequada para a iniciação esportiva não possui acesso adequado ao esporte na escola, pois estas sofrem com problemas de infraestrutura e orientação pedagógica.

Em países como China, Cuba, Estados Unidos e Rússia, a oferta de atividades esportivas extracurriculares é extensa (FERREIRA, 2007). No Brasil, esta oferta é reduzida. Segundo a auditoria operacional sobre o Esporte de Alto Rendimento no Brasil realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2010), 75% das escolas públicas não realizam práticas desportivas no contra turno. No país, 79% das escolas públicas de nível fundamental e médio realizam atividades lúdicas nas aulas de educação física ao invés de esportes. Esta separação entre educação física escolar e esporte vem contribuindo negativamente para a formação esportiva (TCU, 2010).

Os clubes são a base da estrutura organizacional do esporte de alto rendimento no Brasil, sendo os responsáveis pelo nível municipal. Segundo Peres e Lovisolato (2006), os clubes (entidades de prática desportiva) continuam a ser os responsáveis pela formação de atletas no Brasil, ainda que alguns fatores contribuam negativamente para essa relação, pois os clubes brasileiros, em sua maioria, são frequentados pela elite econômica do país, dificultando o acesso de classes menos favorecidas na formação esportiva. Outro fator limitante, a disposição geográfica dos clubes, também restringe o acesso de crianças e adolescentes à formação esportiva, pois 75% dos clubes brasileiros concentram-se em apenas seis estados brasileiros, a saber, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná (TCU, 2010).

Devido ao grau de importância dos clubes na estrutura organizacional do esporte de alto rendimento do Brasil, é necessário que o esporte seja desenvolvido como um modelo de negócio, aproveitando as oportunidades do ambiente e utilizando os resultados conquistados pelos seus atletas como ferramenta para captação de recursos e, conseqüentemente, sua estruturação organizacional (MAZZEI; BASTOS, 2012).

Segundo Mazzei e Bastos (2012), os clubes são as organizações principais no fomento do esporte brasileiro e deveriam possuir uma gestão profissional e

empreendedora capaz de oferecer as condições necessárias para que seus atletas possam dedicar-se com tranquilidade na busca de seus objetivos.

Para Maroni *et al.* (2010), a estrutura organizacional do Voleibol brasileiro de alto rendimento caracteriza-se por ter em sua base o clube, criado por empresas patrocinadoras, como entidade de prática, o que de maneira geral é característico do meio esportivo brasileiro. Reafirma também o papel relevante que a iniciativa privada possui no desenvolvimento da modalidade esportiva (voleibol).

Outro fator relevante é a participação de entidades do setor público municipal, seja como entidade de prática seja como apoiadora, através do financiamento da manutenção de entidades de prática. O mesmo pode ser observado no basquete feminino. Em seu estudo, Guitti (2013), fortemente calcado em clubes sócio-recreativos e esportivos, reflete o panorama de algumas organizações de modalidades coletivas no país. Este modelo brasileiro, onde os clubes são a base do sistema esportivo do país e que em conjunto formam as federações, é muito comum no esporte mundial (CHAPPELET; KÜBLER-MABBOTT, 2008).

A federação é uma das organizações esportivas na estrutura organizacional do esporte de alto rendimento do Brasil que responde ao nível estadual, só podendo existir se possuir representatividade, precisando ser composta por pelo menos três associações, clubes e/ou ligas esportivas de uma determinada modalidade (CRUZ; ROCCO JUNIOR, 2015). São entidades sem fins lucrativos, classificando-se como pessoas jurídicas de direito privado, nos termos dos artigos 44 e 53 do Código Civil de 2002 (MAZZEI; BARROS, 2012).

Ferrand e McCarthy (2008) classificam as federações como “organizações satélites” (também são exemplos destas organizações no Brasil as associações, clubes e universidades), sendo estas instituições esportivas que compõem um sistema esportivo com a missão de fomentar a prática e/ou a promoção de uma modalidade através de eventos.

A inexistência de especificações claras na legislação sobre o papel das federações esportivas no desenvolvimento do esporte, em seus três níveis (educacional, participação e rendimento), segundo Mazzei e Barros (2012), favorecem estatutos retrógrados que não condizem com a realidade e competitividade do contexto esportivo atual, quando a crescente profissionalização do esporte e um maior envolvimento do Estado, por meio de programas sociais e

benefícios fiscais, direcionam a uma crescente burocratização das organizações (CRUZ; ROCCO JÚNIOR, 2015).

Para Ribeiro (2012), tanto as federações quanto as confederações esportivas necessitam cada vez mais de uma gestão profissional com a contratação de especialistas da área de atuação. Ao analisar a cultura organizacional na gestão da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro – FJERJ, Mazzei e Nassif (2013) identificam que a federação visualiza uma profissionalização, investindo na formação e qualificação profissional, sem deixar seus princípios e valores relacionados às características do esporte de lado.

As dificuldades e os problemas na gestão de organização não são exclusividade do Brasil. Em uma análise em relação ao tamanho da organização e sua eficácia, Papadimitriou (2005) pesquisou federações esportivas gregas e constatou que as organizações desportivas menores (boxe, judô, esqui) foram mais eficazes do que os maiores. Além disso, as federações com recursos limitados tinham eficiência econômica. Com os resultados, ficou claro que, se não forem bem gerenciadas, o tamanho (grande porte) das federações pode deixar de ser vantagem e causar dificuldades em atender às necessidades de seus membros em liderança e decisões.

As confederações esportivas, responsáveis pelas modalidades em nível nacional, são as mediadoras das federações perante os organismos internacionais, e muitas decisões internacionais causam impactos sobre a prática das organizações locais, como definições de regras e acesso a competições, principalmente as internacionais (FORSTER, 2006).

Exemplo do descumprimento desta lógica é referente à recomendação das federações esportivas internacionais quanto à faixa etária adequada para o início das competições regulares internas. Para modalidades individuais, as federações (estaduais) de natação, judô e tênis recebem recomendações de suas respectivas federações internacionais para que o início regular de competições estaduais e nacionais ocorra a partir de 12 e 13 anos de idade. No entanto, Arena e Bohme (2004) observaram em seu estudo que as três federações pesquisadas promovem competições em idades abaixo de 10 anos desconsiderando a recomendação em busca de um aumento do número de participantes em eventos.

Em estudos referentes a Confederações esportivas brasileiras, o termo reestruturação aparece devido a gestões ineficientes ou corruptas. A Confederação

Brasileira de Judô foi condenada por irregularidades pelo TCU no início dos anos 1990; essa condenação impediu que a instituição tivesse direito aos repasses de verbas federais e patrocínios de empresas públicas e privadas (MAZZEI *et al.* 2012).

Em relatório publicado em 2016, o TCU apontou uma série de problemas em repasses de Lei Agnelo/Piva e Lei Pelé, feitos pelo Governo Federal ao COB (Comitê Olímpico do Brasil), CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), CBC (Confederação Brasileira de Clubes) e dez confederações escolhidas por amostragem. Nos últimos três anos foram encontradas irregularidades em pelo menos 61% das verbas públicas destinadas ao esporte brasileiro (UOL, 2016).

Dentre todas as entidades incluídas na amostra da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) apenas a CBDV não apresentou problemas em seus balanços, demonstrando possuir práticas de gestão alinhadas ao que exige a legislação para a regular aplicação dos recursos da Lei 9.615/1998 (TCU, 2016).

Ao analisar a Gestão da Confederação Brasileira de Judô, Mazzei *et al.* (2012) apresentaram a reestruturação da organização do período de 2001 a 2011, onde uma das principais ações não esportivas realizadas pelo vértice estratégico da CBJ no período de 2001 a 2004 foi o reestabelecimento da credibilidade política perante aos órgãos diretivos do Esporte no Brasil. Tal ação possibilitou o direito à participação de repasse de verbas provenientes de leis governamentais e, conseqüentemente, saneamento financeiro da organização, viabilizando, nos anos seguintes, uma reestruturação do organograma da equipe técnica esportiva. Através da criação de um departamento de marketing e assessoria de imprensa, para atender às necessidades e demandas provenientes da profissionalização da relação com os investidores houve a criação de um departamento de estratégia para análise de competições.

No atletismo, Ramos Filho e Ferreira (2015) tratam a reestruturação da CBAAt (Confederação Brasileira de Atletismo), onde o reconhecimento por parte dos dirigentes e atletas sobre a necessidade de modernização da confederação foi fundamental para a reestruturação, mesmo que os dados sugiram que esta tenha sido tardia em relação ao objetivo de apresentar resultados expressivos na modalidade nos Jogos Olímpicos de 2016. O voleibol tem sido fonte de muitos estudos referentes à profissionalização de sua gestão e estrutura da equipe (DURIEUX, 2005; MARONI; PIZZOLATO, 2004).

Em seu estudo sobre a estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil, Meira *et. al.* (2012) consideram que, em nível nacional, são duas as organizações responsáveis pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento, respectivamente o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Ministério do Esporte (ME), representado pela Secretária Nacional de Alto Rendimento (SNEAR), desconsiderando o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) como uma das organizações pertencentes à estrutura organizacional do esporte de alto rendimento no Brasil.

Figura 1. Interações verticais na estrutura organizacional esportiva brasileira voltada ao esporte de alto rendimento



Fonte: Meira e Bastos (2011).

2.3 JUDÔ PARALÍMPICO

2.3.1 Esporte adaptado e Esporte paralímpico

O esporte adaptado pode ser definido como o fenômeno esportivo modificado ou criado para suprir as necessidades dos envolvidos (PACIOREK, 2004), ou diretamente vinculado às pessoas com deficiência (WINNICK, 2004). O que antes surgia como um importante meio de reabilitação física, psicológica e social para

pessoas com deficiência física, agora foca o alto rendimento (PARSON; WINCKLER, 2012).

A prática de judô por atletas deficientes visuais começou como um esporte adaptado à deficiência dos praticantes e tornou-se uma modalidade paralímpica. Sendo assim, será compreendido como judô paralímpico a modalidade de judô praticada exclusivamente por atletas deficientes visuais, sob responsabilidade da *International Blind Sports Federation* (IBSA), e que faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos de Verão.

2.3.2 Caracterização do Judô Paralímpico

O judô paralímpico é uma modalidade exclusiva para atletas deficientes visuais, com o mesmo sistema de pontuação do judô, obedecendo às regras da Federação Internacional de Judô – FIJ (CBDV, 2017a). Apesar disso, existem algumas especificidades relacionadas à modalidade de judô paralímpico, tais como os atletas iniciam o combate em contato com “*kumikata*” (“pegada no quimono” em japonês) e, sempre que houver perda do contato entre os judocas, a luta é interrompida. As punições são as mesmas entre as duas modalidades de judô; entretanto, no paralímpico, algumas delas são menos rigorosas, como quando um dos atletas pisa fora da área de combate.

Por ser uma modalidade especificamente aplicada para atletas deficientes visuais, faz-se necessária uma classificação oftalmológica, considerada como regra de elegibilidade do atleta em qualquer competição. Para a classificação, utiliza-se a letra B de “*blind*” (cego em inglês), seguido dos números um, dois e três, onde o atleta B1 é cego, o B2 possui percepção de vulto e B3 definição de imagem.

Apesar de haver três categorias de classificação com relação ao grau de visibilidade, ainda não existem eventos paralímpicos específicos para cada uma delas. Sendo assim, B1, B2 e B3 lutam entre si, havendo apenas a divisão por categorias de peso corporal. O atleta B1 é identificado com um círculo vermelho em cada ombro do quimono. Alguns atletas, além de deficientes visuais, são também deficientes auditivos, estes possuem também uma identificação no quimono, um círculo amarelo no ombro.

2.3.3 Contexto Histórico e Desenvolvimento do Judô Paralímpico

Os primeiros relatos do judô paralímpico ocorrem através da prática de judô adaptado por atletas deficientes visuais como uma forma de inclusão social, reabilitação e lazer e tornou-se a primeira arte marcial a fazer parte do programa dos Jogos Paralímpicos e datam da década de 70, do século XX (BRASIL, 2016c). No Brasil, começa a ser praticado de forma efetiva e sistemática em 1982, no Instituto Benjamin Constant – IBC, no Rio de Janeiro, através do professor Carmelino de Souza Vieira (VIEIRA; SOUZA JR, 2006).

A primeira competição mundial de judô para pessoas com deficiências visuais foi realizada em Paris, na França, em 1987 (MASTRO; PEARSON, 2002) e o Brasil esteve presente com quatro atletas, todos de Curitiba, Paraná (PEREIRA JUNIOR *et al.* 2016). O judô paralímpico feminino começa a ser disputado internacionalmente a partir de 1995 (OHLENKAMP, 2017).

Com o surgimento e o crescimento do esporte para pessoas com deficiência em todo o mundo, foram criadas, gradativamente, entidades internacionais, nacionais e regionais nas diversas áreas de deficiência e também em diferentes modalidades, com a responsabilidade de melhor administrá-lo (MARQUES *et al.* 2009).

A IBSA é a entidade responsável internacionalmente pelo judô paralímpico, fundada em Paris em 1981, e uma das quatro Organizações Internacionais de Esportes para Deficientes (IOSD). As IOSDs são organizações independentes reconhecidas pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) como únicas representantes dos grupos de deficiência específicas. Também são organizações Internacionais de Esporte para Deficientes, a Associação Internacional de Esportes e Recreação para Paralisados Cerebrais (CPISRA), Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Intelectual (INAS) e Federação Internacional de Esportes para Cadeira de Rodas e Amputados (IWAS).

Apesar de a IBSA ser uma entidade reguladora independente, com autonomia parcialmente adquirida, com independência de atuação e gerenciamento da modalidade e eventos (como, IBSA World Games e IBSA Judô World Cup), quando se trata dos Jogos Paralímpicos, a responsabilidade pela organização e regulação das regras de disputa cabe ao IPC, ao qual, nessa situação, todas as outras entidades reportam-se.

O IPC é uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em 22 de setembro de 1989, na cidade de Bonn, Alemanha. O IPC é responsável pelos Jogos Paralímpicos de Verão e de Inverno. Sua estrutura é composta por cinco organizações regionais (Comitê Paralímpico Africano, Comitê Paralímpico das Américas, Comitê Paralímpico Asiático, Comitê Paralímpico Europeu e Comitê Paralímpico da Oceania) independentes do IPC e são reconhecidas como únicas representantes dos membros do IPC em uma parte específica do mundo.

Organizando eventos esportivos regionais, coordenam atividades de desenvolvimento e fornecem apoio ao departamento de membros do IPC nas suas respectivas regiões (IPC, 2017b). O Comitê Paralímpico Africano não é reconhecido pelo IPC, apesar de constar na lista das Organizações Regionais. O Comitê Paralímpico das Américas é estabelecido pelo IPC, enquanto uma Organização Regional Independente não é criada.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é a entidade responsável pelas modalidades paralímpicas do Brasil, sendo um dos 179 Comitês Paralímpicos Nacionais (NPC's) filiados ao IPC. O CPB possui 17 Confederações, nove Confederações/Associações filiadas e oito Confederações reconhecidas. O CPB foi fundado em nove de fevereiro de 1995, em Niterói, Rio de Janeiro. Em 19 de junho de 2002, a sede do CPB foi transferida de Niterói para Brasília.

A Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) é uma das confederações filiadas ao CPB, assim como a entidade representante do Brasil na IBSA. A CBDV é a entidade responsável por três modalidades paralímpicas (Futebol de 5, Goalball e Judô); também administrando duas modalidades não paralímpicas (Futebol B2/B3 e *Powerlifting*). A CBDV é um exemplo de organização poliesportiva, segundo classificação do Paciorek (2004), pois oferece treinamento e competições para pessoas com deficiência específica (deficiência visual) em diversas modalidades.

Anteriormente à CBDV, existiram a Associação Brasileira de Desportos para Cegos – ABDC, fundada em 1983, que foi transformada em Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC em 2005 (PARSON; WINCKLER, 2012) e em 2008, por problemas financeiros com a CBDC, decidiu-se que a única saída para o movimento desportivo de cegos, naquele momento, era a criação de uma nova associação que pudesse conduzir o processo desportivo nacional. É fundada então

a CBDDEV, no dia 06 de novembro de 2008, em Niterói, Rio de Janeiro (CBDV, 2008) que passaria a CBDV em 12 de junho de 2010 (CBDV, 2010).

2.3.4 O judô paralímpico brasileiro em Jogos Paralímpicos

A modalidade teve sua estreia em 1988, nos Jogos Paralímpicos de Seul, Coréia do Sul, com 33 atletas de nove países disputando seis eventos (categorias de peso, até 60 kg, até 65 kg, até 71kg, até 78 kg, até 86 kg e acima de 95 kg), somente no naipe masculino (IPC, 2018a). O Brasil foi representado por cinco atletas e conquistou suas primeiras medalhas: três bronzes no total.

Em 1992, em Barcelona, Espanha, 52 atletas de 16 países disputaram (IPC, 2018a) sete eventos (foi acrescida a categoria de peso de -95 kg). O Brasil não conquistou nenhuma medalha com seus quatro representantes.

Nas Paralimpíadas de Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996, cresceu o número de atletas e países participantes, 67 e 19, respectivamente (IPC, 2018a). O Brasil, representado por cinco atletas, conquista sua primeira medalha de ouro com Antônio Tenório da Silva, na categoria até 86 kg.

No Ano de 2000, nos Jogos Paralímpicos de Sydney, Austrália, a modalidade de judô contou com 83 atletas, representando 24 países em sete eventos (IPC, 2018a); ocorreu alteração nas categorias de peso (até 60kg, até 66 kg, até 73kg, até 81 kg, até 90 kg, até 100 kg, acima de 100kg). O Brasil esteve presente com cinco atletas e novamente conquistou a medalha de ouro com Antônio Tenório da Silva na categoria até 90kg.

Em 2004, nas Paralimpíadas da Grécia, ocorreu a estreia do judô feminino nos Jogos Paralímpicos. Com um total de 118 atletas (35 mulheres), de 30 países, disputando 13 eventos, sete eventos do naipe masculinos e seis femininos nas seguintes categorias de peso, até 48kg, até 52 kg, até 57kg, até 63kg, até 70kg e acima de 70kg (IPC, 2018a). Sete atletas representaram o país, quatro no masculino e três no feminino. O Brasil conquistou quatro medalhas: um ouro e uma prata no masculino e uma prata e um bronze no feminino. Antônio Tenório da Silva subiu para a categoria até 100kg e conquistou a medalha de ouro.

Os Jogos Paralímpicos de Beijing, China, em 2008, contaram com 129 atletas (47 mulheres) de 34 países (IPC, 2018a). Pela primeira vez a delegação brasileira possuiu mais atletas femininos do que masculinos no judô, dos oito atletas enviados

cinco eram mulheres. O Brasil conquistou cinco medalhas. Antônio Tenório da Silva conquistou sua quarta medalha de ouro, a segunda na categoria até 100kg. As outras quatro medalhas vieram através do judô feminino, sendo duas de prata e duas de bronze.

Em Londres, Inglaterra, nos XIV Jogos Paralímpicos, 128 atletas participaram (46 mulheres) representando 30 países (IPC, 2018a). O Brasil foi representado por nove atletas (quatro no masculino e cinco no feminino) conquistando uma medalha de bronze no naipe masculino com Antônio Tenório da Silva e quatro medalhas no feminino, uma de prata e três de bronze.

Os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro atingiram a marca recorde de 36 países participantes, sendo representados por 129 atletas, destes, 47 no naipe feminino (IPC, 2018a). O Brasil possuiu a sua maior delegação, com 12 atletas (sete no masculino e cinco no feminino), ficando de fora apenas em uma das categorias do naipe feminino até 73kg. O Brasil conquistou quatro medalhas de prata, duas no masculino e duas no feminino. Antônio Tenório da Silva novamente subiu ao pódio, conquistando a medalha de prata (IPC, 2018a).

O Brasil, desde a inserção da modalidade de judô nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, só não subiu ao pódio na edição dos Jogos Paralímpicos de Barcelona em 2002. O judô feminino paralímpico, desde sua estreia em 2004 em Atenas, esteve sempre presente no pódio e é responsável por 11 das 22 medalhas conquistadas pelo país. Apesar de ainda não ter conquistado uma medalha de ouro nas paralimpíadas, o judô paralímpico feminino conquistou em quatro ciclos paralímpicos o mesmo número de medalhas do masculino em oito ciclos olímpicos. Antônio Tenório da Silva é o atleta brasileiro com o maior número de medalhas na modalidade, um total de seis medalhas, sendo quatro de ouro, uma de bronze e uma de prata. O Brasil figura entre as cinco maiores potências mundiais do judô paralímpico, conforme pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1. Quadro geral de medalhas da modalidade de judô paralímpico nos Jogos Paralímpicos, de 1988 a 2016.

Colocação	País	Ouro	Prata	Bronze	Total
1	Japão	12	9	9	30
2	China	9	10	6	25
3	Cuba	6	0	7	13
4	Azerbaijão	5	3	3	11
5	Brasil	4	9	9	22
6	Espanha	4	8	7	19
7	França	4	6	11	21
8	Alemanha	4	4	8	16
9	Ucrânia	4	3	8	15
10	Coreia	4	2	6	12
11	Grã-Bretanha	3	3	9	15
12	Uzbequistão	3	2	6	11
13	México	3	1	1	5
14	Argélia	3	0	5	8
15	EUA	2	6	13	21
16	Rússia	2	5	15	22
17	Áustria	2	0	0	2
18	Taipei Chinesa	1	1	2	4
19	Venezuela	1	0	3	4
20	Austrália	1	0	0	1
20	Geórgia	1	0	0	1
22	Argentina	0	2	3	5
23	Itália	0	1	3	4
23	Turquia	0	1	3	4
25	Equipe Unificada	0	1	2	3
26	Irã	0	1	1	2
27	Hungria	0	0	5	5
28	Canadá	0	0	4	4
29	Finlândia	0	0	2	2
29	Lituânia	0	0	2	2
31	Mongólia	0	0	1	1
31	Holanda	0	0	1	1
31	Romênia	0	0	1	1
31	Suécia	0	0	1	1

Fonte: adaptado do IPC (2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é do tipo descritiva exploratória, com abordagem mista, através da estratégia incorporada concomitante (CRESWELL, 2010), que envolve a coleta de dados qualitativos e quantitativos simultaneamente, sem o objetivo de compará-los. O método guia estabelecido foi o qualitativo.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para participar desta pesquisa, foram convidados os gestores, técnicos, atletas e árbitros vinculados às organizações que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro, além do gestor da Confederação Brasileira de Judô (CBJ), que desde 2012 (CBDV, 2012; CBJ 2012) atua conjuntamente, colaborando com a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) na modalidade.

Como critério de inclusão na amostragem da pesquisa, foi utilizada a participação no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos do ano de 2017 (GP 2017), evento organizado pela CBDV, realizado em duas etapas anuais, que juntamente com as Paralimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), compõem o calendário anual do judô paralímpico em nível nacional.

Um Termo de Concordância da Instituição (Apêndice A) foi encaminhado à CBDV, solicitando o acesso do pesquisador às inscrições do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos do ano de 2017, além dos contatos dos participantes. Da mesma forma foi encaminhado ao CPB; entretanto, não tivemos retorno.

Durante as duas etapas do GP 2017, houve divulgação a respeito da pesquisa nos Congressos Técnicos do evento, assim como contato pessoal com os técnicos e atletas. Os participantes da pesquisa foram contatados pessoalmente, por telefone, e-mail e mensagens de texto (utilizando o aplicativo *WhatsApp*®). Foram obtidas respostas de 13 gestores, 22 técnicos, 23 atletas e um árbitro, assim distribuídos:

1) Gestores:

- Presidente da CBDV;
- Presidente da CBJ;
- 11 Gestores das Entidades participantes do GP 2017.

2) Técnicos:

- Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico;
- 21 Técnicos das Entidades participantes do GP 2017.

3) Atletas:

- Representante do Conselho dos Atletas;
- 22 Atletas das Entidades participantes do GP 2017.

4) Árbitros

- Coordenador de Arbitragem de judô paralímpico da CBDV.

3.3 INSTRUMENTOS

Foram utilizados para esta pesquisa os seguintes instrumentos de pesquisa:

3.3.1 Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas cinco entrevistas, aplicadas aos representantes em nível nacional dos gestores (CBDV e CBJ), árbitro (coordenador de arbitragem do judô paralímpico da CBDV), técnico (seleção brasileira de judô paralímpico) e atleta (representante do conselho dos atletas da CBDV). Por solicitação dos entrevistados, as entrevistas foram realizadas de três formas: à distância (por telefone), presencial e por escrito (via correio eletrônico), dentro das possibilidades e preferências de cada respondente. Estava previsto entrevistar o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), assim como um representante da INFRAERO (patrocinadora oficial do judô paralímpico brasileiro) e, mesmo com o auxílio e intermediação da CBDV, em ambos os casos não foi possível entrevistá-los.

Foram entrevistados, à distância, o Presidente da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais e o Coordenador de Arbitragem de Judô Paralímpico da CBDV. O representante do Conselho dos Atletas foi entrevistado de forma presencial em local e hora pré-determinados. O Presidente da Confederação Brasileira de Judô e o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico solicitaram responder à entrevista por escrito.

As entrevistas, inicialmente compostas por dez questões, tiveram duração máxima de uma hora, foram gravadas, transcritas e encaminhadas ao entrevistado para conferência. As gravações de áudio geradas a partir das entrevistas, assim como as entrevistas escritas, foram encaminhadas ao arquivo do “Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos” (CEO), localizado na sala 212A do Laboratório de Pesquisa do Exercício (LAPEX) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dados e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados por um período de cinco anos, e serão destruídos após este prazo. O modelo de entrevista encontra-se no Apêndice A.

3.3.2 Pesquisa documental

Foi baseada em documentos oficiais, como estatutos, atas, boletins e relatórios, junto aos sites das entidades que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro (CBDV, Entidades filiadas e reconhecidas), além de entidades que participam desta estrutura de forma colaborativa (CPB e CBJ). Os documentos que não se encontravam acessíveis pelo site foram solicitados através do endereço eletrônico das organizações responsáveis.

3.3.3 Questionário

A elaboração dos questionários foi específica para cada grupo, objetivando uma maior compreensão da atuação de cada agente na estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro. Os questionários foram enviados a todos os gestores das entidades participantes, todos os técnicos inscritos no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, além de um atleta representante de cada entidade escolhido aleatoriamente. O questionário para os gestores foi enviado em formato *web link*, via

rede mundial de computadores para o correio eletrônico das entidades. Para os técnicos e atletas, foi enviado em formato *web link*, via mensagem de texto instantânea (utilizando o aplicativo para *smartphones WhatsApp®*). Todos os contatos dos participantes foram fornecidos pela CBDV.

Em todos os casos, na ausência de retorno, foi executada uma segunda tentativa. No caso específico dos atletas, objetivando a participação de um atleta representante de cada entidade, na ausência de resposta na segunda tentativa, um novo atleta da mesma entidade era escolhido aleatoriamente de forma sucessiva até esgotar as possibilidades de atletas inscritos ou o prazo de coleta de dados. O mesmo critério foi utilizado para entidades com mais de um técnico inscrito. O questionário para os gestores foi composto de 61 questões, 37 para os técnicos e 31 para os atletas 31. No total, foram retornados 54 questionários, formado por 22 atletas, 21 treinadores e 11 gestores.

3.3.4 Registros de Campo

Foram elaborados registros de campos com o objetivo de registrar conversas informais, acontecimentos, o funcionamento da estrutura organizacional e os papéis de cada um dos sujeitos da pesquisa durante os três principais eventos da modalidade, nas duas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, assim como nas Paralimpíadas Escolares de 2017. Segundo Araújo *et al.* (2013), o registro de campo constitui-se de um modo de compreensão das múltiplas dimensões e inter-relações do objeto de estudo.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para o processo de classificação e análise dos dados obtidos através das entrevistas, foi utilizada a técnica de categorização, conforme Bardin (2011). Após coletado, o material foi transcrito e separado em quatro categorias temáticas:

- Agentes participantes (atletas, técnicos, gestores e árbitros);
- Financiamento;
- Infraestrutura;
- Competições esportivas.

A análise documental foi obtida por meio da sistematização dos documentos e posterior estratificação dos elementos considerados relevantes, tendo como parâmetro os objetivos propostos pelo presente estudo.

Os dados coletados através dos questionários foram tratados por meio da estatística descritiva, mediante a utilização da ferramenta de envio de questionários *online GoogleDocs®*.

A análise e interpretação das entrevistas e questionários ocorreram simultaneamente, sem o objetivo de comparação, conforme a estratégia incorporada concomitante proposta por Creswell (2010), na qual a composição de diferentes quadros proporciona uma avaliação composta geral do problema.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foram observadas as questões éticas inerentes às pesquisas com seres humanos, conforme previsto na Resolução do Ministério da Saúde 466/2012. De acordo com esta resolução e de maneira geral, foram observados os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça (entre outros), bem como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices B e C), no qual constava o tema e objetivo geral da pesquisa em que se insere, além da forma de participação do sujeito.

Foi explicado que os sujeitos poderiam optar por não participar do estudo ou, no caso de aceitarem participar, houve a possibilidade de solicitação pela não utilização dos seus dados no estudo. Também foi acordado com os sujeitos o respeito aos critérios de privacidade e confidencialidade, mantendo suas identidades em sigilo e utilizando as informações que os mesmos concordem em expor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO JUDÔ PARALÍMPICO BRASILEIRO

Com relação à estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro, foi considerada a identificação, caracterização e mapeamento das organizações que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro.

4.1.1 Organizações que compõem a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro

A estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro é composta pela Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), Federações Estaduais e Entidades vinculadas a CBDV, assim como o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) que, apesar de não estarem diretamente relacionadas com a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro, participam da mesma.

4.1.1.1 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais

A CBDV é a entidade responsável pela administração do esporte para pessoas com deficiência visual representando, dirigindo e coordenando este segmento esportivo em níveis nacionais e internacionais. Estão sob sua responsabilidade as modalidades de judô paralímpico, futebol de cinco e goalball (paralímpicas), além de *powerlifting* e futebol B2/B3 (não-paralímpicas).

Ao ser questionado sobre as vantagens e desvantagens de gerenciar uma entidade poliesportiva, o Presidente da CBDV respondeu:

Às vezes você tem uma única modalidade e pouco recurso, não conseguindo ter uma estrutura administrativa que dê conta daquela modalidade. Então, ter três modalidades como a CBDV nos possibilita ter mais recursos e condições de estrutura, dando mais condições a essas modalidades para desenvolvimento do alto rendimento.

Inicialmente sediada no Rio de Janeiro, em 2017 a CBDV transferiu-se para São Paulo, buscando estar fisicamente mais próxima do Centro de Treinamento

Paralímpico, local onde ocorrem treinamentos, competições e evento de interesse da CBDV (2017e).

Dentre os objetivos institucionais da CBDV, estão as ações que oportunizam o envolvimento e o desenvolvimento de pessoas com deficiência visual, através da participação em competições de alto rendimento; na inclusão, reabilitação e socialização destas por meio do esporte; além de organizar e participar de competições do esporte escolar e universitário, fomentando e desenvolvendo em instituições de ensino (fundamental, médio e superior) as atividades do segmento esportivo (CBDV, 2017b).

À CBDV cabe ainda, de acordo com suas competências, promover e apoiar o oferecimento de uma estrutura administrativa e organizacional indispensável para o funcionamento das suas entidades filiadas, bem como oferecer a participação em eventos (político-administrativo, técnico-científico e em competições nacionais e internacionais) e o incentivo a pesquisas e estudos, além da capacitação, formação e especialização de recursos humanos em todos os setores do segmento paralímpico (CBDV, 2017b).

A estrutura organizacional da CBDV é composta por seis poderes: Assembleia Geral; Conselho Deliberativo; Tribunal de Justiça Desportiva; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal e Conselho dos Atletas, a saber:

- Assembleia Geral - composta pelas entidades filiadas; as federações (que tenham organizado pelo menos uma competição estadual ou regional); além do Presidente do Conselho dos Atletas).
- Conselho Deliberativo - é formado por cinco membros: três membros eleitos pela Assembleia Geral, o Presidente da Diretoria Executiva e o Presidente do Conselho dos Atletas. O Presidente do Conselho Deliberativo será aquele que receber o maior número de votos dentre os eleitos pela Assembleia Geral.
- Tribunal de justiça desportiva - é um órgão independente, constituído na forma da lei.
- Diretoria Executiva – formada pelo Presidente e pelo Secretário Geral eleitos pela Assembleia Geral. Estes cargos obrigatoriamente serão ocupados por pessoas com deficiência visual, que devem integrar a no mínimo quatro anos o cadastro nacional de dirigente paralímpico. Também

fazem parte da Diretoria Executiva os cargos de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico, ambos de livre nomeação.

- Conselho Fiscal - formado por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo três eletivos e dois suplentes.
- Conselho dos Atletas é composto por cinco membros, um representante de cada modalidade (futebol de cinco, goalball, judô, futebol B2/B3 e *powerlifting*), (CBDV, 2017c) escolhidos pelos atletas maiores de 16 anos no ano dos Jogos Paralímpicos de Verão (CBDV, 2017b).

A CBDV possui 10 funcionários em seu quadro. Além do Presidente e o Secretário Geral, fazem parte uma diretora administrativo-financeira, um gerente técnico e de eventos, um coordenador de seleções, além de um assessor de imprensa, três assistentes administrativos e uma auxiliar.

Cada uma das modalidades paralímpicas, sob responsabilidade da CBDV, possui uma Comissão Técnica exclusiva. O coordenador de seleções é o responsável por todas elas. A Comissão Técnica de judô é composta por nove integrantes: dois técnicos, um preparador físico, um apoio, um analista de desempenho, uma psicóloga, um médico, um fisioterapeuta e nutricionista. Além disso, para competições, existe também a convocação de um chefe de delegação para missões internacionais através de Boletim Oficial.

4.1.1.2 Federações Estaduais

Para uma Federação Estadual filiar-se a CBDV, é necessário que esta possua um mínimo de cinco entidades de práticas desportivas que sejam filiadas a CBDV (CBDV, 2017b). Atualmente, vinculadas ao judô paralímpico, existem três federações reconhecidas pela CBDV: a Federação Paulista de Judô (FPJ), a Federação de Esportes Paraolímpicos do Estado do Amazonas (FEPAM) e Federação Rondoniense Paradesportiva de Esporte do Estado de Rondônia (FROPE). Além do baixo número de Federações Estaduais filiadas a CBDV, existe uma falta de representatividade das mesmas quando relacionadas a esportes de deficientes visuais (seguindo o modelo da IBSA e CBDV), ou da modalidade específica (judô paralímpico).

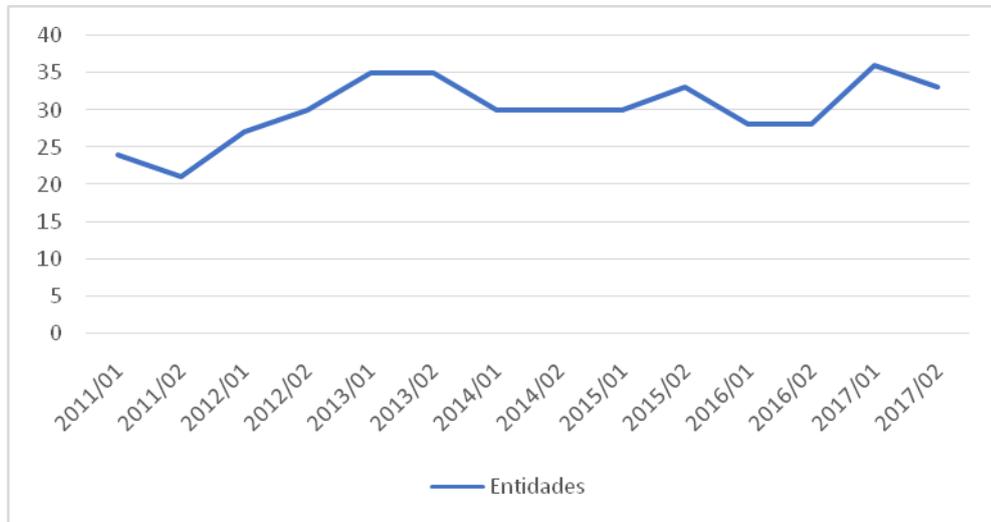
Tanto a FROPE quanto a FEPAM são Federações Estaduais poliesportivas que representam mais de uma modalidade e deficiência. Com isso, estas duas Federações acabam atuando com representatividade de Entidades e cada uma delas participou com apenas um atleta representante durante o Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017. Outro fator importante é que em Rondônia, mesmo havendo a Federação, existe outra entidade que atua sem estar vinculada a FROPE.

No caso da Federação Paulista de Judô, temos uma atuação mais semelhante como a de uma Federação Estadual, onde ela possui vínculo com a CBDV para promover competições estaduais para atletas deficientes visuais. Ocorre que é uma Federação vinculada a duas Confederações (CBDV e CBJ) de modalidades que, apesar de muito semelhantes na prática, estão ligadas a diferentes organizações. Outro fato relevante é a ausência de referências de vinculação junto a CBDV no estatuto da Federação Paulista de Judô (FPJ, 2017).

4.1.1.3 Entidades

Ao final do ano de 2017, a CBDV contabilizou um total de 193 entidades inscritas, sendo 69 filiadas e as outras 124 reconhecidas (CBDV, 2017d). Durante o período de 2011 a 2017, 81 entidades participaram do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos. Entretanto, pode ser percebido que, apesar do elevado número de entidades, existe uma inconstância em suas participações. Como exemplo, 20 entidades participaram apenas de uma das 14 etapas realizadas neste período, enquanto somente duas estiveram presentes em todas as edições (ACERGS e CEIBC). A Figura 2 mostra a evolução da participação das entidades em cada uma das etapas do Grand Prix INFRAERO de judô para Cegos.

Figura 2. Evolução do número de entidades participantes das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos



Fonte: Adaptado CBDV (2017).

Segundo o Estatuto da CBDV (2017b), estão aptas a se filiar as entidades de prática esportiva, entidades de deficientes visuais e federações. Para se filiar, a entidade de prática esportiva deve prever em seu estatuto a existência de um departamento responsável pelo desenvolvimento da prática do esporte paralímpico para pessoas com deficiência visual. No caso das entidades de deficientes visuais, é necessário que tenham o esporte como uma de suas finalidades. Para as Federações estaduais ou regionais, estas devem contar com um mínimo de cinco entidades de práticas esportivas, e estas devem ser filiadas à CBDV.

Para se filiar e manter-se filiada, é necessário encaminhar à CBDV um exemplar do seu estatuto autenticado, além da ata de eleição e posse da diretoria e conselho fiscal (registrados em cartório) e cartão do CNPJ. Em caso de alterações no estatuto ou quadro diretivo, no prazo de 30 dias, deve ser apresentada a cópia da ata da assembleia geral autenticada, bem como o cartão do CNPJ.

Enquanto as entidades não preencherem estes requisitos, serão consideradas como entidades reconhecidas, não podendo exercer os direitos políticos da CBDV, em especial, participar da assembleia geral, indicar chapas para concorrerem à eleição e candidatos para os conselhos. Para fazer parte da assembleia geral, faz-se necessário que a entidade possua um mínimo de quatro anos de filiação. Não existem cobranças financeiras para vinculação das entidades junto à CBDV.

O judô paralímpico brasileiro contou, nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, com a presença de 44 entidades representando 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal. Em sua maioria, as Entidades estão localizadas na região Sudeste, sendo metade das entidades oriundas desta região. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram representadas por seis entidades, seguidas pela região Sul e Norte com cinco entidades, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2. Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017

	Entidades	Estados
1	Associação Batista de Ação Social de Curitiba	PR
2	Associação Caruaruense de Esporte de Cegos	PE
3	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul	RS
4	Associação D'Eficiência Superando Limites	CE
5	Associação dos Deficientes Visuais do Rio Grande do Norte	RN
6	Associação dos Deficientes Visuais de Campos	RJ
7	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás	GO
8	Associação dos Deficientes Visuais do Estado do Rio de Janeiro	RJ
9	Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis	SP
10	Associação dos Deficientes Visuais do Mato Grosso do Sul	MS
11	Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região	SC
12	Associação Esportiva dos Deficientes Visuais do Estado do Paraná	PR
13	Associação Esportiva e Paradesportiva do Sul e Sudeste do Pará	PA
14	Associação Espírito Santense das Pessoas com Deficiência	ES
15	Associação de Judô Caminho Suave	PB
16	Associação Mato-grossense de Cegos	MT
17	Associação Mariliense de Esportes Inclusos	SP
18	Associação de Pais e Amigos e Deficientes Visuais	SP
19	Associação Paradesportiva de Novo Horizonte	SP
20	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Rondônia	RO
21	Associação Souza Filho de Artes Marciais	PA
22	Associação Serrana de Judô Esporte e Cultura	ES
23	Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo	SP
24	Clube dos Amigos Deficientes	SP
25	Centro Desportivo Maranhense de Cegos	MA
26	Caixa Escolar Instituto Benjamin Constant	RJ
27	Centro de Emancipação Social e Desportiva de Cegos	SP
28	Escola Municipal Noel de Carvalho	RJ
29	Federação de Esportes Paraolímpicos do Estado do Amazonas	AM
30	Federação Rondoniense Paradesportiva de Esporte do Estado de Rondônia	RO
31	Associação Hikari de Esporte, Cultura e Lazer	ES
32	Instituto dos Cegos do Estado do Mato Grosso	MT
33	Instituto Luiz Braille do Espírito Santo	ES
34	Instituto Roberto Miranda	PR
35	Organização Social e Desportiva de Judô Ishii	SP
36	Instituto Sul-Mato-grossense para Cegos Floriano Vargas	MS
37	Judô Clube Leonardo Lara	RJ
38	Organização de Apoio aos Deficientes Visuais	RJ
39	Organização Não Governamental Boto Cinza	SE
40	Centro de Prevenção e Reabilitação de Deficiência da Visão	SP
41	Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual	SP
42	Instituto Reação	RJ
43	Associação de Judô Rogério Sampaio	SP
44	União dos Atletas Cegos do Distrito Federal	DF

Fonte: adaptado CBDV (2017)

Tabela 1. Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 por Regiões do Brasil.

	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Sul	Norte
Entidades	22	6	6	5	5

Fonte: adaptado CBDV (2017)

Dentre os Estados, São Paulo foi o que possuiu maior número de entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, com 11 entidades inscritas, seguido do Rio de Janeiro com sete, Espírito Santo, quatro; Paraná, três; Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia com duas. Contaram com apenas uma entidade participante 11 Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Goiás, Distrito Federal e Amazonas.

Somados, estes 11 Estados possuíram o mesmo número de Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de judô para Cegos 2017 que o estado de São Paulo. Os estados do Acre, Tocantins, Amapá, Roraima, Piauí, Alagoas, Bahia e Minas Gerais não foram representados em nenhuma das etapas. Tal realidade apareceu no discurso do Presidente da CBDV:

[...] a gente percebe que ainda tem muitos Estados no Brasil que não têm judô para cegos e a gente está, juntamente com CPB, tentando fazer com que tenham mais pessoas praticando o judô (paralímpico) no Brasil como um todo.

Além da ausência de atletas participantes de oito estados, três estados contaram com um único atleta representante, enquanto 27% dos competidores eram representantes do estado de São Paulo, conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Número de atletas por entidade participante do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.

	Estado	Sigla da Entidade	Atletas	Total
1	AM	FEPAM	1	1
2	CE	ADESUL	2	2
3	DF	UNIACE	4	4
4	ES	ASJEC	1	4
		HIKARI	1	
		AESPD	1	
		ILBES	1	
5	GO	ADVEG	5	5
6	MA	CEDEMAC	2	2
7	MS	ADEVIMS	1	14
		ISMAL	13	
8	MT	AMC	3	5
		ICEMAT	2	
9	PA	AEPA	2	6
		ASFAM	4	
10	PB	AJCS	1	1
11	PE	ACACE	1	1
12	PR	ABASC	5	8
		AEDV	1	
		IRM	2	
13	RJ	ADVC	2	24
		ADVERJ	1	
		CEIBC	17	
		EMNC	1	
		JC LARA	1	
		OADV	1	
		REAÇÃO	1	
14	RN	ADEVIRN	7	7
15	RO	ASDEVIRON	2	3
		FROPE	1	
16	RS	ACERGS	16	16
17	SC	ADVIR	3	3
18	SE	ONG BOTO CINZA	2	2
19	SP	ADVF	1	49
		AMEI	1	
		APADV	1	
		APNH	1	
		ATHLON	2	
		CAD	11	
		CESEC	20	
		ISHII	1	
		PROVISÃO	9	
		PRÓVISÃO CAMPINEIRA	1	
		ROGERIO SAMPAIO	1	

Fonte: Adaptado de CBDV (2017)

Das entidades participantes do Grand Prix 2017, 26 estão localizadas nas capitais. Destas, quatro estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro, caracterizando-se como a cidade com o maior número de entidades participantes. Entre as 18 entidades do interior, duas encontram-se na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo.

4.1.1.3.1 Caracterização das Entidades

Das 44 Entidades participantes do GP 2017, 19 são filiadas (Quadro 3) e 25 são reconhecidas pela CBDV. Das entidades filiadas, 15 são de deficientes visuais e quatro esportivas. Das entidades reconhecidas, 12 são entidades de deficientes visuais (duas delas atendem a mais de uma deficiência), duas são Federações Estaduais e oito são entidades esportivas (destas, seis são entidades exclusivas de judô), além de três entidades que não se enquadram nesta classificação (uma entidade religiosa, uma organização não governamental e uma escola municipal).

Quadro 3. Entidades filiadas a CBDV participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2017

Entidades Filiadas a CBDV	
1	Associação Caruaruense de Esporte de Cegos
2	Associação D'Eficiência Superando Limites
3	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
4	Associação de Pais e Amigos e Deficientes Visuais
5	Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás
6	Associação dos Deficientes Visuais do Mato Grosso do Sul
7	Associação dos Deficientes Visuais de Campos
8	Associação Espírito Santense das Pessoas com Deficiência
9	Associação Esportiva e Paradesportiva do Sul e Sudeste do Pará
10	Associação Mariliense de Esportes Inclusos
11	Associação Mato-grossense de Cegos
12	Associação Souza Filho de Artes Marciais
13	Caixa Escolar Instituto Benjamin Constant
14	Centro de Emancipação Social e Desportiva de Cegos
15	Centro Desportivo Maranhense de Cegos
16	Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo
17	Instituto dos Cegos do Estado do Mato Grosso
18	Instituto Sul-Mato-grossense para Cegos Floriano Vargas
19	Organização de Apoio aos Deficientes Visuais

Fonte: adaptada CBDV (2017)

Segundo os gestores, a maioria das Entidades não é exclusivamente esportiva, não representa exclusivamente modalidades paralímpicas, tampouco é exclusiva para deficientes visuais ou específica de judô. Através de uma análise nos sites oficiais e nas redes sociais das Entidades, 13,6% das entidades são exclusivas de judô.

Quando questionados sobre quais são os interesses das entidades, 91% dos gestores responderam o alto rendimento, seguido de inclusão social em 73%, além de lazer e reabilitação, ambos com 54%. Entretanto, quando questionados sobre o

foco principal da entidade, 63,6% das respostas foram na inclusão social, enquanto 36,4% foram no alto rendimento.

No alto rendimento pode ser observado que a seleção brasileira de judô paralímpico que participou dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 contou com 12 atletas representantes de seis entidades. Uma entidade foi responsável por 41,6% dos atletas da seleção, o CESEC/SP. A Associação de Deficientes Visuais de Belo Horizonte (ADEVIBEL) de Minas Gerais, representada na seleção com uma atleta não consta neste estudo por não ter participado com nenhum atleta em nenhuma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.

Na Tabela 3, é possível observar a representação das entidades em número de atletas em eventos da CBDV.

Tabela3. Entidades com atletas na seleção brasileira de judô paralímpico em 2016/2017

Entidades	Competições internacionais			Fases de Treinamento			
	Jogos Paralímpicos Rio 2016	Parapan Americanos de Novos São Paulo - 2017	Campeonato das Américas IBSA São Paulo - 2017	I	II	III	IV
ACERGS-RS	---	2	2	2	2	2	2
ADEVIBEL-MG	1	---	1	---	---	---	---
ADEVIRN-RN	2	2	2	2	3	2	1
ADVIR-SC	---	1	---	1	---	---	---
AEPA-PA	---	1	1	1	1	1	1
AJCS-MS	1	---	1	---	---	---	---
AMEI-SP	1	---	1	---	1	1	1
APADV-SP	---	1	1	1	1	1	1
ASFAM-PA	---	1	1	1	1	1	---
CEIBC-RJ	2	5	4	5	5	4	3
CESEC-SP	5	2	5	2	4	5	5
E.M.N.C.-RJ	---	1	---	1	---	---	---
ISMAL-MS	---	1	1	1	1	1	1
REAÇÃO-RJ	---	---	1		1	1	1
UNIACE - DF	---	1	---	1	---	---	---

Fonte: Adaptado CBDV (2017).

As entidades, em média, oferecem seis modalidades esportivas aos seus associados, em que a maior oferta foi de 12 modalidades e a menor de duas modalidades. O número de associados das Entidades variou de 70 a 800, com média de 198 associados. Já o número de participantes deficientes visuais na modalidade de judô variou de um a 15, com uma média de seis atletas por entidade.

As fontes de receitas das entidades são, em sua maioria, oriundas de Incentivos públicos e doações 54%, seguidos de eventos/campanhas e mensalidades/anuidades dos associados 36%, incentivos privados 37% e por mensalidade/anuidade dos atletas 9%. A maioria das Entidades (82%) não possui um investimento anual destinado ao judô paralímpico e 54% das entidades não possuem resultados e metas claramente estabelecidos para o judô paralímpico.

Ao serem questionados sobre o quadro de funcionários, os gestores responderam que a maioria dos cargos das entidades é ocupada de forma voluntária, sem remuneração; em 45,5% das entidades existem cargos remunerados. No caso dos gestores, apenas 27,3% são remunerados; e, dos técnicos, apenas 18% são remunerados. As entidades não possuem atletas no seu quadro de funcionários e, em 64% dos casos, seus funcionários desempenham mais de uma função dentro da entidade.

Através destes dados é possível verificar o amadorismo das Entidades analisadas, seja como entidade esportiva, modalidade paralímpica, específica para deficientes visuais ou exclusiva de judô. As possibilidades de tornar uma Entidade com estas características competitiva, tanto na modalidade quanto como na organização é pequena, ainda mais quando em um contexto de pouco recurso financeiro, com ampla oferta de modalidades, organizadas por funcionários voluntários, que atuam desempenhando mais de uma função na organização.

4.1.2 Organizações que participam da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro

A fim de uma melhor compreensão de como ocorrem as interações da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro, como Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Federação Internacional de Judô (FIJ) e a Confederação Brasileira de Judô (CBJ), foram analisados os papéis desempenhados pelas organizações através dos relatos dos entrevistados.

4.1.2.1 Comitê Paralímpico Brasileiro

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) tem por finalidade representar, dirigir e coordenar na área de sua atuação o Segmento Paralímpico Brasileiro no

ordenamento do Subsistema Nacional do Esporte, tanto em nível nacional quanto internacional (CPB, 2017b). Cabe ao CPB o repasse das verbas da Lei Agnelo-Piva para as Confederações e, segundo o Presidente da CBDV, o CPB é:

[...] o maior parceiro das Confederações e da CBDV. O que acontece, a lei Piva, que é um recurso que é repassado pelo recurso das loterias Caixa, sai do Governo Federal e passa para o CPB e a gente faz os projetos trabalhando diretamente com CPB. O CPB é quem define o valor do recurso para cada ano, então, se o judô alcança os resultados promissores... isso dá condições de aumentar os recursos, que hoje em dia... são de um milhão e quinhentos mil por ano.

Segundo o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico:

A CBDV é filiada ao CPB, e as duas entidades têm objetivos comuns. O Trabalho é realizado de forma integrada.

A administração do Centro de Treinamento Paralímpico (CTP), em São Paulo, está sob responsabilidade do CPB pelos próximos cinco anos (SÃO PAULO, 2018) e isso, segundo o Presidente da CBDV, tem auxiliado muito no desenvolvimento da modalidade de judô paralímpico:

A parceria com o CPB, na utilização do centro de treinamento em São Paulo, ele é todo disponibilizado para as Confederações. O CPB cede a hospedagem e em boa parte dos eventos a hospedagem e a alimentação. Neste ano, nós estamos conseguindo levar o judô para várias competições fora do Brasil, o que não era feito em anos anteriores, e é muito mais porque a gente tem essa facilidade de hospedagem, alimentação, lá no CT, daí sobra recurso para que a gente possa investir na modalidade.

E, segundo o Coordenador de Arbitragem de judô paralímpico da CBDV:

O Comitê Paralímpico Brasileiro...ajuda muito...principalmente nos eventos internacionais... O CPB paga todas as despesas e ainda paga um pró-labore para os árbitros quando viajam. Assim como "nos seminários internacionais, eu já fui a dois seminários internacionais da FIJ, pagos pelo Comitê Paralímpico.

O CPB investe muito no judô, principalmente pelo elevado número de medalhas que a modalidade disputa nas Paralimpíadas, conforme o Presidente da CBDV:

O CPB vive de resultados, sempre buscando a medalha de ouro, que é a medalha que posiciona o país nas Paralimpíadas. O CPB busca alcançar melhores posições no quadro geral a cada Paralimpíadas...O judô, especificamente, é um esporte individual que tem a participação de 13 atletas, seis femininos e sete masculinos, isso dá condição de ganhar muitas medalhas, muito mais que em esportes coletivos, por exemplo.

O CPB também é responsável pela organização das Paralimpíadas Escolares, evento que vem servindo como porta de entrada para o alto rendimento nas modalidades paralímpicas (CPB, 2017a), e neste evento ocorrem dois dias de competição de judô paralímpico.

4.1.2.2 Federação Internacional de Judô

O judô é representado internacionalmente pela Federação Internacional de Judô - FIJ, sendo a Federação a única representante legal do judô no mundo, desde sua fundação em 1951, na cidade de Lausanne na Suíça. Está colocado no parágrafo primeiro dos regulamentos da FIJ que ela (a Federação) reconhece como Judô, aquele que foi criado pelo Jigoro Kano (KANO, 2008).

Em 29 de setembro de 2014, na sede da Federação Internacional de Judô, em Budapeste, foi assinado um acordo de cooperação entre a Federação Internacional de Judô e a IBSA objetivando desenvolver o judô universal através da construção de um diálogo regular entre as duas entidades; disseminar o judô em todo o mundo; sincronizar e coordenar a preparação de atletas; bem como treinar árbitros e treinadores; desenvolver um visual gráfico para os meios de comunicação em massa e permitir a organização comum de competições e eventos (CBJ, 2014).

A estrutura organizacional do judô fornece um grande suporte à modalidade de judô paralímpico. A modalidade de judô paralímpico segue as regras da Federação Internacional de Judô. Toda a arbitragem do judô paralímpico é oriunda do judô. Segundo o Coordenador de Arbitragem do judô paralímpico da CBDV:

A IBSA aproveita toda a arbitragem da Federação Internacional, de judô, então, o que eles fazem, nos eventos deles, eles te dão um certificado, que você passa a ser árbitro da IBSA.

Segundo o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico:

Existe a aproximação da FIJ com IBSA, isto vem melhorando e dando maior suporte nos eventos.

Para o Grand Prix, o Coordenador de Arbitragem procura sempre ter quatro árbitros internacionais certificados pela Federação Internacional de Judô.

[...] quando eu convoco árbitros, eu convoco árbitros internacionais, justamente para segurar arbitragem, para dar uma sustentação boa na arbitragem, então de uma forma geral nos eventos nacionais, temos pelo menos quatro árbitros internacionais divididos pelas áreas.

Nas duas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, foram utilizadas três áreas de combate, e em cada uma delas sempre havia um árbitro FIJ. No Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, quatro árbitros possuíam a certificação FIJ, enquanto no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos em Porto Alegre havia cinco.

4.1.2.3 Confederação Brasileira de Judô

A Confederação Brasileira de Judô (CBJ) foi fundada em 18 de março de 1969 e reconhecida em 1972 (conquistou da primeira medalha olímpica) pelo COB (CBJ, 2018b). Com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a CBJ é filiada ao COB e por este reconhecida como única representante da modalidade de judô no Brasil perante o Movimento Olímpico (CBJ, 2017a). A CBJ é filiada à Confederação Sul-Americana de Judô (CSJ), à Confederação Pan-Americana de Judô (CPJ) e Federação Internacional de Judô (FIJ) e por estas reconhecidas como única entidade nacional de administração do judô brasileiro. Possui 27 Federações Estaduais filiadas (CBJ, 2017a).

Nacionalmente, a CBJ tem atuado em parceria com a CBDV, em uma aproximação iniciada em 2012 (CBDV, 2012; CBJ, 2012), que culminou em uma maior interação e aproximação entre as confederações. Segundo o então presidente da CBDV, Sandro Laina, “Nossa intenção (CBDV) com este primeiro encontro foi nos aproximar ao judô paralímpico, somos modalidades iguais e queremos criar uma relação mais próxima para trabalharmos juntos” (CBJ, 2012), aproveitando as peculiaridades e o patrocínio comum da INFRAERO (desde 2005 patrocina o judô olímpico e desde 2009 o judô paralímpico), buscando uma ramificação na

comunicação entre as confederações para auxiliar a encontrar atletas com deficiência visual que treinam judô nas diversas academias do país (CBDV, 2012).

Também pode ser destacado o auxílio na realização de eventos, utilização compartilhada das estruturas em competições, além do desenvolvimento de recursos humanos (árbitros) e intercâmbio técnico, conforme exposto pelo Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico:

Existe uma parceria institucional para a realização de eventos, para desenvolvimento da arbitragem.

Segundo o Coordenador de Arbitragem do judô paralímpico da CBDV:

Nós aproveitamos os árbitros da CBJ, e quando tem as competições nos Estados nós aproveitamos os árbitros da Federação local e se existir um déficit de arbitro, a CBDV me autoriza a fazer convocações. Normalmente, eu convoco árbitros internacionais, justamente para segurar arbitragem...de uma forma geral nos eventos nacionais, temos pelo menos quatro árbitros internacionais divididos pelas nas áreas.

Segundo o Presidente da CBDV:

A gente tem tentado muito estreitar esta relação, agora, no último Grand Prix, estava presente o Presidente da Confederação Brasileira de judô, além de sete Presidentes de federações estaduais, até porque, eu acho que como o judô tem pouca diferença entre o atleta cego e um atleta que enxerga, porque a maioria dos nossos atletas cegos, eles treinam com atleta vidente, por conta de não ter um grande número de atletas cegos. Então, essa parceria do judô olímpico com o paralímpico tende só a crescer. E para o nosso judô paralímpico, então, é muito importante esse intercâmbio entre paralímpico e olímpico.

O Coordenador de Arbitragem de judô paralímpico da CBDV completa:

O pessoal que atua no judô paralímpico, praticamente, são os mesmos que atuam no judô convencional ...técnicos...árbitros...atletas.

Referente à filiação em Federações Estaduais de Judô, 91% dos atletas responderam que a possuem. Utilizando a plataforma Zempo, foi observado que 89% dos 157 atletas participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos possuem filiação em Federações Estaduais de Judô.

Primeiramente, é possível vincular este elevado percentual devido à necessidade de os atletas terem um registro para reconhecimento da sua graduação

na modalidade, uma vez que a CBDV não certifica nem promove a graduação dos seus atletas. Por isso, o único meio atualmente do atleta de judô paralímpico ter sua graduação regularizada e certificada é através das Federações Estaduais de judô, filiadas à CBJ. Segundo o Presidente da CBJ:

A CBJ tem por finalidade coordenar e organizar todos os aspectos relativos à prática e à gestão da modalidade de judô...como, também, o registro e o controle da graduação dos atletas paralímpicos.

A participação em competições de judô é um dos requisitos necessários para alcançarem-se as mais elevadas graduações (faixas), além de ser considerada como parte fundamental do aprimoramento do aprendizado do judô. Quando questionados referentes à participação em competições de judô, 77% dos atletas disseram que competem. Participaram de competições no presente ano 50% dos atletas questionados. Segundo as respostas dos técnicos, 100% dos seus atletas participam de competições de judô. O baixo número de competições anuais no calendário do judô paralímpico brasileiro também pode ser considerado como fator determinante para esta migração para as competições de judô.

Referente ao número de competições anuais do judô paralímpico brasileiro, o representante do Conselho dos Atletas declara que:

Poderiam ter mais competições (de judô paralímpico), até para envolver mais o pessoal, fica muito ocioso entre uma competição e outra...com isso a gente...acaba se envolvendo com outras competições, ...para não ficar parado.

Segundo o Presidente da CBDV:

O judô paralímpico... precisa de mais competições, duas competições por ano é muito pouco, a gente tem essa percepção e está discutindo um modelo que regionalize, ...ou...mais um campeonato em nível nacional, a gente está tentando acertar esse modelo por conta de orçamento, mas a gente entende que precisa mais competições.

Para o Coordenador de Arbitragem do judô paralímpico da CBDV:

O calendário de judô paralímpico até melhorou, porque temos os dois eventos do torneio INFRAERO e tem as Paralimpíadas Escolares, mesmo assim, são poucos eventos.

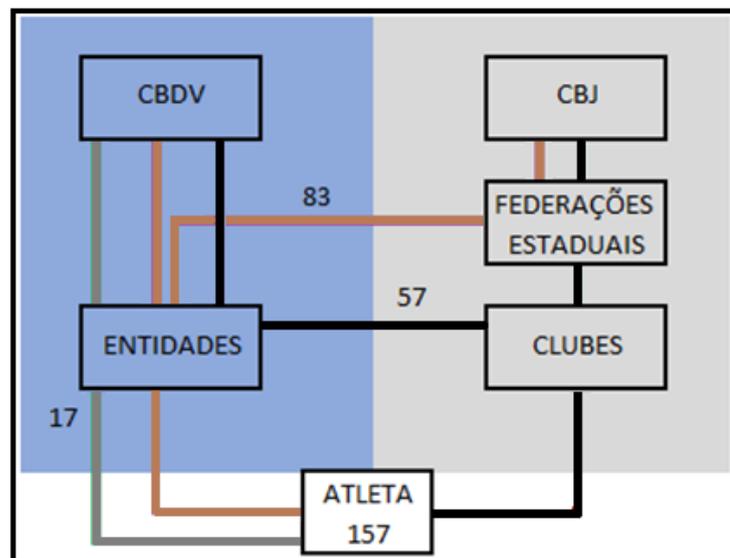
Para o Presidente da CBJ:

É também papel da CBJ oportunizar mais competições aos atletas paralímpicos.

Quando analisada a filiação dos atletas utilizando a Plataforma Zempo, foi possível observar que os mesmos possuem diferentes filiações para cada uma das modalidades (judô e judô paralímpico). Cerca de 36% dos atletas participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 migraram de entidades do judô para o judô paralímpico para critérios de inscrição e participação nos eventos. Também foi possível observar que, no cadastro do judô, os atletas estão vinculados a 64 entidades. Destas, encontram-se filiadas em ambas as Confederações (CBDV e CBJ) 29 entidades, enquanto 35 entidades são exclusivas do judô.

A Figura 3 mostra que, para competir no judô paralímpico, 57 atletas vinculados à estrutura organizacional de judô são direcionados a entidades pertencentes à estrutura organizacional do judô paralímpico. Segundo os técnicos, 32% das entidades do judô paralímpico possuem atletas oriundos de outros clubes. Estão vinculados, em ambas as modalidades, pela mesma Entidade 83 atletas e 17 atletas ainda não possuem vínculo com o judô, participando apenas do judô paralímpico.

Figura 3. Esquema demonstrativo da migração dos atletas do judô para participação em eventos de judô paralímpico



Fonte: o Autor

Quando questionados sobre o nível de importância da entidade (judô paralímpico) ou do clube (judô) na sua iniciação na modalidade de judô paralímpico, 59% dos atletas declararam que foram as entidades de judô paralímpico, 36% os clubes de judô olímpico e 5% consideraram outros fatores. Quando questionados sobre o papel mais importante na permanência da modalidade, 54% consideraram as entidades de judô paralímpico, 41% os clubes de judô olímpico e 5% consideraram outros fatores.

4.2 FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO JUDÔ PARALÍMPICO BRASILEIRO

Os resultados referentes ao funcionamento da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro foram agrupados em quatro categorias, a saber: I) Agentes, II) Financiamento, III) Infraestrutura e IV) Competições.

4.2.1 Agentes da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro

Para esta pesquisa foram considerados agentes da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro as pessoas físicas envolvidas diretamente com a modalidade, tendo como critério de envolvimento a participação no calendário competitivo da CBDV da modalidade (Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos) durante o ano de 2017, a saber: atletas, técnicos, gestores e árbitros.

4.2.1.1 Atletas

Ao final do ano de 2017, a CBDV contava com o número de 2290 atletas cadastrados em seu banco de dados, pertencentes às cinco modalidades oferecidas pela Confederação (CBDV, 2017d). O acesso a este banco de dados não foi disponibilizado, e foi referido que o mesmo não possibilita uma análise por modalidade específica. Sendo assim, não foi possível analisar o número total de atletas cadastrados na modalidade de judô paralímpico.

Utilizando como referência a participação nas três principais competições anuais da modalidade, chegamos a um total de 181 atletas participantes no ano de 2017. Para chegar a isto, foram analisadas as inscrições e boletins oficiais das duas

etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, fornecidas pela CBDV, além dos boletins oficiais das Paralimpíadas Escolares. Participaram da pesquisa, através do preenchimento dos questionários, 22 atletas (um representante por entidade) participantes de alguma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.

Tabela 4. Número de atletas brasileiros participantes dos eventos de judô paralímpico em 2017

Evento	Nº de atletas
Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos	126
Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos	114
Paralimpíadas Escolares (modalidade judô paralímpico)	31

Fonte: adaptado de CBDV (2017) e CPB (2017).

O número de atletas participantes dos eventos de judô paralímpico em 2017 é inexpressivo quando comparado com o número de deficientes visuais no Brasil. Entretanto, conforme o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico, o baixo número de participantes:

Depende do ponto de vista. O Brasil é o país que mais tem atletas paralímpicos participando de seus eventos.

No entanto:

Acredito que temos potencial para aumentar muito o número de praticantes em nossos eventos.

Para o Presidente da CBDV, o aumento do número de participantes dos eventos:

É uma busca que a gente tem, e espero que em poucos anos a gente consiga aumentar muito o número de atletas dessa modalidade.

Para o representante do Conselho dos Atletas, são três as principais causas do baixo número de participantes na modalidade de judô paralímpico no Brasil:

A dificuldade de tirar o deficiente visual de casa e o medo dos pais; a falta de patrocínio para ir para o Grand Prix, além da divulgação precária

Foram observados, e acrescentados nos registros de campo, das competições de 2017, informações sobre os temas abordados pelo representante do Conselho dos Atletas. Sobre a dificuldade de tirar o deficiente visual de casa e o medo dos pais, em uma conversa com a mãe de um atleta presente no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos em Porto Alegre, esta relatou que, como mãe de um deficiente visual, teve inúmeros medos em situações simples e corriqueiras do dia a dia do seu filho. E se todo o manejo cotidiano já era difícil, imagina como seria com o filho praticando um esporte de combate, treinando com atletas videntes.

Muitos medos e questionamentos povoavam a sua mente. Ela também disse que ficava o dia inteiro em função do filho para ainda à noite ter que levá-lo ao treino, esperar duas horas, três vezes por semana, de ônibus à noite. Segundo ela, não foi fácil e não raro ela teve que abrir mão de suas coisas para auxiliá-lo; segundo ela, até a faculdade teve que ser trancada em certo período da vida.

Um medo comumente relatado pelos pais e atletas é o de agravamento do quadro de deficiência visual. Este pode ser observado através do relatado de uma participante das Paralimpíadas Escolares de 2017 ao ser indagada das razões de só ela estar representando uma tradicional escola de atendimento a alunos deficientes visuais na competição. A atleta cega relatou que seus colegas têm medo do agravamento da sua deficiência visual (de baixa visão para a cegueira) devido aos impactos da modalidade. Segundo ela, esta preocupação ela não precisa ter, por já ser cega. Esta frase foi encerrada com uma longa gargalhada da atleta.

Conforme abordado pelo representante do Conselho dos Atletas, a falta de patrocínio e incentivos financeiros para as viagens também é um fator importante e que influencia na participação dos atletas. Dos atletas questionados, 63,6% disseram que já deixaram de participar de alguma competição por problemas financeiros. Este pode ser um dos fatores do alto percentual de ausências nas competições, tendo em vista que o número de participantes inscritos nas competições sempre é maior que o de participantes reais. O problema das inscrições, assim como a falta de recurso das entidades e dos participantes para participação de eventos, é conhecido e foi citado pelo Presidente da CBDV:

Às vezes as Entidades ficam dependendo muito dos governos Estadual e Municipal, e se na hora (do Grand Prix INFRAERO) o governo fala que não tem passagem... então como a maioria das nossas entidades não tem patrocínio, fica dependendo muito de acreditar nos governos, e aí sofre esse tipo de problema.

Uma ocorrência que exemplifica bem a fala do Presidente da CBDV e foi inserida no Registro de Campo na segunda etapa do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2017, em Porto Alegre.

A Comissão Técnica (formada por três integrantes) de uma Entidade chegou à cidade do evento separada dos seus atletas (porque a comissão técnica pagou as suas passagens com recursos próprios) e, ao chegar, foi informado de que seus atletas não embarcaram rumo ao evento. O motivo, descoberto pelos atletas somente no aeroporto, foi que o Governo do Estado no qual a Entidade está localizada não havia comprado as passagens dos atletas (apesar de ter assumido esta responsabilidade). Em virtude disso, oito atletas não puderam participar da competição.

Buscando auxiliar as entidades e incentivar a participação de um número maior de atletas no Grand Prix, a CBDV definiu que irá arcar com os gastos de passagens aéreas de todos os atletas medalhistas da categoria adulto da primeira etapa do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, em São Paulo, para o Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2018 no Rio de Janeiro custeadas pela Confederação (CBDV, 2017g). Segundo o Presidente da CBDV:

A CBDV vai bancar a passagem destes atletas que ganharem medalha, sendo assim, eles não podem dizer que não vão ter a passagem para viajar. Com isso as entidades podem pegar esse recurso e pagar para outros atletas, e quem sabe, esses outros atletas possam também galgar um futuro na modalidade.

4.2.1.1.1 Caracterização

Aparentemente a prática de judô paralímpico ocorre simultaneamente com a prática de judô convencional. Segundo 68% dos atletas, os treinos ocorrem fora da sede de sua Entidade. Para 95,4% dos atletas, seus treinos ocorrem em conjunto com atletas sem a deficiência e em 45% das respostas o atleta é o único deficiente visual presente nos treinamentos. Outro dado que compõe este panorama é referente à participação de um único atleta por entidade, fato que ocorreu com 61% das Entidades em alguma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.

Considerando a iniciação esportiva dos atletas no judô paralímpico através da participação nas Paralimpíadas Escolares 2017, pode-se predizer que pelo menos

17% do total dos atletas tiveram sua iniciação antes dos 17 anos. Destes, com certeza, 5,5% iniciaram antes dos 14 anos. Entretanto, ao analisarmos as respostas dos atletas participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, a faixa etária média de iniciação no judô foi de 19 anos. A variação da idade de iniciação dos atletas na modalidade foi dos sete anos aos 42 anos. Tal fato demonstra quão heterogênea é a iniciação na modalidade, segundo o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico:

Não existe um padrão de iniciação. Temos faixas etárias variadas, graus de visão variados e locais com objetivos diversos.

Segundo o representante do Conselho dos Atletas:

Por exemplo eu, comecei o judô com 49 anos, porque no meu Município não tinha...quando eu vim para (Cidade), que eu fiquei conhecendo através dos colegas o judô né, fui convidado, fui lá conhecer e gostei, se eu tivesse esta oportunidade quando eu tinha meus 10 ou 11 anos, hoje eu poderia ter uma história muito bonita no judô.

O Presidente da CBDV, além de concordar com o questionamento, demonstrou que já está buscando meios de mudar esta realidade:

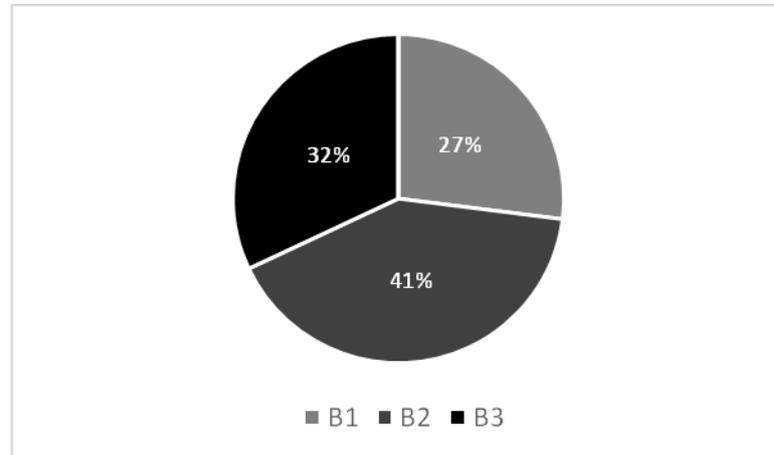
Para o ano de 2018, a gente baixou a idade para participação nos campeonatos...exatamente para que a gente possa buscar que...a criança cega... logo cedo procure essa modalidade [...]

Ao analisar a idade dos atletas participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, utilizando os dados das fichas de inscrições das duas etapas, foi possível constatar uma variação dos 16 aos 53 anos, com uma média etária de 30 anos, sendo 27 anos no naipe feminino e 31 no masculino. A faixa etária dos respondentes variou dos 17 aos 52 anos com uma média de 26 anos. A maioria dos atletas participantes é do sexo masculino, 71%, e entre os respondentes o percentual foi de 75%.

A classificação oftalmológica entre os atletas respondentes foi de 27% B1, 41% B2 e 32% B3, conforme o gráfico 1. A escolaridade dos atletas é de 14% com o ensino médio incompleto, 41% do ensino médio completo, 27% com ensino superior incompleto e 18% com o ensino superior completo. O acesso ao judô paralímpico nas escolas foi para apenas 23,3% dos atletas e 50% participaram de competições

escolares. Os atletas contemplaram todas as Regiões Brasileiras e 55,5% dos Estados participantes.

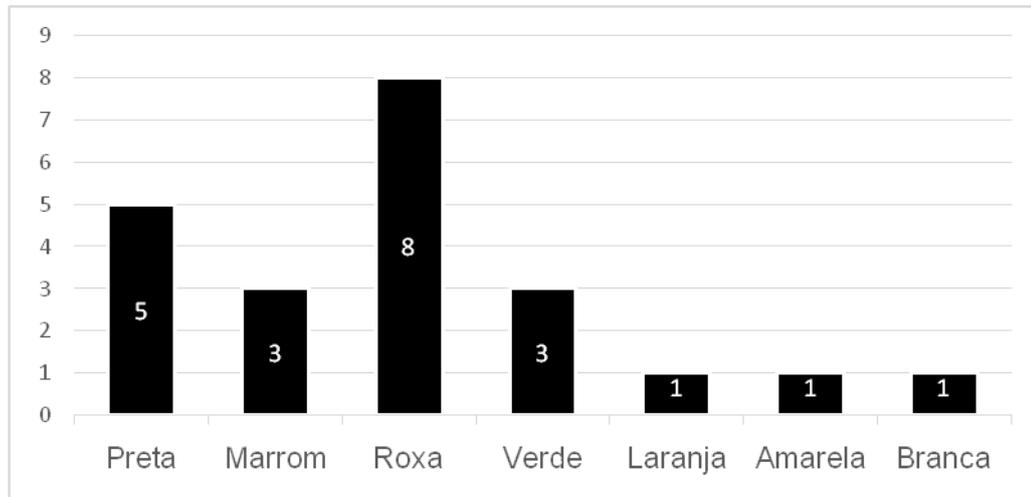
Figura 4. Classificação oftalmológica dos atletas participantes da pesquisa



Fonte: o Autor

Os atletas respondentes possuem diferente tempo de prática da modalidade. Os atletas que praticam há menos tempo a modalidade possuem dois anos de experiência, enquanto os atletas mais experientes estão há 14 anos praticando o judô paralímpico. A média de tempo de prática foi de 7,6 anos. Com isso, os atletas possuem as mais diversas graduações no judô, desde a faixa branca até a preta; em sua maioria, encontram-se graduados como faixas roxas, como pode ser observado na Figura 5. A graduação no judô segue a seguinte ordem: faixa branca, cinza, azul, amarela, laranja, verde, roxa, marrom e preta. Na faixa preta o atleta segue graduando através dos Dan.

Figura 5. Graduação no judô dos atletas participantes da pesquisa.



Fonte: o Autor

A existência de representantes dos atletas na CBDV é desconhecida para 68% dos atletas. Para 14% não existe e somente 18% sabiam. Um dos prováveis motivos é a inexistência de um espaço formal para debates entre os atletas e o representante da sua modalidade no Conselho dos Atletas. Para o representante do Conselho dos Atletas:

[...] seria importante... ter uma reunião entre os atletas...em cada competição...para que os atletas interessados...deixassem alguma demanda, já pode se aproveitar toda a estrutura...que tem...do congresso técnico, poderia ser no mesmo momento.

4.2.1.2 Técnicos

Para poder exercer a função de técnico durante o Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2017, assim como nas Paralimpíadas Escolares, é necessário que o mesmo esteja regularmente inscrito e cadastrado pela organização do evento. Para tanto, é obrigatório que o técnico possua registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF (CBDV, 2017f; CPB, 2017d). A apresentação do documento de identificação do CREF durante o Congresso Técnico ocorrido no dia anterior ao evento é obrigatória. Aos técnicos é permitido acompanhar e orientar as lutas ao lado da área em locais pré-determinados pela organização do evento seguindo as orientações da Federação Internacional de Judô (FIJ).

Compuseram o grupo de técnicos os 44 técnicos representantes de 38 entidades participantes das duas etapas do Grand Prix Infraero de Judô para Cegos 2017. Das 44 entidades presentes nos eventos, seis não inscreveram técnicos; e em cinco casos, os técnicos, além de exercer sua função, acumulavam a função chefe de delegação. Cabe ressaltar o caso ocorrido com um técnico que, sem o seu registro no CREF, inscreveu-se como chefe de delegação para poder acompanhar seu atleta no evento e, gritando da arquibancada, passava as informações para o mesmo durante os combates. Os técnicos em sua grande maioria são do sexo masculino; apenas 8,5% dos técnicos são do sexo feminino.

Como registro, os técnicos das Paralimpíadas Escolares não necessariamente possuem vínculo com as entidades relacionadas com a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro, tendo em vista que é um evento do CPB e que quem inscreve os atletas para as seletivas e para as Paralimpíadas Escolares são as escolas as quais os alunos encontram-se matriculados. Entretanto, dos 14 técnicos participantes, seis atuaram como técnicos em pelo menos uma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô 2017, além do chefe de delegação anteriormente citado, que não pôde atuar como técnico sem o CREF. Como no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, nas Paralimpíadas Escolares a maioria dos técnicos é do sexo masculino, enquanto 15,3% são do sexo feminino.

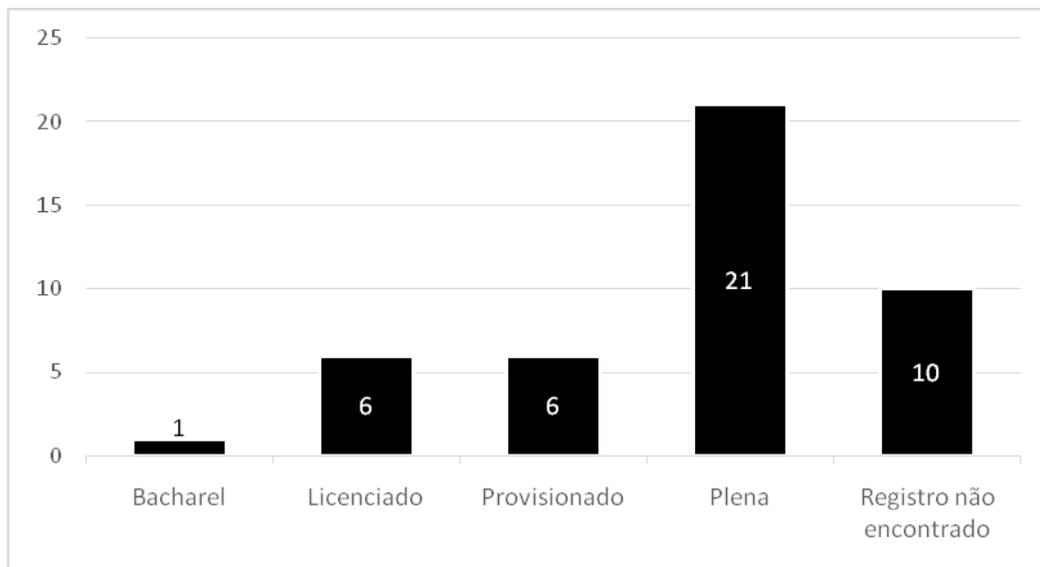
Figura 6. Técnicos de judô paralímpico participantes da pesquisa, por gênero.
Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 Paralimpíadas Escolares 2017



Fonte: o Autor

Ao pesquisarmos no registro de profissionais do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF, 2018), verificamos que, dos 44 técnicos inscritos no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, a maioria tem formação plena (licenciatura e bacharelado). Não foram encontrados nos registros 10 técnicos. Uma das possíveis causas é o erro na grafia dos nomes dos técnicos nas fichas de inscrições para os eventos, de onde estas informações foram coletadas. Dos técnicos presentes nas Paralimpíadas Escolares, 57% possui formação plena. Não foram encontrados os registros referentes a três técnicos.

Figura 7. Formação acadêmica em Educação Física dos técnicos participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017



Fonte: adaptado CBDV (2017), CONFEF (2018).

Apesar de não ser uma exigência para atuação dos técnicos de judô paralímpico nas competições, a faixa preta foi exigência das entidades para 62% dos técnicos. No judô, as Federações Estaduais são responsáveis por regular os requisitos para atuação como técnico. Conforme o Presidente da CBJ:

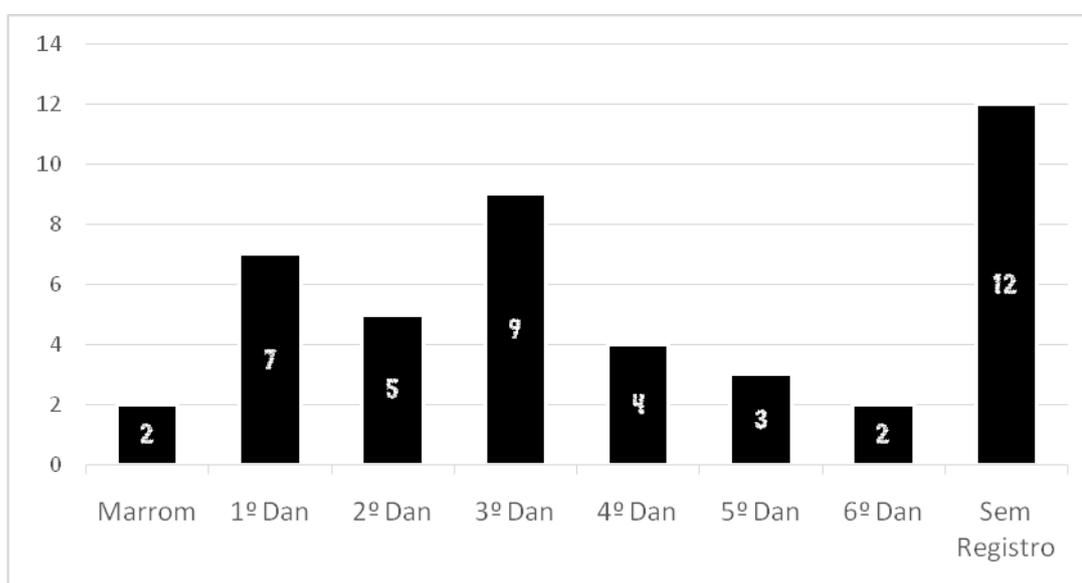
As entidades estaduais têm suas autonomias baseadas nas normas superiores da Federação Internacional de Judô (FIJ).

No Rio Grande do Sul, por exemplo, os técnicos que representem a Federação Gaúcha de Judô (FGJ) em competições nacionais deverão ter a

graduação mínima de faixa preta (1º Dan), registro do CREF e participação em curso de credenciamento técnico oferecido pela FGJ (FGJ, 2017).

Para analisar a graduação dos técnicos no judô, foi utilizada a Plataforma Zempo, um banco de dados que busca facilitar e concentrar todas as informações sobre o judô nacional (CBJ, 2013). Foram encontrados 30 técnicos faixas preta do 1º ao 6º *Dan* (nível, em japonês) cadastrados no sistema, além de dois técnicos faixas marrom (ZEMPO, 2018). Não foram encontrados nos registros 12 técnicos.

Figura 8. Graduação no judô dos técnicos participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.



Fonte: adaptado Zempo (2018).

Os técnicos respondentes ao questionário correspondem a 47,7% das entidades relacionadas com o estudo. A faixa etária dos técnicos varia dos 30 aos 50 anos, com uma média etária de 40 anos. O tempo de atuação como técnico variou de um a 15 anos, com uma média de 7 anos de atuação entre os técnicos. Segundo Schempp *et al* (2006), pode ser considerado um técnico inexperiente aquele que possui menos de três anos no exercício da função. Para ser considerado um técnico experiente são necessários, em média, 10 anos de atividade na função (COTÉ *et al*, 1995; MADURO, 2011).

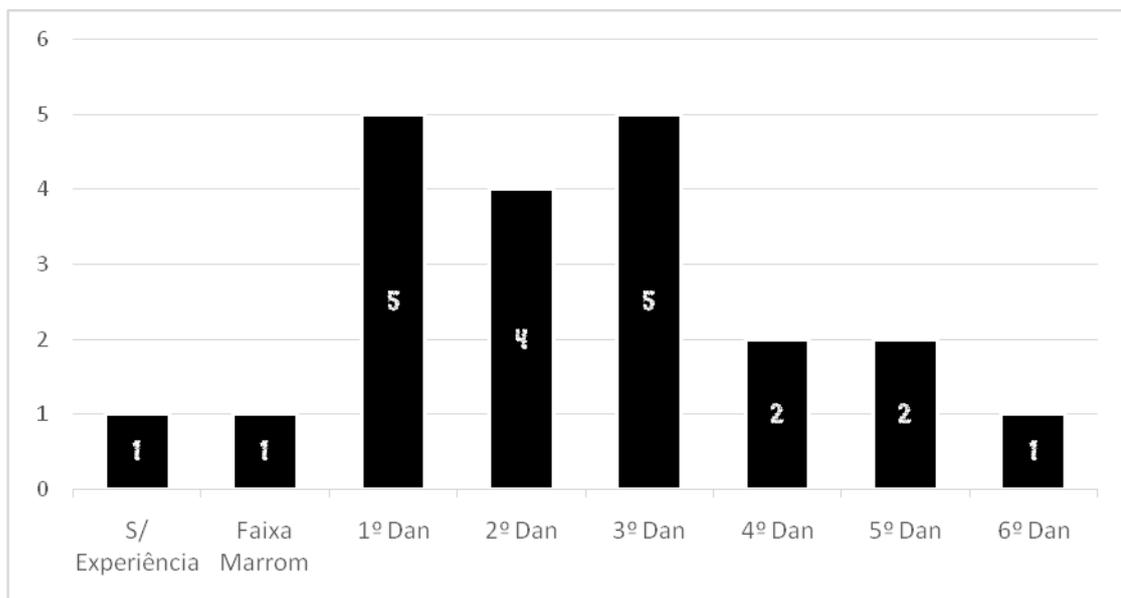
Segundo esta definição, 22,7% dos técnicos respondentes enquadram-se como técnicos experientes e um mesmo percentual, 22,7%, está enquadrado como técnicos inexperientes. Dentre os técnicos participantes do Grand Prix INFRAERO

de Judô para Cegos 2017, 81% atuam voluntariamente. Os técnicos da seleção brasileira de judô paralímpico encontram-se há nove anos no cargo e são assalariados.

Um fato interessante sobre a experiência do técnico na modalidade foi observado em dos questionários e, posteriormente, pauta de conversa, onde o então técnico(a) relatou ser cônjuge de um(a) atleta e formado(a) em Educação Física, acompanhando como técnico(a), mesmo sem ter experiência no judô, e o faz porque os responsáveis pelo ensino do judô não o fazem.

A maioria dos técnicos possui escolaridade de ensino superior completo, 73%, 18% possuem pós-graduação (especialização 9% e mestrado/doutorado 9%) e apenas 9% possuem ensino superior incompleto. Referente à graduação dos técnicos respondentes no judô, 90% são de faixas preta, 5% de faixas marrom e outros 5% sem experiência no judô.

Figura 9. Graduação de judô dos técnicos participantes da pesquisa.



Fonte: o Autor

4.2.1.3 Gestores

O percentual de gestores respondentes ao questionário representou 25% das Entidades participantes, abrangendo 50% dos Estados com participação no evento. Dos onze questionários retornados, seis foram preenchidos por gestores responsáveis por entidades filiadas à CBDV, enquanto cinco foram de gestores de

entidades reconhecidas pela CBDV. Os questionários, em sua maioria, foram preenchidos pelos Presidentes das Entidades, como demonstrado no gráfico abaixo.

Figura 10. Função exercida pelos Gestores participantes da pesquisa



Fonte: o Autor

Enquanto a maioria dos gestores é do sexo masculino, 27% dos respondentes é do sexo feminino. A faixa etária entre os gestores respondentes variou de 28 a 48 anos; em média os gestores têm 41 anos. O tempo de atuação como gestor variou entre os respondentes de dois a 15 anos. Em média, os gestores estão atuando há sete anos. Em sua maioria, os gestores não são remunerados, atuando de forma voluntária. Apenas 27% dos gestores são remunerados.

Quanto à escolaridade, 73% dos gestores possuem o ensino superior completo, 18% o ensino superior incompleto e 9% mestrado ou doutorado. Participaram de cursos, treinamentos ou qualificações da CBDV 73% dos gestores, pelo CPB 64% e, pela própria Entidade, 54,5%. Não participaram de cursos, treinamento ou qualificações em nível nacional, oferecidos pela CBDV e/ou CPB, 18% dos gestores.

Entre os gestores respondentes, 18% são deficientes visuais, o que em entidades específicas de deficientes visuais pode ser uma regra estatutária, como no caso da CBDV (2017b), onde os cargos de Presidente e o Vice-Presidente só podem ser ocupados por pessoas com deficiência visual. Quando analisada a experiência em judô, 46% dos gestores afirmam praticar ou já ter praticado a modalidade.

4.2.1.4 Árbitros

A arbitragem do judô paralímpico é composta exclusivamente por árbitros formados dentro da estrutura organizacional do judô. Apesar de serem regidos por diferentes organizações, existe uma aproximação das mesmas devido à sua similaridade. A IBSA é a instituição responsável internacionalmente pelo judô paralímpico, desde sua fundação, em 1981. Entretanto, a modalidade é disputada segundo as mesmas regras da Federação Internacional de Judô (FIJ), instituição representante legal do judô pelo mundo desde sua fundação, em 1951.

As organizações internacionais, FIJ e IBSA, responsáveis pelo judô e judô paralímpico, respectivamente, assinaram um Acordo de Cooperação entre Instituições, em 2014, na cidade de Budapeste, Hungria com o objetivo de construir um diálogo regular entre as mesmas visando à disseminação do judô pelo mundo, além da sincronização e coordenação da preparação dos atletas, da formação de técnicos e árbitros e da organização comum de eventos competitivos (CBJ, 2014).

A arbitragem do judô paralímpico brasileiro, em 2017, foi representada por 42 árbitros, sendo 36 homens e apenas seis mulheres. Devido à ausência de cadastro e registro dos árbitros participantes nas competições organizadas pela CBDV, para chegar a esta população, foram necessárias: a análise documental do Boletim das Paralimpíadas Escolares (CPB, 2017c), fotos oficiais dos eventos, contato com o Coordenador de Arbitragem do judô paralímpico da CBDV, Federação Paulista de Judô, assim como com a Federação Gaúcha de judô.

A Figura 11 é uma foto da equipe de arbitragem participante do Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos 2017, realizado em São Paulo e na Figura 12 uma foto da equipe de arbitragem participante do Grand Prix INFRAERO de judô para Cegos, realizado em Porto Alegre.

Figura 11. Foto da equipe de arbitragem do Grand Prix Internacional INFRAERO de judô para Cegos 2017 em São Paulo.



Fonte: CBDV (2017)

Figura 12. Foto da equipe de arbitragem do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 em Porto Alegre



Fonte: CBDV (2017)

Nenhum árbitro atuou nas duas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos em 2017 (exceto o coordenador de arbitragem de judô paralímpico da CBDV). Três árbitros atuaram em duas competições de judô paralímpico de 2017 (em uma das etapas do Grand Prix e nas Paralimpíadas Escolares). O quadro de árbitros paralímpicos de 2017 foi composto, em sua maioria, por árbitros filiados às Federações Estaduais responsáveis pelas cidades sedes dos eventos (Federação Paulista de Judô e a Federação Gaúcha de Judô).

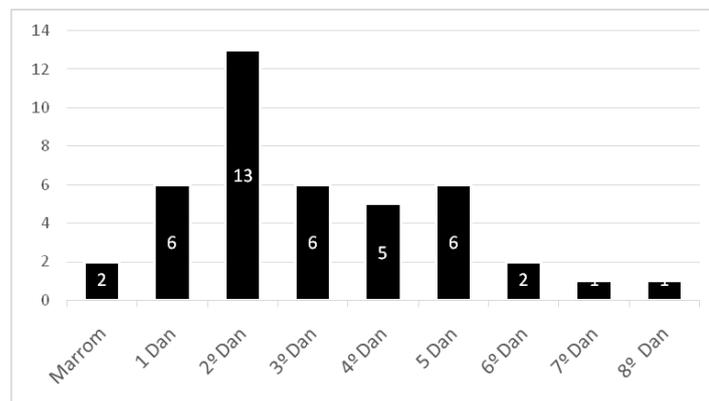
Tabela 5. Árbitros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 e das Paralimpíadas Escolares 2017.

Árbitros	GP I	GP II	PE
Coordenador de arbitragem	01	01	01
Federação Estadual	12	12	11
Convidados	02	02	02
Voluntários das Entidades	02	00	00
Total	17	15	14

Fonte: adaptado da CBDV (2017) e CPB (2017c).

A faixa etária dos árbitros participantes das competições de judô paralímpico de 2017 variou de 25 a 72 anos, com uma média etária de 45 anos. A arbitragem faz parte do processo de graduação à faixa preta no judô, sendo permitida a atuação a partir da faixa marrom. Dois dos árbitros participantes dos eventos competitivos do judô paralímpico brasileiro em 2017 possuíam esta mínima graduação. Os demais árbitros possuem as mais diversas graduações no judô, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13. Graduação no judô dos árbitros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 e das Paralimpíadas Escolares 2017.



Fonte: adaptado Zempo (2018)

Além da graduação no judô como atletas/praticantes, os árbitros possuem uma classificação específica relacionada com o tempo de atuação e aprovação nos exames. Os árbitros são formados pelas Federações Estaduais e vão se graduando em nível nacional junto à CBJ e internacional na FIJ.

Quadro 4. Categorias de arbitragem de judô reconhecidas pela CBJ.

Nível	Categoria	Organização Reguladora
Estadual	Árbitro Estadual	Federações Estaduais
Nacional	Árbitro Nacional C	CBJ
	Árbitro Nacional B	
	Árbitro Nacional A	
	Árbitro Aspirante à FIJ	
Internacional	Árbitro FIJ C	FIJ
	Árbitro FIJ B	
	Árbitro FIJ A	

Fonte: CBJ (2018).

O tempo de atuação entre os árbitros participantes variou de um a 45 anos, com uma média de 19 anos de atuação no judô. É importante salientar que o tempo de prática é relacionado ao judô olímpico. A arbitragem foi composta por 10 árbitros com certificação internacional, 22 com certificação nacional e 10 de nível estadual. A cada entidade é permitido o envio de um árbitro; e durante o período pesquisado, apenas duas entidades o fizeram (ASFAM e AJCS). Os árbitros indicados por entidades atuam voluntariamente enquanto os convocados pela CBDV recebem um pró-labore por evento que varia de 100 a 400 reais.

4.2.2 Recursos Financeiros

O montante de recursos investidos em uma modalidade é um dos principais fatores para o sucesso esportivo internacional (SOTIRIADOU; SHILBURY, 2009; DE BOSSCHER *et al.* 2009). Quando tratamos sobre o alto rendimento e sucesso internacional desportivo, o recurso deve ser direcionado para um número relativamente pequeno de modalidades, identificando as que possuem maiores chances de conquistar medalhas (GREEN; OAKLEY, 2001). No sentido contrário a esses estudos, 18% das entidades possuem recursos anuais destinados ao judô paralímpico e em média as entidades oferecem seis modalidades.

A CBDV é um exemplo de organização poliesportiva e, quando questionado sobre a finalidade da Confederação, a relação dos recursos financeiros entre as

modalidades desenvolvidas pela Confederação já pode ser constatada. Segundo o Presidente da CBDV:

[...] a principal finalidade da CBDV é o desenvolvimento dos esportes que ela administra, que é o judô, o futebol de cinco e o goalball.

No entanto, existem outras duas modalidades, estas não paralímpicas que também são geridas pela CBDV e, ao ser questionado sobre elas, o Presidente assim respondeu:

[...] sim, a gente atende o futebol B2/B3 e o powerlifting, temos elas historicamente como modalidade da CBDV, só que essas modalidades, por não serem paralímpicas, não recebem recursos pela lei Agnelo Piva ou outro recurso, o que nos deixa em uma situação muito complicada, porque não existe recursos para que a gente possa também desenvolver essas modalidades.

Ao ser questionado sobre a dificuldade de gerenciar mais de uma modalidade, o Presidente da CBDV respondeu que elas existem; entretanto, preferiu falar sobre a vantagem:

[...] ter três modalidades como a CBDV nos possibilita ter mais recursos e condições de estrutura, dando mais condições a essas modalidades para desenvolvimento do alto rendimento.

E sobre priorização dos recursos financeiros para alguma das modalidades, o Presidente da CBDV respondeu que isso não ocorre:

[...] até porque, o recurso que vem pela Lei Agnelo/Piva já vem dividido, são seis milhões de reais, dois milhões duzentos e cinquenta mil para o futebol de cinco, dois milhões duzentos e cinquenta mil, para o goalball e um milhão e quinhentos mil para o judô, então a gente, com esse recurso, desenvolve as três modalidades dentro de uma mesma condição.

O mesmo relato pode ser observado na entrevista com o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico:

O judô paralímpico tem verba própria específica, ações específicas e independentes dentro da CBDV. Sendo assim, a CBDV consegue desenvolver a modalidade com excelência.

Para critério de compreensão, os valores supracitados pelo Presidente da CBDV são oriundos da Lei Nº 10.264, sancionada em 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva, que destina o repasse de um percentual da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país, descontadas as premiações para o COB e o CPB. Este percentual foi aumentado depois de sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seis de julho de 2015. Atualmente, o repasse é de 2,7% da arrecadação bruta e, deste valor, é destinado para o CPB 37,04%. Em 2014, o CPB recebeu R\$ 38.575.385,26 repassados pela Lei Agnelo/Piva (BRASIL, 2016a).

4.2.2.1 Patrocínio

A INFRAERO é a patrocinadora oficial do judô paralímpico brasileiro. Tornou-se a primeira empresa a patrocinar o judô brasileiro em 2005, através da CBJ. Também foi a primeira empresa a patrocinar uma modalidade paralímpica, o judô paralímpico, em 2009, através do CPB (INFRAERO, 2018).

Sobre a parceria da INFRAERO com o judô paralímpico, o Presidente da CBDV destacou que:

A Infraero... acreditou no judô paralímpico. O judô paralímpico conquistou bons resultados... e a gente vem mantendo esse patrocínio, que é de grande valia para nossa confederação, de 500 mil reais e que tem ajudado muito nos treinamentos de seleções, nos eventos que ela é patrocinadora oficial.

Além das execuções das fases de treinamento e na realização das duas etapas do Grand Prix, citados pelo Presidente, os recursos oriundos desta parceria são muito importantes nos intercâmbios dos atletas da seleção, na contratação de profissionais para a equipe multidisciplinar e no atendimento de outros projetos importantes para o crescimento da modalidade no país (CBDV, 2018). Como resultado desta parceria, o Brasil conquistou 74 medalhas em competições internacionais. A renovação de contrato entre INFRAERO e CBDV foi assinada por mais um ano até 2019.

Levando em conta o longo patrocínio da INFRAERO com o judô paralímpico, foi questionado ao Presidente da CBDV o que as Entidades, filiadas e reconhecidas à CBDV poderiam fazer para se tornarem mais atrativas para

patrocinadores, tendo em vista que muitos são os relatos de dificuldade neste sentido:

Quanto à questão de impulsionar isso para as nossas filiadas, aí é que a gente tem mais dificuldades, a gente percebe que as empresas privadas não dão muitas condições ainda para o esporte paralímpico, 95% dos nossos recursos, quer seja para Confederação ou quer seja para o Comitê Paralímpico é todo estatal, é Infraero, é Caixa Econômica, são outras empresas, mas sempre na linha da estatal. Ainda não conseguimos despertar nas empresas privadas o que a gente hoje desperta nas empresas públicas.

Sobre a possibilidade de melhoria neste cenário:

[...] eu espero que em algum tempo... com os resultados aparecendo... com a participação da televisão que a gente agora está conseguindo... talvez com isso a gente consiga os patrocínios necessários para o desenvolvimento do nosso esporte.

A falta de patrocínios para as Entidades filiadas e reconhecidas pela CBDV apareceu principalmente como um fator necessário para um maior desenvolvimento da modalidade, uma vez que nos discursos aparece o reconhecimento de que a estrutura encontra-se bem, mesmo que não existam investimentos fixos anuais para a modalidade em 81% dos casos. Segundo o representante do Conselho dos Atletas:

[...] atualmente a estrutura, eu acho muito boa até onde eu treino...a gente tem uma estrutura muito boa, o que falta mais para nós (Entidade), é questão de Patrocínio, essas coisas assim.

Para o Coordenador de Arbitragem de judô paralímpico da CBDV:

[...] a estrutura do esporte paralímpico está muito bem encaminhada...o grande problema é que o esporte paralímpico não tem uma receita própria. ... também os patrocínios são poucos, praticamente zero... falta... patrocínios de entidades privadas.

Ainda sobre patrocínio, o Presidente da CBDV demonstra conhecer a dificuldade de conseguir patrocínios e cita o atual momento econômico do país.

[...] existe muita dificuldade para conseguir um (patrocínio), não só a CBDV, temos ainda nossas afiliadas... agora eu acho muito complicado porque em um país que só se fala em crise você investir em esporte é muito difícil.

Com a dificuldade na captação de patrocínios, as entidades precisam buscar recursos das mais variadas formas. Os principais meios de obtenção, segundo os gestores, são incentivos públicos e doações, 54,5%; mensalidades/anuidades e eventos/campanhas 36,3%; além de incentivos privados, 27,2%. Com um recurso limitado e uma grande oferta de modalidades (seis em média), sendo que em sua maioria as entidades não são exclusivamente esportivas (63,6%), faz-se necessária uma priorização de investimentos. E sem poder contar com valores pré-estabelecidos, o planejamento anual fica comprometido.

Cabe à entidade muitas vezes decidir os atletas que irão participar de uma competição pensando exclusivamente nos gastos com o transporte. Talvez por isso que 68% dos atletas relataram que já deixaram de participar de competições por falta de recursos financeiros. Segundo 72% dos gestores, a entidade paga a passagem para os seus atletas. Quando perguntado aos técnicos, o percentual é de 57% e entre os atletas a resposta foi de 53%.

4.2.2.2 Bolsa atleta

O Bolsa atleta é o maior programa de patrocínio individual para atletas no mundo (BRASIL, 2016d). Criado pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, ano em que entrou em vigor (BRASIL, 2018), beneficia os atletas de alto rendimento que obtêm resultados expressivos em competições nacionais e internacionais da sua modalidade com transferência direta de recursos financeiros, recebendo o valor referente a 12 parcelas do valor definido de sua categoria. As categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte estão divididas em seis:

- Atleta de Base R\$ 370;
- Estudantil R\$ 370;
- Nacional R\$ 925;
- Internacional R\$ 1.850;
- Olímpico/Paralímpico R\$ 3.100
- Pódio R\$ 5 mil a R\$ 15 mil.

No ano de 2017 foram contemplados 5830 atletas, que atuam em modalidades que compõem o programa olímpico e paralímpico, assim divididos por categorias:

- 412 atletas na categoria Atleta Olímpico e Paralímpico;
- 765 atletas na categoria Atleta Internacional;
- 955 atletas na categoria Atleta Nacional;
- 444 atletas na categoria Atleta Estudantil;
- 254 atletas na categoria Atleta de Base.

Foram contemplados 55 atletas do judô paralímpico. Este número é próximo dos 30% dos 181 participantes nas competições de judô paralímpico do ano de 2017. Cabe ressaltar que os resultados destes atletas para contemplá-los com o Bolsa Atleta foram atingidos em 2016. As categorias foram assim distribuídas:

- 01 Atletas na categoria Atleta Olímpico e Paralímpico;
- 00 Atletas na categoria Atleta Internacional;
- 38 Atletas na categoria Atleta Nacional;
- 16 Atletas na categoria Atleta de Base.

Das 17 Entidades com atletas contemplados com o Bolsa Atleta, apenas uma não esteve presente nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, a Associação de E Para Cegos do Pará (ASCEPA). Dentre as 16 entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 com atletas contemplados no Bolsa Atleta, pode-se destacar a CEIBC e ISMAC, ambas com oito atletas. Participaram somente das Paralimpíadas Escolares nove atletas contemplados. Não participaram dos eventos de judô paralímpico do ano de 2017 seis atletas (três da categoria atleta da categoria Atleta de Base e três da categoria Atleta Nacional).

Tabela 6. Entidades com atletas contemplados no Programa Bolsa Atleta 2017.

Nº	Entidades	Nº de Atletas
1	ACERGS	4
2	ADEVIRN	4
3	ADVEG	3
4	ADVERJ	1
5	ADVIMS	1
6	AEPA	1
7	ASCEPA	1
8	ASDEVRON	1
9	ASFAM	2
10	BOTO CINZA	1
11	CAD	1
12	CEIBC	8
13	CESEC	7
14	FROPE	1
15	ISMAC	8
16	REAÇÃO	1
17	UNIACE	1

Fonte: Brasil (2017)

Ao analisarmos apenas no quantitativo, 30% dos 157 atletas participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 receberam o incentivo do Bolsa Atleta.

4.2.3 Infraestrutura

O Centro de Treinamento Paralímpico (CTP), localizado em São Paulo/SP e responsável pela alteração da sede da CBDV para a mesma cidade, pode ser considerado como a infraestrutura esportiva do judô paralímpico brasileiro, bem como de outros esportes. Em 2017 o CTP, foi utilizado por 17 modalidades, contou com 172 eventos esportivos. No total, 12 902 atletas competiram, 4083 treinaram e 9060 pessoas visitaram (CPB, 2017e).

A importância do CTP para a modalidade de judô pode ser demonstrada com o número de eventos. Em fevereiro, ocorreu a I Fase de Treinamento do Judô Paralímpico, específico para a seleção brasileira de jovens, 18 atletas e nove membros da Comissão Técnica ficaram alojados no CTP de 12 a 19 de fevereiro em preparação para os Jogos Parapan-Americanos de Jovens. Em março, de 10 a 12 de março, o CTP foi sede do Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos e de 12 a 16 recebeu as equipes da Argentina, Brasil, Estados Unidos, Romênia, Rússia e Suécia para o evento Campo de Treinamento Internacional de

Judô com a participação de 19 atletas e sete membros da Comissão Técnica. Ainda em março, do dia 21 a 26, ocorreram os Jogos Parapan-Americanos de Jovens, com a participação de seis países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Honduras e México) na modalidade de judô paralímpico. O Brasil foi representado por 19 atletas e a quatro membros da Comissão Técnica (CBDV, 2017h)

Também ocorreram no CTP: a II Fase de Treinamento de 24 a 31 de maio; a III Fase de 21 a 26 de junho; o IBSA Judô American Championships; campeonato com a participação da Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Porto Rico de 23 a 27 de agosto; terminando com a IV Fase de Treinamento, de 13 a 20 de setembro, que serviu como fase de preparação para o Mundial IBSA Judô World Cup que ocorreu em Tashkent no Uzbequistão de oito a 10 de outubro. No total, ocorreram oito eventos do judô paralímpico no CTP em 2017, sendo utilizado pelo judô paralímpico brasileiro por 48 dias (CBDV, 2017h).

Segundo o Presidente da CBDV, a utilização do CTP pela CBDV:

[...] possibilitou levar o judô paralímpico para várias competições fora do Brasil, o que não era feito em anos anteriores, e é muito devido as facilidades de hospedagem, alimentação, lá no CT, com isso, sobram recursos para que a gente possa investir na modalidade para fazer esses intercâmbios, possibilitando que a modalidade cresça tecnicamente e que seja uma potência no mundo, é isso o que a gente espera do judô brasileiro.

Se nacionalmente o judô paralímpico conta com uma excelente infraestrutura, em nível municipal/estadual junto às entidades, muitas vezes há falta de infraestrutura esportiva, que faz com que os atletas não treinem em suas entidades. Segundo os atletas, 68% treinam fora de sua entidade. Isto pode ser devido a uma infraestrutura inadequada ou à falta dela, assim como pode ter relação com uma busca por um local mais qualificado em termos de qualidade de treino. Em ambos os casos é um problema da Entidade.

Entre os atletas, 95,4% treinam com atletas videntes, que pode ser positivo, exigindo mais do atleta deficiente visual, mas pode se perder um pouco da especificidade do treinamento entre deficientes visuais. Em 45% dos casos o atleta é o único deficiente visual do treino, o que acarreta em treinos de judô e não de judô paralímpico. Apenas 27,3 atletas tiveram contato com o judô no período escolar.

4.2.3.1 Divulgação

Algo que parece afetar tanto na iniciação como na prática de judô paralímpico é a falta de informação sobre a modalidade. Se alguém quiser saber onde treinar judô paralímpico, dias e horários de treinos, além de informações extras sobre as entidades e sobre os profissionais responsáveis (técnicos), terá que recorrer a diversos métodos de pesquisa. Sobre a qualidade da divulgação da modalidade anteriormente citada pelo representante do Conselho dos Atletas, o Presidente da CBDV informou:

A gente precisa melhorar essa questão da comunicação, precisa ter um site melhor, nosso site tem algumas dificuldades...a gente só tem uma pessoa que cuida da comunicação... de todas as modalidades (da CBDV).

Apesar de não ter sido questionado aos atletas, técnicos, gestores e árbitros participantes da pesquisa sobre as formas que as Entidades utilizam para a divulgação da modalidade, no nível estadual e municipal, podemos verificar que, das 44 entidades estudadas, 23 possuem sites oficiais. Destas, sete têm seus sites desatualizados e em apenas cinco a modalidade de judô é abordada. No Quadro 5, o recorte das informações à disposição nos sites das Entidades sobre a modalidade de judô paralímpico.

Quadro 5. Formas de divulgação do judô paralímpico nos sites das Entidades.

Entidade	Divulgação do Judô Paralímpico
ISMAC	<p>Contado com diversos atletas, o judô de cegos de Mato Grosso do Sul está entre os melhores do País. É a única arte marcial integrante do programa paralímpico praticada por pessoas com deficiência visual.</p> <p>Os atletas são divididos por classes identificadas pela letra B (do inglês blind, cego em português): B1 para os cegos, B2 para os lutadores que têm a percepção de vultos e luminosidade, e B3, em que os participantes possuem a capacidade de definir imagens. Eles podem lutar entre si, mas existe ainda a separação por categorias de peso, que segue o mesmo padrão olímpico.</p> <p>Uma curiosidade é que o árbitro tem uma função que só existe no Judô paralímpico: a de conduzir e manter a pegada constante entre os participantes, ou seja, durante toda a luta eles devem manter contato uns com os outros. Caso ele seja perdido, o combate é paralisado. Os atletas B1 são identificados por um círculo vermelho localizado nas mangas do quimono, para que o árbitro saiba que deve conduzi-lo à marcação para que a luta recomece.</p> <p>As lutas acontecem sobre tatames sintéticos, com duração de cinco minutos cada. Os competidores buscam o ippon (o golpe perfeito do judô) pela projeção do adversário de costas no solo, imobilização do oponente no solo, finalização com chave de braço ou estrangulamento.</p> <p>(Com informações do site do Pan-Americano Rio-2006)</p>
LBES	<p>Esporte - Visão no movimento: Nas atividades esportivas, proporcionar um equilíbrio harmonioso entre o corpo e a mente, a fim de apoiar as outras atividades. Para este trabalho o Instituto conta com a participação de voluntários, além do envolvimento dos professores de prefeitura de Vitória. Entre os esportes estão atletismo, futebol, judô.</p>
CESEC	<p>O judô Paralímpico é praticado por atletas cegos e com baixa visão que, divididos em categorias por peso, lutam segundo as mesmas regras da Federação Internacional de Judô.</p> <p>Poucos aspectos diferem do judô convencional. São eles: os atletas iniciam a luta com a pegada feita (um segurando no quimono do outro); a luta é interrompida quando os oponentes perdem o contato; e não há punições para quem sai da área de combate.</p> <p>Atualmente o CESEC é o detentor do bicampeonato do Grand Prix Infraero de Judô para Cegos, o equivalente ao campeonato brasileiro do Judô Paralímpico. Além dos judocas Antônio Tenório, Denis Rosa, Harley Arruda e Lúcia Teixeira Araújo, que integram a seleção brasileira principal de Judô Paralímpico, o CESEC segue a tradição de revelar talentos mantendo na seleção juvenil de judô as atletas Kelly Fernanda Mazzi e Giulia dos Santos Pereira, grande esperança de medalhas para o Brasil nos jogos Paralímpicos de Tóquio 2020.</p>
ACACE	<p>A ACACE desenvolve gratuitamente em sua sede social uma série de atividades ao longo da semana, com a finalidade de melhor atender o associado da Entidade. A seguir, confira os atendimentos programados para o ano de 2017.</p> <p>Segunda Feira: Aulas de Judô – das 08:00 às 10:00 – das 14:00 às 16:00.</p> <p>Quinta Feira: Aulas de Judô – das 08:00 às 10:00 – das 14:00 às 16:00.</p> <p>O acesso do associado ACACE aos atendimentos ocorre mediante agendamento junto à secretaria administrativa da Entidade, de segunda a sexta das 08:00 às 11:00, ou ainda via e-mail no endereço secretaria@acace.org.br.</p>
ACERGS	<p>Promove a inclusão social de pessoas com deficiência visual através da prática paradesportiva com o intuito de fortalecer as modalidades de esporte adaptado existentes na ACERGS e torná-las referência ao paradesporto em âmbito nacional visando às Paraolimpíadas.</p> <p>A ACERGS possui equipes de futebol de cinco, futebol B2 e B3, goalball feminino e masculino, judô, atletismo e xadrez, que representam a entidade em competições oficiais nacionais e internacionais.</p> <p>A Associação oferece vagas a partir dos 12 anos de idade para todas as seis modalidades esportivas.</p> <p>Atualmente, a ACERGS possui atletas na seleção de judô.</p> <p>Informações: E-mail: esporte@acergs.org.br Telefone: (51)3225-3816</p>

Fontes: ACERGS (2018); ACACE (2018); ISMAC (2018); CESEC (2018); ILBES (2018)

Entre as divulgações, duas somente descrevem a modalidade de judô paralímpico (ISMAC e CESEC); a ILBES divulga as modalidades, conta com a participação de voluntários e com o envolvimento dos professores da prefeitura de Vitória, a ACERGS cita as modalidades oferecidas, acrescenta a faixa etária para iniciação e coloca formas de contatos; a ACACE, por sua vez, tem os horários definidos, divulga a gratuidade, coloca as formas de acesso e contato.

As Entidades, em sua maioria, utilizam as redes sociais para divulgação. No *Facebook* foram encontradas 39 das 44 entidades pesquisadas. Em alguns casos, os perfis das Entidades misturam-se com o perfil do gestor, como no caso de uma entidade de judô que em seu perfil do *Facebook* encontra-se com o nome do gestor e entre parênteses o nome da Entidade. Em outro caso, o perfil possui o nome da entidade, mas a imagem é referente a uma pessoa (provavelmente do seu gestor). Tal realidade, onde os assuntos da Entidade misturam-se com os assuntos pessoais, pode ser observada no comentário do Presidente da CBDV:

A gente sabe e conhece a realidade que, às vezes, a associação é na própria casa do seu presidente.

O amadorismo em diversos setores das entidades fica evidente em casos simples como estes de falta de divulgação ou da qualidade das informações divulgadas. Como a CBDV tem uma estrutura mais profissionalizada, seria importante a criação de protocolos básicos de divulgação e informação dos associados das entidades filiadas e reconhecidas.

4.2.3.2 Disposição Geográfica das Entidades

Além da falta de divulgação, a disposição geográfica das entidades e a ausência de um número significativo de organizações satélites, assim como as Federações Esportivas, também são fatores que dificultam o acesso às infraestruturas esportivas e à modalidade. Durante o ano de 2017, oito estados não participaram de nenhuma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, 11 estados participaram com apenas uma entidade e pode ser observada uma centralização das entidades participantes na região sudeste, com 50% das entidades participantes e o estado de São Paulo foi responsável por 25% das entidades participantes.

Faz-se necessário um mapeamento das entidades que oferecem o judô paralímpico no Brasil, assim como o estímulo para a iniciação de projetos junto às associações de deficientes visuais e de judô em locais que ainda não possuam o judô como uma possibilidade esportiva para atletas deficientes visuais.

4.2.4 Competições

O Calendário competitivo nacional da modalidade de judô paralímpico resume-se ao Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, organizado pela CBDV e disputado em duas etapas, além dos eventos de judô realizados nas Paralimpíadas Escolares, sob responsabilidade do CPB.

4.2.4.1 Grand Prix INFRAERO de judô para Cegos

O evento disputado desde 2011 em duas etapas anuais, e que, desde 2012, passou a convidar seleções de outros países para participar da sua primeira etapa, o Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, já recebeu a presença de 19 países, representados por 140 atletas (CBDV, 2017). Esta etapa é realizada em São Paulo/SP, com exceção de 2016, onde o evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro que se preparava para receber os Jogos Paralímpicos do mesmo ano. Em 2016, 41,6% dos países participantes (IPC, 2018b) na modalidade de judô dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016 estavam presentes no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos.

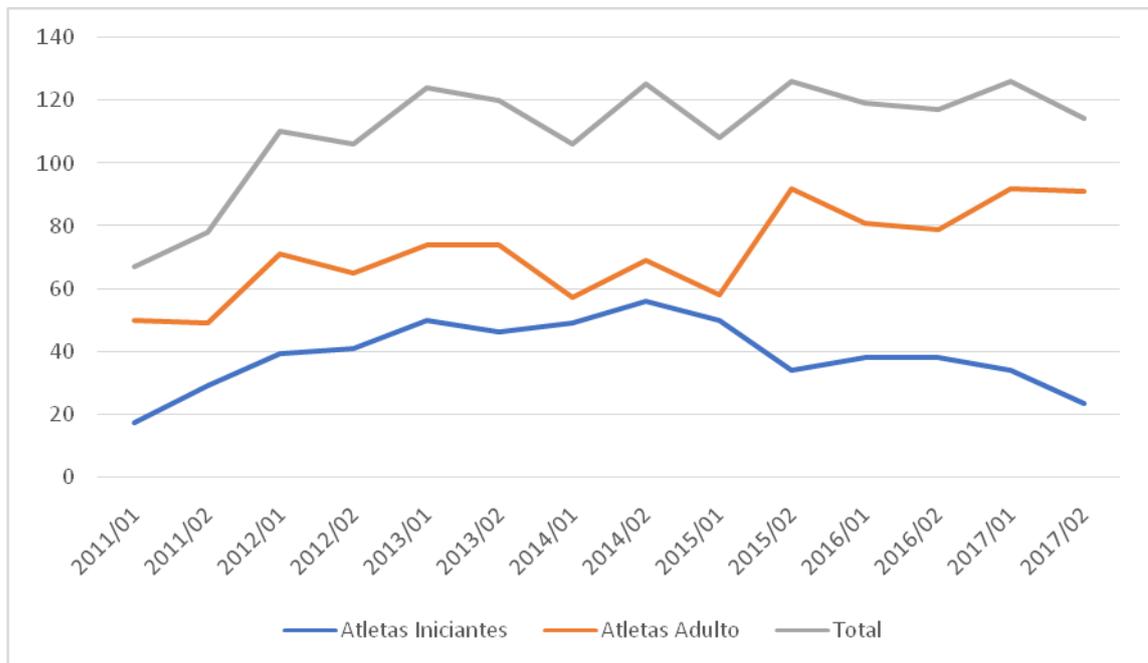
Tabela 7. Participação estrangeira no Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos.

	Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	Argentina	X	X	X	X	X	X
2	Guatemala	X					
3	Rússia		X	X	X	X	X
4	Estados Unidos		X	X		X	X
5	Suécia		X	X			X
6	Mongólia			X		X	
7	Uruguai			X			
8	Porto Rico			X	X		
9	França			X		X	
10	Grã-Bretanha			X	X	X	
11	Canadá			X	X	X	
12	Alemanha					X	
13	Cazaquistão					X	
14	Coréia do Sul					X	
15	Cuba					X	
16	México					X	
17	Romênia					X	X
18	Ucrânia					X	
19	Uzbequistão					X	
	Total	2	4	10	5	15	5

Fonte: Adaptado CBDV (2017)

Durante este período de sete anos (2011 a 2017) foram realizadas 1546 inscrições de atletas brasileiros no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, 544 na categoria Iniciantes e 1002 na categoria Adulto. Na segunda etapa de 2015, em Porto Alegre e na primeira etapa de 2017 em São Paulo foram os eventos com maior número de atletas brasileiros, um total de 126 atletas, 34 na categoria Iniciantes e 92 na Adulto. É possível perceber uma elevada migração dos atletas da categoria Iniciante para a Adulto em 2015/2. A evolução no número de atletas nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos pode ser observada na Figura 14.

Figura 14. Evolução no número de atletas nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2011 a 2017



Fonte: Adaptado CBDV (2017).

O Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos é a segunda etapa realizada a cada ano em uma cidade diferente do Brasil, utilizando a estrutura e arbitragem local. Segundo o Coordenador da arbitragem de judô paralímpico da CBDV:

Normalmente na segunda etapa do Grand Prix, que é itinerante...nós aproveitamos os árbitros da Federação local, nos Estados que ainda não ocorreram cursos, eu chego um dia antes e eu dou um dia de curso. Caso exista um déficit de arbitro, a CBDV me autoriza a fazer convocações.

O Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos já foi disputado em oito cidades brasileiras, conforme pode ser observado no Quadro 6.

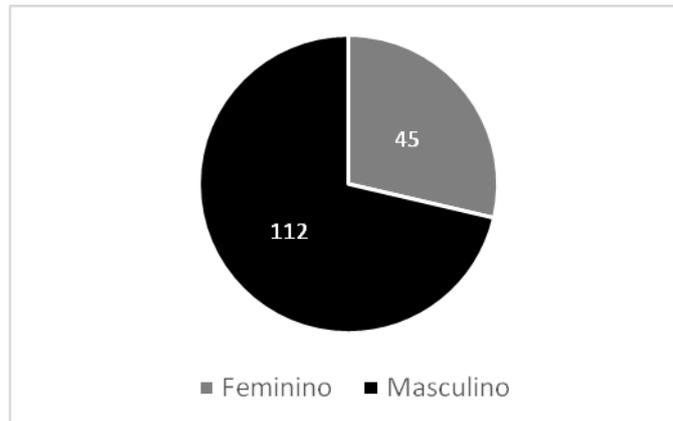
Quadro 6. Cidades sedes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos

Evento	Local
GP 2011/1	Goiânia/GO
GP 2011/2	São Paulo/SP
GP 2012/1	São Paulo/SP
GP 2012/2	Belo Horizonte/BH
GP 2013/1	São Paulo/SP
GP 2013/2	Natal/RN
GP 2014/1	São Paulo/SP
GP 2014/2	Campo Grande/MS
GP 2015/1	São Paulo/SP
GP 2015/2	Porto Alegre/RS
GP 2016/1	Rio de Janeiro/RJ
GP 2016/2	Belém/PA
GP 2017/1	São Paulo/SP
GP 2017/2	Porto Alegre/RS

Fonte: Adaptado CBDV (2017)

Em 2017, o número total de brasileiros participantes das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos foi de 157 atletas. Destes, 52% participaram das duas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, com uma média de idade de 30,5 anos e em sua maioria (71,3%) do naipe masculino.

Figura 15. Número total de atletas brasileiros participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017



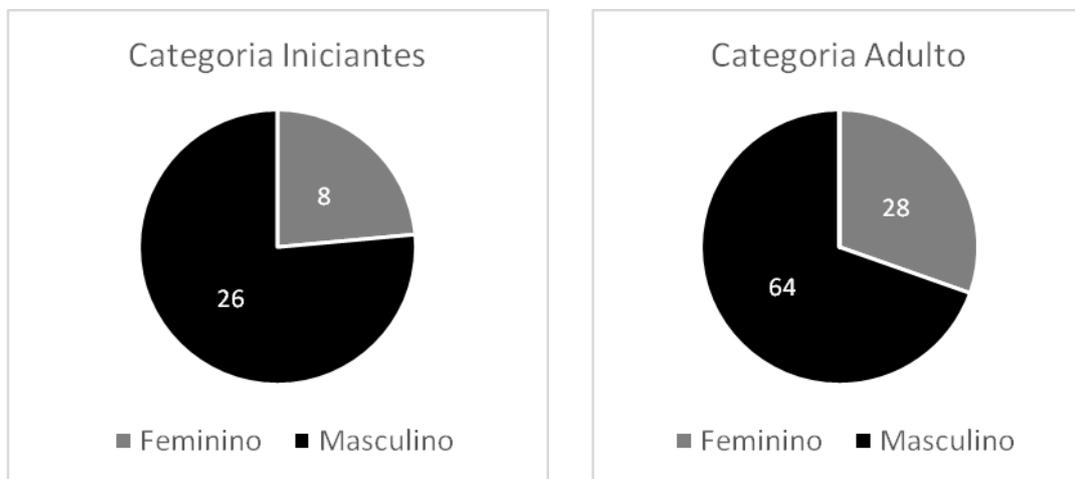
Fonte: adaptado CBDV (2017).

A etapa internacional do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, ocorrida no Centro de Treinamento Paralímpico, na cidade de São Paulo/SP, no dia 11 de março, contou com a presença de 149 atletas. Destes, 126 atletas brasileiros e 23 representantes de cinco países convidados (Argentina, Estados Unidos, Romênia, Rússia e Suécia). A competição, dividida em duas categorias: Adultos e

Iniciantes, com 114 atletas disputando na Adulto (22 estrangeiros); enquanto 35 competiram na Iniciais (um estrangeiro).

Entre os 126 atletas brasileiros, 92 participaram na categoria Adulto e 26 na categoria Iniciais. Em ambas categorias, houve predomínio no número de atletas participantes do naipe masculino, 69,5% na categoria Adulto e 76,5% na Iniciais. Devido ao baixo número de atletas inscritos na categoria Iniciais, não houve disputa em cinco categorias de peso (quatro no feminino e uma no masculino).

Figura 16. Número de atletas brasileiros por naipe e categoria no Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, em São Paulo, 2017

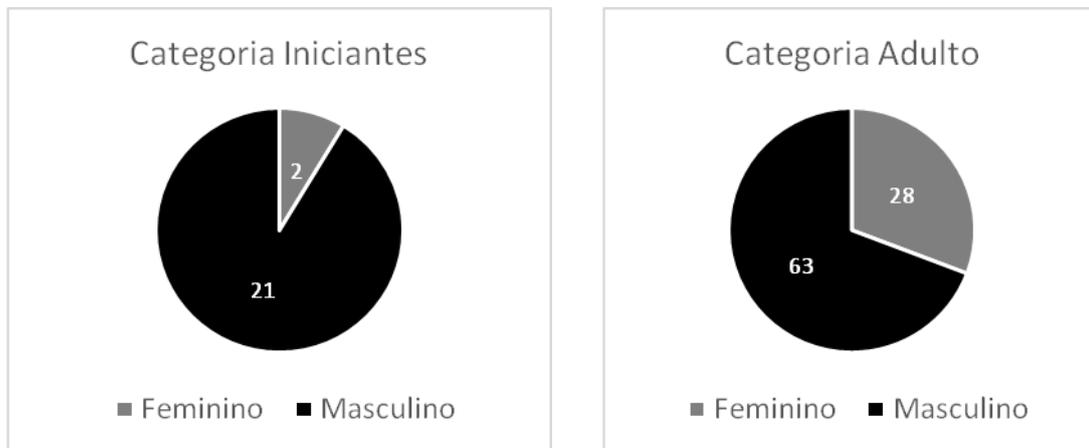


Fonte: Adaptado CBDV (2017)

A etapa nacional do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017, realizada no Ginásio Tesourinha, na cidade de Porto Alegre/RS, no dia 21 de outubro de 2017, segunda etapa contou com a participação de 114 atletas. Destes, 91 na categoria adulto e 23 na categoria iniciante. Novamente pode ser observado um predomínio no número de atletas participantes do sexo masculino. Na categoria Adulto 69,2% dos participantes eram do sexo masculino e na categoria Iniciais o percentual foi ainda maior, 91,3%.

Devido ao baixo número de inscritos do naipe feminino na categoria iniciais (duas atletas), não houve disputa em nenhuma das categorias de peso do naipe feminino, sendo as duas atletas inscritas campeãs sem lutar. Também no naipe masculino, na categoria Iniciais, uma das categorias de peso não ocorreu pela ausência de atletas inscritos na mesma.

Figura 17. Número de atletas por naipe e categoria no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, em Porto Alegre, 2017.



Fonte Adaptado CBDV (2017)

A faixa etária média dos atletas participantes das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos de 2017 foi de 30,5 anos, onde o atleta mais novo tinha 16 anos e o mais velho 53 anos. Quando analisada separadamente, a categoria Iniciantes pouco se diferencia da categoria Adulto, em termos da faixa etária dos competidores. A média na categoria Iniciante foi de 30 anos (o mais novo com 16 anos e o mais velho com 52 anos), enquanto que na categoria Adulto a média foi de 31 anos (o mais novo com 17 e o mais velho com 53). Quando analisada a diferença de faixa etária entre os naites, masculino e feminino, temos uma diferença um pouco maior: a média de idade feminina é inferior à masculina em 3,5 anos, de 28 anos no feminino contra 31,5 anos no masculino.

A formação das categorias Iniciantes e Adultos do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos está relacionada com a graduação ou nível de experiência do atleta, expresso através da sua graduação no judô (faixa). Os atletas com graduação até a faixa laranja podem competir como iniciantes. Contudo, a partir da faixa verde o atleta, obrigatoriamente, deve mudar de categoria, passando para a categoria Adulto. O técnico pode subir seu atleta de categoria independente da faixa do mesmo, mas, uma vez modificada a categoria, o atleta não poderá mais disputar na anterior.

Ainda não existem categorias específicas referentes à idade e nem à classificação oftalmológica dos atletas. A idade mínima para participar do evento é de 10 anos para a categoria Iniciantes e 16 para a Adulto (CBDV, 2017f). Apesar

dos atletas serem submetidos à classificação oftalmológica como critério de elegibilidade, os diferentes níveis de deficiência visual competem entre si. Em busca de uma maior equidade entre as classes oftalmológicas, a IBSA divulgou os critérios para o Ranking Mundial de Judô para Cegos que, além da pontuação pelos títulos e pelas participações em eventos internacionais, existem também pontuações diferenciadas para cada luta, dependendo do grau de deficiência dos atletas participantes.

Quadro 7. Critérios de pontuação para o Ranking Mundial de Judô Paralímpico.

Colocações	1º	2º	3º	4º	5º	7º	Participação
Jogos Paralímpicos	350	250	200	150	100	50	5
Campeonato Mundial e Jogos Mundiais	280	200	160	120	80	40	3
Copa do Mundo	210	150	120	90	60	30	2
Campeonatos Continentais	140	100	80	60	40	20	1
Lutas							
B1 vencedor contra B3							50
B1 vencedor contra B2							40
B1 vencedor contra B1							30
B2 vencedor contra B3							40
B2 vencedor contra B2							30
B2 vencedor contra B1							20
B3 vencedor contra B3							30
B3 vencedor contra B2							20
B3 vencedor contra B1							10

Fonte: CBDV (2018).

A participação do Grand Prix INFRAERO de judô para cegos é gratuita e não existe uma seletiva classificatória, o que acarreta em um nível técnico muito heterogêneo entre os atletas. A CBDV oferece estadia, alimentação e traslados do evento para os atletas e para as comissões técnicas. Para estarem aptas a participar do evento, as Entidades precisam ser filiadas ou reconhecidas pela Confederação. As inscrições para o Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos são feitas através do preenchimento de uma ficha cadastral, enviada pela CBDV para os e-mails das Entidades.

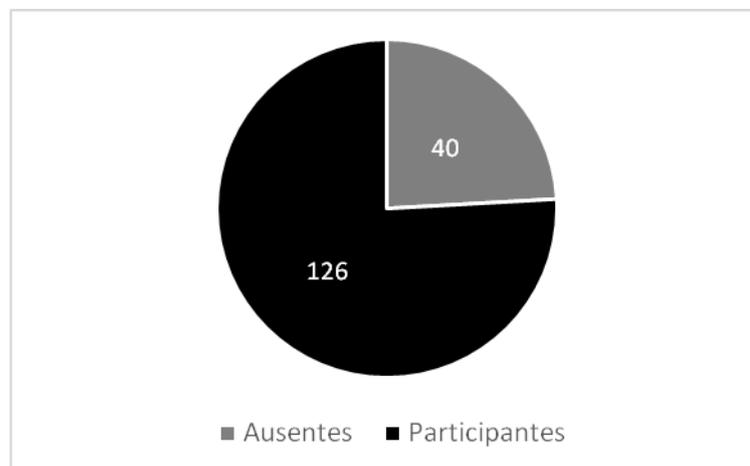
Os atletas devem estar cadastrados no banco de dados da CBDV. Durante o período de inscrições, a CBDV envia quatro e-mails de alerta, notificando os prazos para o encerramento das inscrições. Tal procedimento é compreensível, tendo em vista a busca por um número maior de participantes e devido à falta de comunicação das Entidades com a CBDV.

Todavia, um problema recorrente nas inscrições para o Grand Prix INFRAERO de Judô para cegos é o número de atletas inscritos maior que o número de atletas participantes. Tal fato produz um elevado e desnecessário gasto da CBDV com estadia e alimentação que são acertados com antecedência para se conseguir melhores valores, assim como para que todos os participantes fiquem no mesmo local. Segundo o Presidente da CBDV:

[...] o pior que a CBDV sofre com isso, porque a gente faz um evento, inscreve 250 atletas e aparecem 180, 190, quando é fora de São Paulo, contrata um hotel...para tantas pessoas, e se tantas pessoas não vão. Mas eu também percebo...que às vezes a Entidade ficar dependendo muito...de acreditar nos governos...e se na hora o governo fala que não tem passagem... a gente acaba...não culpando...a Entidade.

No Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos 2017, 166 atletas foram inscritos. Destes, 126 competiram. Neste evento, a ausência foi de 24% das inscrições feitas.

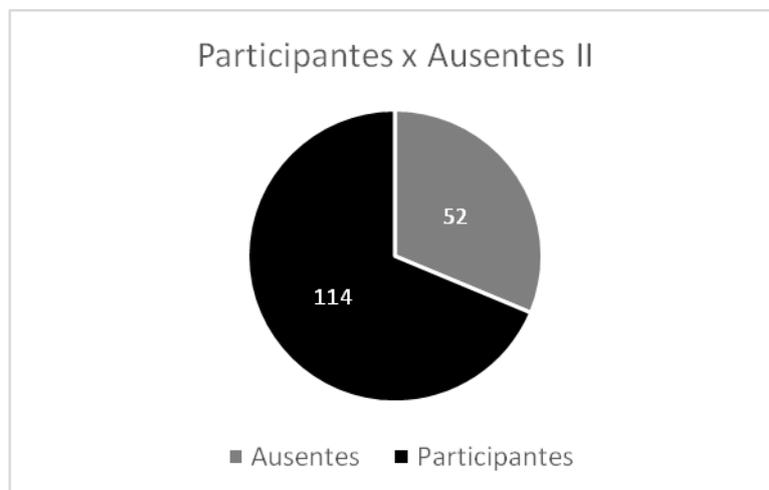
Figura 18. Atletas inscritos, participantes e ausentes do Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos, em São Paulo, 2017



Fonte: Adaptado CBDV (2017)

Na segunda etapa do Grand Prix, dos 166 atletas inscritos, 114 participaram, uma ausência de 31% no total de atletas inscritos.

Figura 19. Atletas inscritos, participantes e ausentes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, em Porto Alegre, 2017

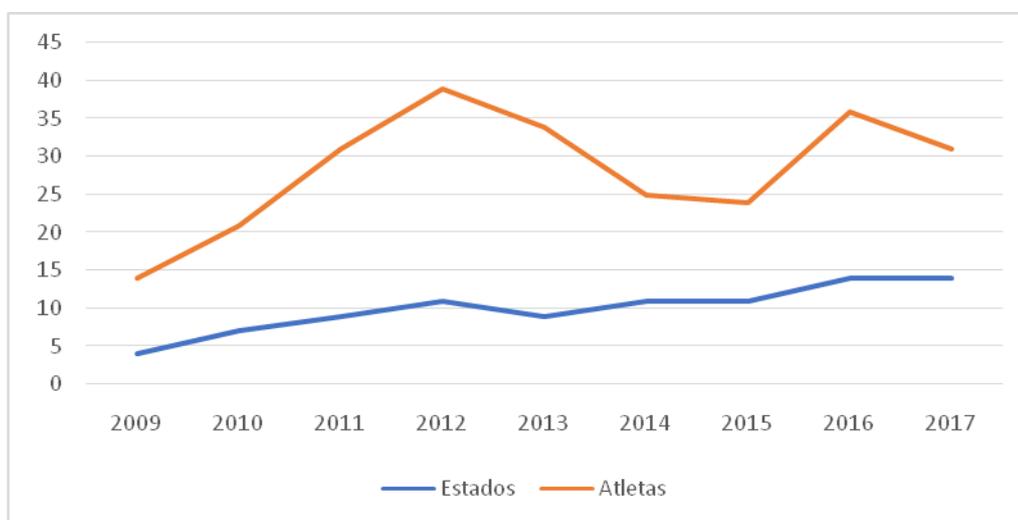


Fonte: Adaptado de CBDV (2017).

4.2.4.2 Paralimpíadas Escolares

Apesar de não ser organizada pela CBDV, as Paralimpíadas Escolares podem ser consideradas como terceira e última competição do calendário anual do judô paralímpico brasileiro. O evento Organizado pelo CPB é considerado como o maior evento escolar paralímpico do mundo (CPB, 2017a). O judô paralímpico faz parte do programa das Paralimpíadas Escolares desde 2009.

Figura 20. Evolução no número de Estados e Atletas na modalidade de Judô Paralímpico nas Paralimpíadas Escolares 2017.



Fonte: Adaptado CPB (2017).

É possível observar um crescimento constante no número de estados participantes. Entretanto, nove estados nunca participaram do evento (Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Roraima e Tocantins), três estados participaram somente em uma edição (Ceará, Goiás e Maranhão) e somente três participaram de todas as Paralimpíadas Escolares na modalidade de Judô (Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Pará. Na tabela 8 é possível observar a participação dos estados nas Paralimpíadas Escolares na modalidade de judô paralímpico.

Tabela 8. Delegações Estaduais participantes na modalidade de judô paralímpico das Paralimpíadas Escolares

Paralimpíadas Escolares									
Estado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CE								X	
DF					X	X	X	X	X
ES		X	X	X	X	X		X	
GO									X
MA									X
MT					X		X	X	
MS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
MG			X	X		X			X
PA	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PB		X		X	X	X	X	X	X
PR						X	X		
RJ	X	X	X	X	X	X	X	X	X
RN		X	X	X		X	X	X	X
RS			X	X		X	X	X	X
RO				X				X	X
SC			X	X	X	X	X	X	X
SP	X	X	X	X	X		X	X	X
SE								X	X
Total	4	7	9	11	9	11	11	14	14

Fonte: Adaptada do CPB (2017).

A modalidade de judô paralímpico nas Paralimpíadas Escolares 2017 contou com a participação de 31 atletas em idade escolar, com idades entre 12 a 17 anos, divididos em categorias de peso e categorias por idade. A categoria A Individual composta por atletas de 12 a 14 anos e a categoria B Individual por atletas de 15 a 17 anos.

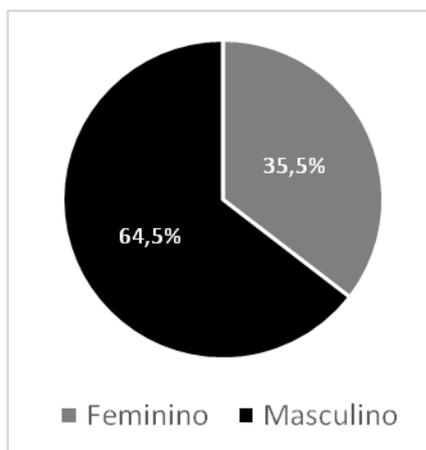
Quadro 8. Categorias de peso e de idade dos atletas do judô paralímpico nas Paralimpíadas Escolares 2017.

Categoria A Individual				Categoria B Individual			
Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
Categoria	Atletas	Categoria	Atletas	Categoria	Atletas	Categoria	Atletas
- 60 kg	3	- 48 kg	3	- 60 kg	5	- 52 kg	2
- 73 kg	0	- 57 kg	1	- 66 kg	5	- 57 kg	1
+ 73 kg	2	+ 57 kg	1	- 81 kg	3	- 63 kg	1
				- 90 kg	1	- 70 kg	0
				+ 90 kg	1	+ 70 kg	2

Fonte: Adaptado de CPB (2017c).

Assim como nas etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, nas Paralimpíadas Escolares a maioria dos atletas é do sexo masculino.

Figura 21. Atletas participantes das Paralimpíadas Escolares 2017.



Fonte: CPB (2017c)

Ao término do primeiro dia de competições, os técnicos podem inscrever os atletas da categoria B Individual para a categoria B Absoluto, realizada no dia seguinte. A categoria B Absoluto contou com a participação de 13 dos 21 atletas habilitados a lutar.

Quadro 9. Divisão por peso dos atletas na categoria absoluto das Paralimpíadas Escolares 2017

Categoria B Absoluto			
Feminino		Masculino	
Categoria Leve - 57 kg	Categoria Pesado + 57 kg	Categoria Leve - 73 kg	Categoria Pesado + 73 kg
2 atletas	2 atletas	4 atletas	5 atletas

Fonte: adaptado de CPB (2017c).

Durante o treino coletivo que ocorre após os dois dias de competição, foi celebrado pelos organizadores o aumento do número de estados participantes na competição do judô, apesar de também ter sido citado que o número de atletas participantes ainda é muito baixo, e comumente ocorre de não haver lutas em algumas categorias de idade e de peso.

Dois fatos interessantes que foram adicionados nos Registros de Campo, o caso de uma atleta da Categoria A, e o de um atleta da Categoria B. Ambos foram informados de que não havia oponentes na sua categoria de peso; o abatimento foi instantâneo. Normalmente ocorrem agrupamento de classes em decorrência do número de inscrições, regra expressa no regulamento (CPB, 2017d); entretanto nestes dois casos não seria possível. Após a frustração veio o desabafo. Os atletas prepararam-se durante todo ano, uma para sua estreia em competições de judô paralímpico, o outro mais experiente buscava a possibilidade de ser contemplado com a bolsa atleta estudantil.

No primeiro caso, a decepção era clara, muito treinamento, controle de peso, uma semana longe de casa, da escola, para ganhar uma medalha sem lutar, isto não estava nos planos desta atleta. Ao perceber isso, seu treinador foi conversar com os responsáveis, solicitando que ela lutasse em outra categoria de peso, inclusive tratando diretamente com os treinadores das possíveis adversárias, se havia alguma objeção dos mesmos. Todos os técnicos apoiaram a atitude.

Após muita insistência com a organização do evento, foi permitido à atleta fazer uma luta amistosa com a campeã da categoria de peso abaixo da sua categoria. No outro dia, a atleta não poderia lutar devido à sua idade, mas, após nova insistência do seu treinador, foi permitido que ela lutasse, desta vez com a garota da categoria de peso acima. A atleta ganhou todos seus combates amistosos.

No segundo caso, um atleta bem mais experiente, mas que não escondeu o descontentamento ao saber que não haveria lutas para ele no primeiro dia de competição, pois ele era o único atleta de sua categoria de peso. Entretanto, no outro dia, ele pode competir na categoria B e sagrou-se campeão.

Assim como no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, nas Paralimpíadas Escolares também ocorre um número de inscrições maior que o de participantes. Na edição de 2017 foram 43 atletas inscritos. Destes, 31 participaram. Diferentemente dos motivos normalmente apresentados no Grand Prix, nas Paralimpíadas o maior motivo da não participação dos atletas parece ser referente à

inelegibilidade dos mesmos; dos 12 atletas que não participaram do evento, oito não foram elegíveis na classificação oftalmológica e quatro se ausentaram.

O baixo número de participantes nas Paralimpíadas Escolares corresponde ao resultado obtido através da aplicação do questionário, no qual 27% dos atletas tiveram contato com a modalidade na escola. Em partes, pode ser relacionado à inscrição ser toda feita através das instituições de ensino, sem ser necessária a participação das entidades. Provavelmente, assim como mencionado anteriormente, a falta de informação sobre o evento e sobre as modalidades paralímpicas pode acarretar em um despreparo das escolas para a participação dos seus alunos no evento.

4.2.4.3 Resultados Esportivos do judô paralímpico

O judô paralímpico é a quinta maior potência mundial no quadro geral de medalhas em Jogos Paralímpicos. Tendo em vista estes resultados, os entrevistados foram questionados sobre quais são os motivos que levaram a modalidade a atingir este resultado.

Segundo o Presidente da CBDV:

O Brasil vem tendo resultados muito promissores no judô (paralímpico)...foi um trabalho que já vem de muito tempo...e que coube para CBDV...investir e dar continuidade ao trabalho, que não é um trabalho de agora... foi um trabalho de muito tempo...e de várias mãos, e que os resultados vêm acontecendo.

O Presidente da CBDV também citou o atleta Antônio Tenório da Silva: “A gente já vinha ganhando medalhas de ouro com o Tenório...” Esta citação é de fundamental importância, quando o assunto tratado é relacionado a resultados esportivos no judô paralímpico, pois sozinho o atleta Antônio Tenório da Silva conquistou seis das 22 medalhas do Brasil (quatro de ouro, uma de prata e uma de bronze), e talvez ele seja o grande responsável pelo país estar entre as cinco maiores potências mundiais. Se retirássemos os feitos dele em Jogos Paralímpicos, o Brasil cairia da quinta para a 22ª posição no quadro geral de medalhas. Para o representante do Conselho dos Atletas, os resultados devem-se “Principalmente pela dedicação dos atletas.”

Para o Técnico da Seleção Brasileira de Judô Paralímpico, os resultados são devidos ao:

O crescimento da organização do judô paralímpico. O grande desenvolvimento do Judô como um todo no Brasil. Os talentos esportivos que competem no judô paralímpico, entre outros fatores.

Para o Presidente da CBJ o resultado do judô paralímpico é oriundo do judô nacional como um todo e ele credita: “Ao grande número de praticantes em nosso território e à qualidade do nosso Judô.” Tal declaração é pertinente uma vez que o judô é a modalidade individual que mais conquistou medalhas em Jogos Olímpicos (CBJ, 2018a). E assim como o judô paralímpico, o judô olímpico também conquistou 22 medalhas.

De uma maneira geral, como já foi abordado durante o processo desta dissertação, os atletas paralímpicos treinam e competem o judô conjuntamente com os atletas videntes. Os resultados e ambas as modalidades parecem caracterizar que no Brasil existe uma cultura da prática do judô e, conforme Digel *et. al.* (2006), no esporte de alto rendimento, as nações bem-sucedidas são caracterizadas por padrões culturais esportivos e, segundo Sotiriadou *et. al.* (2013), essa cultura influencia o sucesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação do judô paralímpico no Brasil é recente e seu funcionamento pouco mudou desde sua origem dos anos de 1970. No topo da estrutura, a CBDV é a organização responsável nacionalmente pelo judô paralímpico e em 2018 completa dez anos da sua fundação. A prática da modalidade ocorre de maneira semelhante aos antigos moldes do judô adaptado ao atleta deficiente visual, a qual os atletas treinavam judô convencional com atletas videntes e, em alguns casos, os atletas são os únicos representantes do judô paralímpico da equipe, fato ocorrido em 61% das entidades participantes de alguma das etapas do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017.

A estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro no ano de 2017 foi formada pela CBDV - uma entidade poliesportiva representante dos esportes para deficientes visuais no nível nacional -, por Federações Estaduais - apenas em três estados (SP, AM e RO) -, e em sua base por um grupo heterogêneo de 44 Entidades - academias de judô, clubes esportivos, para-esportivos, associações de deficientes visuais, associações de múltiplas deficiências, organizações não-governamentais, organizações religiosas e escolas que oferecem judô, judô paralímpico ou, em alguns casos, simplesmente a filiação para que atletas de outros clubes possam participar dos eventos competitivos.

No nível nacional, a CBDV encontra-se bem estruturada, com recursos financeiros destinados especificamente para a modalidade, via Lei Agnelo-Piva, além de um longo patrocínio do judô paralímpico com a INFRAERO. Em termos de infraestrutura esportiva, conta com o apoio do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que disponibiliza o Centro de Treinamento Paralímpico.

No nível estadual, apesar da existência de Federações Estaduais relacionadas com o judô paralímpico e vinculadas à CBDV, não é possível afirmar que estas organizações estejam estabelecidas como parte integrante da estrutura organizacional da modalidade, tendo em vista o número pouco representativo em nível nacional de três Federações Estaduais e a forma de atuação das mesmas.

No nível municipal, as Entidades, apesar de representarem municípios e/ou estados, atuam como os clubes. Dentre as 44 entidades participantes, 19 são filiadas à CBDV possuindo vínculo formal com a Confederação. Por ser um processo simples, puramente burocrático e gratuito, causa estranheza que mais de 56% das

Entidades participantes do Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos 2017 não sejam filiadas, apenas reconhecidas.

Entre as entidades, 15 são organizações-satélite que dependem exclusivamente dos clubes vinculados à CBJ para compor suas equipes. Aproximadamente 36% dos atletas, oriundos de 34 clubes, encontram-se nesta situação a fim de participar da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro. Tais fatos demonstram que, apesar de não estarem diretamente vinculados ao sistema os clubes de judô fazem parte do funcionamento da modalidade.

Utilizando como principal critério de funcionamento da modalidade as competições anuais, pode ser observado que o número de competições nacionais é insuficiente, o que faz com que os atletas de judô compitam dentro da estrutura organizacional do judô, via Federações Estaduais vinculadas à CBJ. Uma das possíveis causas deste baixo número de competições é a baixa adesão de atletas nas competições, além da inconstância das entidades participantes.

O baixo número de participantes também influi no nível técnico das competições, seja pela ausência de categorias por faixa etária (como exemplo, na categoria Iniciante, até 90 kg, no Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos, em Porto Alegre, onde lutaram atletas com 23, 31 e 52 anos de idade), por categorias sem combates por falta de oponentes e também pela ausência de seletivas estaduais para o nivelamento em nível nacional.

Apesar de não ser uma peculiaridade no Brasil, a ausência de categorias por classificação oftalmológica é outro ponto a ser destacado, porque existe uma ampla variação de acuidade visual entre os atletas, podendo existir vantagens entre um atleta B3 contra um atleta B1, por exemplo. Certamente, se o número de atletas fosse mais significativo, seria possível fazer categorias específicas para cada uma das três classificações oftalmológicas.

A compreensão das organizações e dos agentes participantes da estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro foi fundamental para explicar o seu funcionamento. Na teoria, existem duas modalidades de judô: o judô, vinculado à CBJ; e o judô paralímpico, vinculado à CBDV. Na prática, atletas, técnicos, árbitros e alguns gestores atuam simultaneamente entre as duas modalidades.

No caso do atleta deficiente visual do judô paralímpico, a certificação da sua graduação (faixa) na modalidade ocorre junto às Federações Estaduais do judô

vinculadas à CBJ, uma vez que a CBDV não se responsabiliza pelo controle, promoção e homologação da graduação dos seus atletas. Com isso, o atleta é obrigado a investir financeiramente em outra estrutura organizacional, quando poderiam estar sendo aplicados estes valores na estrutura organizacional do judô paralímpico. Contudo, cabe ressaltar que a CBDV não cobra taxas pela filiação de entidades e atletas.

Além dos atletas, os técnicos e árbitros são agentes atuantes nas competições. E em ambos os casos as suas formações ocorre dentro da estrutura organizacional do judô; em sua maioria são faixa preta de judô. Para o exercício da função de técnico é exigido somente o credenciamento ao Conselho Regional de Educação Física. A maioria dos técnicos de judô paralímpico atua de forma voluntária. Enquanto os técnicos das entidades estão em média há sete anos atuando, os da seleção brasileira encontram-se há nove no exercício da função.

O quadro dos árbitros de judô paralímpico é composto exclusivamente por árbitros do judô, formados pelas Federações Estaduais de Judô, posteriormente pela Confederação Brasileira de Judô, até chegar ao nível internacional, através da chancela da Federação Internacional de Judô. Nenhum árbitro esteve presente em todos os eventos e quatro participaram em dois eventos. Ou seja, além do baixo número de competições anuais, dos árbitros serem realocados do judô para o judô paralímpico, existe uma alta rotatividade dos participantes, o que dificulta na especialização dos mesmos na modalidade.

Para atuar na arbitragem de judô paralímpico, os árbitros do judô normalmente recebem orientações referentes à modalidade no dia em que antecede a competição. O baixo número de competições, além do baixo valor do pró-labore recebido por competição, torna impossível a profissionalização da arbitragem. A CBDV não possui um cadastro de árbitros. Sendo assim, o controle sobre o número de participações em eventos e referentes à experiência na modalidade não pode ser aferido.

Responsáveis pela administração das entidades, os gestores em sua maioria não estão presentes nas competições. Em média, atuam há sete anos na gestão da sua Entidade; em sua maioria trabalham voluntariamente; 46% dos respondentes praticam ou já praticaram judô; enquanto 18% são deficientes visuais. Estes dados fazem sentido, uma vez que, em academias de judô, o gestor normalmente é um praticante da modalidade, assim como em associações de deficientes visuais o

gestor, via de regra, é, ou deve ser, deficiente visual, como no caso da CBDV, que a diretoria executiva só pode ser composta por pessoas deficientes visuais.

Ao analisarmos a estrutura organizacional de um esporte, principalmente no alto rendimento, a conquista de medalhas pode ser um, dentre tantos meios, de avaliar a eficácia da organização. O Brasil conquistou 22 medalhas tornando-se a quinta maior potência da modalidade no quadro geral de medalhas em Jogos Paralímpicos. Entretanto, o país chegou a esta colocação muito mais pelo talento individual de um atleta do que pela estrutura organizacional da modalidade.

O atleta Antônio Tenório da Silva ganhou seis das 22 medalhas do Brasil, responsável por todas as quatro medalhas de ouro conquistadas em Jogos Paralímpicos. Sem os resultados deste atleta, o Brasil sairia da quinta para a 22ª colocação no quadro geral de medalhas. Cabe ressaltar que, mesmo participando de quatro ciclos paralímpicos a menos e de historicamente haver uma participação menor das mulheres nas competições nacionais de judô paralímpico, o judô paralímpico feminino brasileiro conquistou o mesmo número de medalhas – 11 medalhas - do naipes masculino em Jogos Paralímpicos.

Uma possibilidade de tornar mais eficiente a estrutura organizacional do judô paralímpico seria a unificação das duas modalidades, tanto nacional, como internacionalmente. Esta aproximação existe e vem se ampliando entre as Federações Internacionais (IBSA e FIJ), assim como as nacionais (CBDV e CBJ) e a utilização de uma estrutura única poderia ser o meio de torná-la mais efetiva para os dois lados.

Entretanto, se a integração destas modalidades não for do interesse das organizações envolvidas, torna-se fundamental a centralização do controle da modalidade pela CBDV, buscando uma independência e autossuficiência no judô paralímpico, a criação e organização de federações estaduais representativas da modalidade ou relacionada a deficiência visual, além de fomentar a profissionalização das entidades filiadas.

A falta de informação e divulgação do judô paralímpico, bem como a dificuldade de acesso ao esporte, são pontos que ficaram claros durante a construção deste trabalho e devem ser fortemente trabalhados pelas Entidades, e estas devem ser cobradas pela CBDV quanto a este assunto. Com uma adequação e sistematização de informações em todos os níveis, será possível aumentar o

número de participantes na modalidade, bem como possibilitar que a iniciação na modalidade, que hoje é aos 19 anos, não ocorra tão tardiamente.

Ao final desta pesquisa, é possível concluir que a estrutura organizacional do judô paralímpico brasileiro atualmente não é autossuficiente, dependendo das organizações dos diversos níveis (estadual, nacional e internacional) da estrutura organizacional do judô. Será papel da CBDV ditar o direcionamento sobre o futuro da modalidade, estreitando relação e melhorando a comunicação com as suas entidades filiadas, auxiliando na transição do modelo amador para um modelo profissional, auxiliando-as na gestão e prospecção de recursos financeiros de maneira que todo o sistema seja moldado de acordo com os seus interesses. Em se mantendo a forma como atualmente estão estruturadas, as duas modalidades tendem a se fundir como já aconteceu com outras modalidades paralímpicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO L.F.S., DOLINA J.V., PETEAN E., MUSQUIM C.A., BELLATO R., LUCIETTO G.C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, 15(3): 53-61, jul-set, 2013.

ARENA, S.S., BÖHME, M.T.S. Federações esportivas e organização de competições para jovens. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, 2004; 12(4): 45-50.

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO SUL. ACERGS. **Esporte**, 2018. Disponível em: <http://acergs.org.br/?page_id=350>. Acesso em: 23 04 2018.

ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE CEGOS. ACACE. **Atendimentos ofertados**, 2018. Disponível em: <<http://acace.org.br/atendimentos>>. Acesso em: 23 04 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**. 21(10):2989-2997, 2016.

BRASIL. **Lei Agnelo/Piva**, 2016a. Disponível em <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>>. Acesso em: 08 06 2018.

BRASIL. **Centro de Treinamento Paralímpico**, 2016b. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes/rede-nacional-de-treinamento/centro-paraolimpico-brasileiro>>. Acesso em: 23 07 2017.

BRASIL. **Judô**, 2016c. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/modalidades/judo>>. Acesso em: 21 12 2016.

BRASIL. **Rede Nacional do Esporte**. Bolsa-Atleta, 2016d. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta>>. Acesso em: 22 06 18.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: <<http://www.redoesporte.gov.br/pt-br/noticias/ministerio-do-esporte-contempla-5-8-mil-esportistas-na-lista-da-bolsa-atleta-2017/bolsa-atleta-2017>>. Acesso em: 22 06 18.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Ministério de Esporte lança edital do programa Bolsa Pódio, 2018. Disponível em:<<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/58147-ministerio-do-esporte-lanca-edital-do-programa-bolsa-podio-2018>>. Acesso em: 22 06 18.

BROUWERS, J; SOTIRIADOU, P.; DE BOSSCHER, V. Sport-specific policies and factors that influence international success: The case of tennis. **Sport Management Review**, v. 18, n. 3, p. 343-358, 2015.

CARDOSO V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2011; 33 (2):529-539

CENTRO DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL E ESPORTIVA DE CEGOS. CESEC. **Judô**, 2018. Disponível em: <<http://cesec.org.br/modalidades/judo/>>. Acesso em: 23 04 2018.

CHAPPELET, J. L.; KÜBLER-MABBOTT, B. **The International Olympic Committee and the Olympic system: the governance of world sport**. London; New York: Routledge, 2008.

CHELLADURAI, P. **Sports Management: Macro perspectives**, Sports Dynamics. London: Ontário, 1985.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Paralimpíadas Escolares 2017 têm mais de 900 jovens inscritos**, 2017a. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/paralimpiadas-escolares-2017-tem-mais-de-900-jovens-atletas-inscritos?inheritRedirect=false>. Acesso em: 23 04 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Estatuto**, 2017b. Disponível em: http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/Novo_EstatutoCPB_122017/3e5ccd10-b388-4ede-b424-944be3a6710c. Acesso em: 23 04 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Paralimpíadas Escolares 2017**, 2017c. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/edicao-2017>>. Acesso em: 23 05 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Regulamento Geral – Etapa Nacional 2017**, 2017d. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/53765/Regulamento+Paralimpiadas+Escolares+2017++OFICIAL.pdf/e8e14c6a-0b15-41b6-8bae-c93a457cd3be>>. Acesso em: 23 05 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. CPB. **Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro**, 2017e. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/centro-de-treinamento>>. Acesso em: 23 05 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata de assembleia de fundação da confederação brasileira de desporto de deficientes visuais – CBDDEV**, 2008. Disponível em: <http://cbdv.org.br/sites/default/files/documentos/ata_assembleia_geral_extraordinaria_cddev_2008.pdf>. Acesso em: 23 04 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata de assembleia geral extraordinária da confederação brasileira de desportos de deficiente visual – CBDDEV**, 2010. Disponível em <http://cbdvd.org.br/sites/default/files/documentos/ata_da_assembleia_geral_extraordinaria_da_confederacao_-_01_2010.pdf>. Acesso em: 23 04 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Reunião no RJ projeta mais aproximação entre judô paralímpico e olímpico**, 2012. Disponível em <<http://cbdvd.org.br/noticia/reuniao-no-rj-projeta-mais-aproximacao-entre-judo-paralimpico-e-o-olimpico>>. Acesso em: 23 04 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Judô**, 2017a. Disponível em <<http://cbdvd.org.br/pagina/judo>>. Acesso em: 23 04 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Estatuto**, 2017b. Disponível em: <http://cbdvd.org.br/sites/default/files/documentos/estatuto_2017.pdf>. Acesso em: 23 04 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata de posse do conselho dos atletas da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais**, 2017c. Disponível em: <http://cbdvd.org.br/sites/default/files/documentos/ata_do_conselho_dos_atletas_-_2017_-_janeiro_0.pdf>. Acesso em: 08 06 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Relatório Geral – Ano Base 2017**, 2017d. Disponível em: <http://cbdvd.org.br/sites/default/files/documentos/relatorio_geral_-_cbdvd_2017.pdf>. Acesso em: 08 06 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Ata da assembleia geral ordinária da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDV**, 2017e. Disponível em <http://cbdvd.org.br/sites/default/files/documentos/ata_-_reuniao_geral_ordinaria_0.pdf>. Acesso em: 23 06 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Regulamento 2017 Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos**, 2017f.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Regulamento de secção de passagens aéreas**, 2017g.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **Resultados**, 2017h. Disponível em: <<http://cbdvd.org.br/eventos/resultados>>. Acesso em: 25 04 18

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DEPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS. CBDV. **CBDV e Infraero renovam por mais um ano o patrocínio ao judô paralímpico**, 2018. Disponível em <<http://cbdvd.org.br/noticia/cbdvd-e-infraero-renovam-por-mais-um-ano-patrocinio-ao-judo-paralimpico>>. Acesso em: 23 05 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **CBJ e Confederação de Desportos de Deficientes Visuais se reúnem no Rio**, 2012. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/2736/cbj-e-confederacao-de-desportos-de-deficientes-visuais-se-reunem-no-rio.html>>. Acesso em: 06 06 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **Zempo chega a marca de cinco mil atletas cadastrados**, 2013. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/3111/zempo-chega-a-marca-de-cinco-mil-atletas-cadastrados.html>>. Acesso em: 23 05 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **FIJ e IBSA assinam acordo de cooperação**, 2014. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/4285/fij-e-ibsa-assinam-acordo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em: 23 04 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **Estatuto**, 2017a. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/estatuto/174538130717estatuto---10.06.2017.pdf>>. Acesso em: 23 04 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **Silvio Acácio Borges é eleito presidente da CBJ para o quadriênio 2017-2021**, 2017b. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/6024/silvio-ac%C3%A1cio-borges-%C3%A9-eleito-presidente-da-cbj-para-o-quadri%C3%AAnio-2017-2021.html>>. Acesso em: 08 06 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **Olímpico**, 2018a. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/olimpico/>>. Acesso em: 06 06 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. CBJ. **História do Judô**, 2018b. Disponível em: <http://www.cbj.com.br/historia_do_judo/>. Acesso em: 06 06 2018.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. CONFED. **Registrados**, 2018. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/confef/registrados/>>. Acesso em: 06 06 2018.

CÔTÉ, J.; SALMELA, J.; TRUDEL, P.; BARIA, A.; RUSSEL, S. The coaching model: A grounded assessment of expert gymnasticcoaches' knowledge. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, 17, 1-17, mar. 1995.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, T. **Sistemas, organizações & métodos: estudos integrados das novas tecnologias de informação**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, A. A. C.; ROCCO JUNIOR, A. J. O modelo de gestão da Federação de Surfe do Estado do Rio de Janeiro: uma visão crítica *in*: ROCCO JÚNIOR, Ary José *et al.* **Ensaio sobre Gestão do Esporte: reflexões e contribuições**. Sarapuí, SP: OJM, 2015. 225 p.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DAFT. R. **Organizationtheoryand design**. 10.ed. Mason, OH: South-Western, Cengage Learning, 2010.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M. SHIBLI, S. A Conceptual Framework for Analyzing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. **European Management Quarterly**, v.6, n. 2, p. 185-215, jun. 2006.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M. SHIBLI, S.; BINGHAM, J. Explaininginternational sportingsuccess: aninternationalcomparisonof elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, v.12, n. 3, p. 113-136, 2009.

DIGEL, H. The contextoftalentidentificationandpromotion: a comparisonofnations. **New Studies in Athletics**, v. 17, n.3/4, p.13-26, 2002.

DIGEL, H.Burk, V; FAHRNER, M. **High-performance sport. Aninternational comparison** (Vol. 9). Weilheim/ Teck, Tübingen: Bräuer, 2006.

DURIEUX, A. **O processo de empresarização do voleibol catarinense**. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE JUDÔ. FGJ. **Regulamento para eventos oficiais da FGJ – 2017**. Disponível em: <http://www.judors.com.br/wp-content/uploads/2017/01/regulamento-eventos-oficiais-fgj-2017_2.pdf>. Acesso em: 12 03 18.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ. FPJ. **Estatuto 2017**. Disponível em: <<http://www.fpj.com.br/novo2016/wp-content/uploads/2018/09/ESTATUTO-FPJ-2017-445337-watermark.pdf>>. Acesso em: 30 05 18.

FERRAND, A.; MCCARTHY, S. **Marketing the sports organisation: building networks and relationships**. London; New York: Routledge, 2008.

FERREIRA, R. **Políticaspara o Esporte de Alto Rendimento – Estudo Comparativo de alguns Sistemas Esportivos Nacionais visando um Contributo para o Brasil**. São Paulo, 2007.

FORSTER, J. Global sports organizations and their governance. **Emerald Group Publishing Limited**, vol 6, n.1, p. 72-83, 2006.

GOMEZ, S.; OPAZO, M.; MARTÍ, C. CARACTERÍSTICAS STRUCTURALES DE LAS ORGANIZACIONES DEPORTIVAS, **IESE Business School**, Universidad de Navarra, DI n. 704, Sep 2007.

GREEN, M.; COLLINS, S. Policy, Politicsand Path Dependency: Sport Development in Australia and Finland. **Sport Management Review**, v. 11, n. 3, p.225-251, 2008.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite Sport development systems and playing towin: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, v. 20, n. 4, p. 247-267, 2001.

GUITTI, V. da S.; BASTOS, F. de C. Estrutura organizacional e perfil do gestor de equipes participantes da liga de basquete feminino (LBF) 2011/2012. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 53-75, jul./dez., 2013.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2004.

HOULIHAN, B.; GREEN, M. **Comparative elite sport development: systems, structures and public policy**. Burlington: Elsevier, 2008.

INFRAERO. **A Infraero e o Judô**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/judo/a-infraero-e-o-judo/>>. Acesso em: 05 03 18.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **População residente, por tipo de deficiência permanente**, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=destaques>>. Acesso em: 07 06 2018.

INSTITUTO LUIZ BRAILLE DO ESPIRITO SANTO. ILBES. **Serviços**, 2018. Disponível em: <<http://institutoluizbraille.wixsite.com/ilbes/servi-os>>. Acesso em: 23 04 2018.

INSTITUTO SUL MATOGROSSENSE PARA CEGOS FLORIANO VARGAS. ISMAC. **Judô**, 2018. Disponível em: <<http://www.ismac.org.br/conteudo/30/judo>>. Acesso em: 23 04 2018.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMITE. IPC. **All-time Paralympic Games medalsstandings – judô**, 2017a. Disponível em <<https://www.paralympic.org/sdms/hira/web/medalStandings/type/summer/judo>>. Acesso em: 23 04 2017.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMITE. IPC. **IPC operational structure**, 2017b. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/the-ipc/operational-structure>>. Acesso em: 23 04 2018.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMITE. IPC. **IPC historical result sarchive**, 2018a. Disponível em <<https://www.paralympic.org/sdms/hira/web>>. Acesso em: 23 04 2018.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMITE. IPC. **Judo at the Rio 2016 Paralympic Games**, 2018b. Disponível em <<https://www.paralympic.org/sdms/hira/web/competition/rio-2016/judo>>. Acesso em: 23 04 2018.

JONES, G. **Teoria das organizações**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

KANO, J. **Judô kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.

MADURO, L. A. R. **A formação e a sua influência no papel do treinador de Judô no planejamento dos treinos e nas competições.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto FADEUP, Porto, 2011.

MARONI, F.; MENDES, D.; BASTOS, F. Gestão do voleibol no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 24(2), 239-248, 2010.

MARQUES, R. F. R.; DUARTE, E, GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, J. J. G. de; MENEZES, R. P, Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, Out-Dez, 2013.

MARQUES, R. F. R.; DUARTE, E, GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, J. J. G. de; MIRANDA, T. J. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, 365-77, out./dez. 2009.

MASTRO, J. V.; PEARSON, S. K. **US blind judô team: a brief history.** Palestra, Summer 2002, p. 22+. Academic One File. Disponível em: <<http://go-galegroup.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA92026889&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 07 06 2018.

MAZZEI, L. C. **Judô de alto rendimento: fatores organizacionais que influenciam o sucesso esportivo internacional,** 2016. 166f, Tese (Doutorado em Biodinâmica do Movimento Humano) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAZZEI, L. C., BARROS, J. A. Gestão de federações esportivas. In MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. da C. (Eds.). **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas** (pp. 65–90). São Paulo: Ícone, 2012.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. da C. **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas.** São Paulo: Ícone, 2012.

MAZZEI, L. C.; VIEIRA, D. E. de B.; SILVA NETO, A. M. da S.; BASTOS, F. da C. Gestão da confederação brasileira de judô um estudo de caso, **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 2, n. 1, 2012.

MAZZEI, L.C.; NASSIF, V.M. A cultura organizacional na gestão do esporte: um estudo sobre uma federação esportiva. **REUNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil, v.18, n.4, p. 93-110, Out.- Dez. 2013.

MEIRA, T.B; BASTOS, F.C.; BÖHME M.T.S. Análise da estrutura e organização esportiva da natação no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**.v.29, p.583-600, 2015.

MEIRA, T.B; BASTOS, F.C.; BÖHME M.T.S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v.26, p.251-62, 2012.

MEIRA, T.B.; BASTOS, F.C. Estrutura organizacional esportiva. In: BÖHME, M.T.S. (Org.). **Esporte infanto-juvenil: treinamento a longo prazo - talento esportivo**. São Paulo: Phorte, 2011.

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações**. 2.ed. São Paulo: Atlas 2012.

MORSE, J. M. Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. **Nursing Research**, v.40, n.1, p. 120-123, 1991.

OHLENKAMP, N. **Coaching judo for blind athletes**. Disponível em: <<http://judoinfo.com/vicoach/>> Acesso em: 22 06 2017.

PACIOREK, M. J. Esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

PAPADIMITRIOU, D. Conceptualizing effectiveness in a non-profit organizational environment: Na exploratory study. **The International Journal of Public Sector Management**. v.20, iss:7, p.571 -587, 2007.

PARA-SPLISS. **Para-Sport Policy factors Leading to International Sporting Success (Para-SPLISS)**. Disponível em <<http://www.vub.ac.be/SBMA/sites/default/files/PARA%20SPPLISS%20%20Pager.pdf>>. Acesso em: 25 06 2017.

PARSON, A.; WINCKLER, C. In: MELLO, M.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. Belo Horizonte: Atheneu, 2012.

PEDERSEN, P.; PARKS, J.; QUARTERMAN, J.; THIBAUT, L. **Contemporary Sports Management**. 4. ed. Human Kinetics, 2011.

PEREIRA JUNIOR, D.; KEHDI, P.; MOSSMANN, K. **O legado Paulista ao Esporte Paralímpico**. São Paulo: Auréa, 2016.

PERES, L.; LOVISOLO, H. Formação Esportiva: Teoria e Visões do Atleta de Elite no Brasil. **Revista de Educação Física/UEM**, v.17, n.2, p. 211-218, 2006.

PERROW, C. A society of organizations. **Theory and Society**. v. 20, n.6, p.725-762. 1991.

PIZZOLATO, E. **Profissionalização de Organizações Esportivas: Estudo de caso do Voleibol Brasileiro**. (2004), 125f. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica PUC-RJ, Departamento de Administração, 2004.

PROJETO REFERÊNCIAS. Disponível em: <<http://referenciasbi.nuvem.ufrgs.br/site-referencias/>>. Acesso em: 25 06 2017.

RAMOS FILHO, L. A.; FERREIRA, M.P., a reestruturação da confederação brasileira de atletismo na gestão 2013 a 2016. In: XVIII SEMEAD, Seminários em Administração, **Anais...** nov., 2015.

RIBEIRO, M. A. S. **Modelos de governança e organizações esportivas: uma análise das federações e confederações esportivas brasileiras.** (2012) 136 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2012.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional.** 11.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SÃO PAULO. **Centro de treinamento paraolímpico permanece sob gestão do CPB.** Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/centro-de-treinamento-paraolimpico-fica-por-mais-cinco-anos-sob-gestao-do-cpb/>>. Acesso em: 08 06 2018.

SCHEMPP, P.; McCULLICK, B.; SANNEN MASON, I. The development of expert coaching. In: JONES, R. (Org.). **The sports coach as an educator: reconceptualizing sports coaching.** Oxon: Routledge, 2006.

SLACK, T. **Understanding Sport Organizations: The Application of Organization Theory.** Champaign, IL: Human Kinetics, 1997.

SOTIRIADOU, K.; SHILBURY, D. Australian Elite Athlete Development: An Organizational Perspective. **Sport Management Review**, v.12, n.3, pp 137– 148, 2009.

SOTIRIADOU, P.; GROWTHORP L.; DE BOSSCHER, V. Elite sport culture and policy interrelationships: the case of Sprint Canoe in Australia. **Leisure Studies**, v. 33, n. 6, p. 598-617, 2013.

SOUZA, D. L.; SILVA, M. M.; MOREIRA, T.S. O perfil da produção científica online em português relacionada às modalidades olímpicas e paralímpicas. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.22, n.4, 1105-1120, out/dez de 2016.

SPORTS POLICY FACTORS LEADING TO INTERNATIONAL SPORTING SUCCESS, **SPLISS.** Disponível em: <<http://www.elitesportconference.com/about-spliss.html>>. Acesso em: 23 04 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TCU. **Relatório de Auditoria Esporte de Alto Rendimento, 2016.** Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inLine=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284CABD6FA2>> Acesso em: 23 04 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, TCU. **Consolidação das Auditorias realizadas no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada destinada a verificar a aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva), 2010.** Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d32313638363130&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>>. Acesso em: 10 06 2018.

TRUYENS, J.; DE BOSSCHER, V; HEYNDELS, B.; WESTERBEEK, H. A resource-based perspective on countries competitive advantage in elite athletics. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 6, n. 3, p. 459-489, 2014.

UNIVERSO ONLINE. UOL. **TCU vê irregularidades graves em 61% da verba pública para esporte olímpico**. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/2016/12/08/tcu-encontra-irregularidade-em-mais-de-60-da-verba-para-esporte-olimpico.htm>>. Acesso em: 10 06 2018.

VIEIRA, C. de S.; SOUZA JUNIOR, W. R. **Judô paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 31p. il.

WINNICK, J.P. Introdução à educação física e esportes adaptados. In: WINNICK, J.P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.3-19.

ZEMPO. **Plataforma Zempo**, 2018. Disponível em: <<https://zempo.com.br/portal/>> Acesso em: 06 05 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Data:

Idade:

Sexo: () masculino () feminino

Cidade/Estado:

- 1) Como é a estrutura da CBDV?
- 2) Qual a relação da CBDV com o CPB?
- 3) Qual a relação da CBDV com a CBJ?
- 4) Qual a relação da CBDV com as Entidades filiadas e reconhecidas?
- 5) Quais são e como são as competições de judô paralímpico nacionais?
- 6) Como é formada a arbitragem do judô paralímpico?
- 7) Como ocorre a iniciação no judô paralímpico?
- 8) Como são os patrocínios no judô paralímpico?
- 9) Como o Brasil atingiu uma posição de destaque no judô paralímpico internacionalmente?
- 10) Gostaria de falar sobre algum assunto que não tenha sido abordado?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Vocês estão sendo convidados(as) a responder um questionário sobre a Estrutura Organizacional do Judô Paralímpico Brasileiro. Ao responder este questionário, on-line, você estará contribuindo para a promoção de uma gestão mais profissional e eficiente das entidades envolvidas no judô paralímpico brasileiro. Esta pesquisa conta com o apoio da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV).

Garantimos o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato.

Para obter qualquer informação e esclarecer dúvidas, você poderá entrar em contato com a equipe responsável pelo questionário pelo e-mail: gustavo.schumacher@ufrgs.br.

Ao pressionar o botão “PREENCHER FORMULÁRIO”, declaro que fui informado sobre todos os procedimentos e estou de acordo com os mesmos.

*Obrigatório

Caracterização da Entidade

Nome da Entidade: _____

Cidade/Estado:* _____

Caracterização do Respondente

Cargo/Função na Entidade:* _____

Idade:* _____

Sexo* () Masculino () Feminino

Naturalidade (Cidade/Estado):* _____

Escolaridade:* *Marcar apenas uma.*

- () Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
- () Ensino Fundamental (1º Grau) Completo
- () Ensino Médio (2º Grau) Incompleto
- () Ensino Médio (2º Grau) Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Mestrado Ou Doutorado

Pratica ou já praticou judô?* () Sim () Não

Classificação oftalmológica:* () B1 () B2 () B3 () Vidente

Atua há quantos anos como Gestor da Entidade?* _____

Quais das seguintes entidades já ofereceram treinamentos, cursos ou qualificações a você, como Gestor de Entidade?* *Marque todas que se aplicam.*

- () Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
- () Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV)
- () Sua Entidade
- () Outro: _____

Dos treinamentos, cursos ou qualificações oferecidas, de quais destas entidades você já participou?*
Marque todas que se aplicam.

- () Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
 () Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV)
 () Sua Entidade
 () Outro: _____

Você é remunerado como Gestor da sua Entidade?* () Sim () Não

Estrutura Organizacional da Entidade

A sua Entidade é exclusivamente de judô?* () Sim () Não

A sua Entidade é exclusivamente esportiva?* () Sim () Não

A sua Entidade representa apenas esportes paralímpicos?* () Sim () Não

A sua Entidade é exclusivamente para deficientes visuais?* () Sim () Não

Quantos esportes a sua Entidade oferece aos seus associados?* _____

A sua Entidade possui quantos associados?* _____

A sua entidade possui quantos atletas de judô paralímpico?* _____

São fontes de receita da sua Entidade?* *Marque todas que se aplicam.*

- () Mensalidade/anuidade de associados
 () Mensalidade/anuidade de atletas
 () Eventos/campanhas
 () Doações
 () Incentivos Públicos
 () Incentivos Privados

Quais são os interesses da sua Entidade na prática de judô paralímpico?* *Marque todas que se aplicam.*

- () Reabilitação
 () Inclusão social Lazer
 () Alto rendimento

Outro: _____

Qual o foco principal da sua Entidade na prática de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- () Reabilitação
 () Inclusão social
 () Lazer
 () Alto rendimento
 () Outro: _____

A sua Entidade possui um investimento anual destinado para o judô paralímpico*?

- () Sim () Não

A sua Entidade possui resultados e metas anuais claramente estabelecidas para o judô paralímpico*?

- () Sim () Não

A sua Entidade busca em escolas novos alunos deficientes visuais para a prática de judô paralímpico?* () Sim () Não

Em quantas escolas sua entidade recruta alunos deficientes visuais para a prática de judô paralímpico?* _____

A captação de novos atletas para o judô paralímpico é responsabilidade:* *Marcar apenas uma.*

- () Da Entidade do Técnico
 () Da Entidade e do Técnico
 () Não existem responsáveis por isso na Entidade
 () Outro: _____

Os treinamentos de judô paralímpico da sua Entidade são realizados:* *Marcar apenas uma.*

- () Na sede da sua Entidade
 () Em uma escola
 () Em uma Universidade
 () Em um clube
 () Em um espaço cedido pelo seu Município
 () Em um espaço cedido pelo seu Estado
 () Outro: _____

Os treinamentos de judô paralímpico da sua Entidade são exclusivos para atletas deficientes visuais?* () Sim () Não

Quantos atletas deficientes visuais participam dos treinamentos de judô da sua Entidade?*

A sua Entidade possui atletas de outros clubes e/ou academias de judô?* () Sim () Não

Quantos clubes e/ou academias de judô cedem atletas para competir por sua Entidade?*

Sua Entidade possui atletas de judô paralímpico competindo em quais destes níveis?* *Marque todas que se aplicam.*

- () Escolar
 () Iniciante
 () Adulto
 () Seleção Brasileira de Novos
 () Seleção Brasileira
 () Outro: _____

Quais são os serviços oferecidos pela sua Entidade aos atletas de judô paralímpico? *Marque todas que se aplicam.*

- () Alimentação
 () Alojamento/hospedagem/moradia
 () Transporte
 () Passagens para competições
 () Material esportivo (quimonos, faixas etc.)
 () Uniforme (Camiseta, abrigo)
 () Testes e avaliação física
 () Uniforme (Camiseta, abrigo)
 () Fisioterapia
 () Nutricionista
 () Oftalmologista
 () Assistência médica
 () Assistência psicológica
 () Nenhum desses
 () Outro: _____

O técnico de judô paralímpico da sua Entidade possui qual graduação no judô (faixa)?*

- () Faixa Preta () Faixa Marrom () Não sei () Outro:

O técnico de judô paralímpico da sua Entidade possui formação em Educação Física?*

- () Sim () Não () Não sei

O técnico de judô paralímpico da sua Entidade está vinculado ao Conselho Regional de Educação Física?* Sim Não Não sei

O técnico de judô paralímpico da sua Entidade é remunerado?* Sim Não

Na sua entidade, o técnico de judô paralímpico participa das tomadas de decisões referentes à modalidade?* Sempre Nunca Às vezes Não sei

Na sua entidade, o atleta de judô paralímpico participa das tomadas de decisões referentes à modalidade?* Sempre Nunca Às vezes Não sei

Como Gestor, você participa das tomadas de decisões referente ao judô paralímpico?
 Sempre Nunca Às vezes

A sua Entidade interfere nas tomadas de decisões do técnico de judô paralímpico?
 Sempre Nunca Às vezes

A sua entidade promove competições de judô paralímpico?* Sim Não

Os atletas da sua Entidade, além das competições de judô paralímpico, participam das competições de judô regular (Olímpico)?* Sim Não Não sei

A sua Entidade possui quantos funcionários?* _____

A sua Entidade possui cargos remunerados?* Sim Não

Quantos? _____

A sua Entidade possui funcionários com vínculos empregatícios?* Sim Não

Quantos? _____

A sua Entidade possui atletas do judô paralímpico no quadro de funcionários?* Sim Não

Na sua Entidade os funcionários possuem:* Função específica Múltiplas funções (desempenham mais de uma função)

Como você avalia a sua comunicação com o técnico de judô paralímpico da sua Entidade?* Satisfatória Insatisfatória Inexistente

Como é feito o contato com o técnico de judô paralímpico. *Marque todas que se aplicam.*

- Reuniões
- Relatórios
- E-mails
- Telefone (ligações, WhatsApp)
- Recados por terceiros
- Visitas (sede da entidade e local de treinamento)
- Não é feito

Como você avalia a sua comunicação com os atletas de judô paralímpico da sua Entidade?* Satisfatória Insatisfatória Inexistente

Os funcionários da sua Entidade possuem formação profissional relacionada às funções que exercem na mesma.* Sim Não Não sei

A sua Entidade possui uma Assembleia Geral?* Sim Não Não sei

Quais cargos são eleitos na sua Entidade pela Assembleia Geral?* _____

A sua Entidade possui Conselho Fiscal?* Sim Não Não sei

A sua entidade possui um modelo de organograma?* Sim Não Não sei

Como você avalia a gestão da sua Entidade?*

Amadora Em transição (de amadora para profissional) Profissional

Powered by



APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS TÉCNICOS

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Você está sendo convidado(a) a responder um questionário sobre a Estrutura Organizacional do Judô Paralímpico Brasileiro. Ao responder este questionário, on-line, você estará contribuindo para a promoção de uma gestão mais profissional e eficiente das entidades envolvidas no judô paralímpico brasileiro.

Garantimos o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato.

Para obter qualquer informação e esclarecer dúvidas, você poderá entrar em contato com a equipe responsável pelo questionário pelo e-mail gustavo.schumacher@ufrgs.br.

Ao pressionar o botão “PREENCHER FORMULÁRIO”, declaro que fui informado sobre todos os procedimentos e estou de acordo com os mesmos.

*Obrigatório

Caracterização dos respondentes

Idade: * _____

Sexo: * () Masculino () Feminino

Naturalidade (cidade/estado): * _____

Escolaridade: * *Marcar apenas uma.*

- () Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
- () Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- () Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- () Ensino Médio (2º grau) Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Mestrado ou Doutorado

Qual a sua Entidade de judô paralímpico? * _____

Qual a sua graduação no judô? * () Faixa Preta () Faixa Marrom () Outro: _____

Qual seu DAN no judô? * _____

Possui formação em Educação Física? * *Marcar apenas uma.*

- () Provisionado
- () Bacharelado
- () Licenciado
- () Formação Plena
- () Não possui

Você atua como técnico de judô: * () Paralímpico () Olímpico () Ambos

Você atua há quantos anos como técnico de judô paralímpico? * _____

Você, como técnico de judô paralímpico, participou de algum treinamento, curso ou qualificação, organizado pela sua Entidade para atender aos atletas deficientes visuais? * () Sim () Não

Você como técnico de judô paralímpico, participou de algum treinamento, curso ou qualificação, organizado pela Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) para atender aos atletas deficientes visuais?* () Sim () Não

Você como técnico de judô paralímpico, participou de algum treinamento, curso ou qualificação, organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para atender aos atletas deficientes visuais?* () Sim () Não

Você é remunerado como técnico pela sua Entidade de judô paralímpico?* () Sim () Não

Possui vínculo empregatício com a sua Entidade de judô paralímpico?* () Sim () Não

A sua Entidade de judô paralímpico exige quais qualificações para o cargo de técnico de judô paralímpico? *Marque todas que se aplicam.**

- () Não fez nenhuma exigência
- () Faixa preta de judô
- () Formação em Educação Física
- () Filiação ao Conselho Regional de Educação Física
- () Outro: _____

Onde você treina sua equipe de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- () Na sede da sua Entidade de judô paralímpico
- () Em uma escola
- () Em uma Universidade
- () Em um clube
- () Em um espaço cedido pelo seu Município
- () Em um espaço cedido pelo seu Estado
- () Outro: _____

Os treinamentos de judô paralímpico da sua Entidade são exclusivos para atletas deficientes visuais?* () Sim () Não

Quantos atletas deficientes visuais participam dos seus treinamentos?* _____

A sua Entidade possui atletas de outros clubes e/ou academias de judô?*

- () Sim () Não

Quantos clubes e/ou academias de judô cedem atletas para sua Entidade?* _____

A sua Entidade é responsável pela captação de novos atletas para o judô paralímpico?*

- () Sim () Não

Quais são os serviços oferecidos pela sua Entidade aos atletas de judô paralímpico? * *Marque todas que se aplicam.*

- () Alimentação
- () Alojamento/hospedagem/moradia
- () Transporte
- () Passagens para competições
- () Material esportivo (quimonos, faixas, etc.)
- () Uniforme (camiseta, abrigo, etc.)
- () Testes e avaliações físicas
- () Fisioterapia
- () Nutricionista
- () Oftalmologista
- () Assistência Médica
- () Nenhum destes
- () Outro: _____

Os atletas da sua Entidade, além das competições de judô paralímpico, participam das competições de judô regular? Sim Não

A sua Entidade possui um investimento anual destinado para o judô paralímpico?* Sim Não

Quais são os interesses da Entidade na prática de judô paralímpico? Assinale uma ou mais sentenças.* *Marque todas que se aplicam.*

- Reabilitação
 Inclusão social
 Lazer
 Alto rendimento
 Outro:

Qual o foco principal da Entidade na prática de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- Reabilitação
 Inclusão social
 Lazer
 Alto rendimento
 Outro: _____

Você possui atletas de judô paralímpico competindo em quais destes níveis?* *Marque todas que se aplicam.*

- Escolar
 Iniciante
 Adulto
 Seleção Brasileira de Novos
 Seleção Brasileira

Como técnico de judô paralímpico você atuou em quais destes eventos.* *Marque todas que se aplicam.*

- Campeonatos paradesportivos escolares estaduais
 Campeonatos paradesportivos estaduais
 Paralimpíadas Escolares
 Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos
 Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos
 Outro: _____

Como técnico de judô paralímpico, você participa das tomadas de decisões referentes à modalidade junto à sua Entidade?* Sempre Nunca Às vezes

Você, como técnico, já participou das tomadas de decisões referentes ao judô paralímpico em nível nacional?* Sim Não

Seus atletas de judô paralímpico participam das tomadas de decisões referentes à modalidade junto a sua entidade? * Sempre Nunca Às vezes Não sei

Como técnico de judô paralímpico, você já foi solicitado pela sua Entidade a executar alguma atividade que não compete com as suas responsabilidades?* Sim Não

A sua Entidade interfere nas tomadas de decisão do técnico de judô paralímpico?*. Sempre Nunca Às vezes

Em sua maioria, os funcionários da sua Entidade possuem formação profissional relacionada às funções que exercem na mesma?* Sim Não Não sei

A quem você se reporta na sua Entidade para tratar dos assuntos do judô paralímpico?_____

Como você avalia a gestão de sua Entidade de judô paralímpico? *Marcar apenas uma.*
() Amadora () Em transição (da amadora para a profissional) () Profissional

Powered by



APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS ATLETAS

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Você está sendo convidado(a) a responder um questionário sobre a Estrutura Organizacional do Judô Paralímpico Brasileiro. Ao responder este questionário, on-line, você estará contribuindo para a promoção de uma gestão mais profissional e eficiente das entidades envolvidas no judô paralímpico brasileiro.

Garantimos o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato.

Para obter qualquer informação e esclarecer dúvidas, você poderá entrar em contato com a equipe responsável pelo questionário pelo e-mail gustavo.schumacher@ufrgs.br. Ao pressionar o botão “PREENCHER FORMULÁRIO”, declaro que fui informado sobre todos os procedimentos e estou de acordo com os mesmos.

*Obrigatório

Caracterização da Entidade:

Qual a sua Entidade de judô paralímpico?* _____

Localidade da sua Entidade de judô paralímpico (cidade/estado)?* _____

Caracterização do Respondente:

Quantos anos você tem?* _____

Qual seu sexo? () Masculino () Feminino

Naturalidade (cidade/estado):* _____

Escolaridade* *Marcar apenas uma.*

- () Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto
- () Fundamental (1º Grau) Completo
- () Ensino Médio (2º Grau) Incompleto
- () Ensino Médio (2º Grau) Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Mestrado Ou Doutorado

Com que idade você começou a praticar judô paralímpico?* _____

Qual sua graduação (faixa) no judô paralímpico?* _____

Qual a sua classificação oftalmológica?* () B1 () B2 () B3

Você treina judô: * *Marcar apenas uma.*

- () Apenas com atletas deficientes visuais
- () Apenas com atletas videntes
- () Com atletas deficientes visuais e atletas videntes

Quantos atletas deficientes visuais treinam com você?* _____

Você treina Judô na sede da sua entidade de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- () Sim () Não () Às vezes

Você teve acesso ao judô paralímpico na sua escola?* *Marcar apenas uma.*

Sim Não

Qual a graduação (faixa) do técnico da sua Entidade de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

Faixa preta Faixa marrom Outro: _____

O técnico da sua Entidade é formado em Educação Física?* *Marcar apenas uma.*

Sim Não Não sei

Em quais destes eventos você já atuou como atleta de judô paralímpico?* *Marque todas que se aplicam.*

- Campeonatos paradesportivos escolares estaduais
- Campeonatos paradesportivos estaduais
- Paralímpiadas Escolares
- Grand Prix INFRAERO de Judô para Cegos
- Grand Prix Internacional INFRAERO de Judô para Cegos
- Jogos Parapan Americanos de Jovens
- Jogos Parapan Americanos
- Jogos Paralímpicos Universitários
- Copa do Mundo IBSA de Judô
- Jogos Paralímpicos

Em quais destes níveis você já competiu como atleta de judô paralímpico?* *Marque todas que se aplicam.*

- Escolar
- Iniciante
- Adulto
- Seleção Brasileira de Novos
- Seleção Brasileira
- Outro: _____

Você já deixou de participar de alguma competição de judô paralímpico por problemas financeiros?* *Marcar apenas uma.* Sim Não

Quais destes serviços são oferecidos pela sua Entidade de judô paralímpico a você?* *Marque todas que se aplicam.*

- Alimentação
- Alojamento/hospedagem/moradia
- Transporte
- Passagens para competições
- Material esportivo (quimonos, faixas, etc.)
- Uniforme (camiseta, abrigo, etc.)
- Testes e avaliações físicas
- Fisioterapia
- Nutricionista
- Oftalmologista
- Assistência Médica
- Nenhuma destes
- Outro: _____

Você é filiado a alguma federação de judô?* Sim Não

Você participa de competições no judô regular?* Sim Não

Qual sua Entidade/clube/Academia no judô regular?* _____

Você participou de alguma competição de judô regular neste ano?*

Sim Não

Qual entidade possuiu o papel mais importante no seu ingresso ao judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- A sua entidade de judô paralímpico
 A sua entidade de judô regular
 Outro: _____

Qual entidade possui o papel mais importante na sua permanência no judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- A sua entidade de judô paralímpico
 A sua entidade de judô regular
 Outro: _____

Você participa das tomadas de decisões referentes ao judô paralímpico junto à sua Entidade?*

- Sempre Nunca Às vezes

Você já participou das tomadas de decisões referentes ao judô paralímpico em nível nacional?*

- Sim Não

Os atletas possuem representantes que participam das tomadas de decisões dentro das entidades nacionais responsáveis pelo judô paralímpico?* Sim Não Desconheço

Você possui algum cargo ou presta serviço a sua Entidade de judô paralímpico?*

- Sim Não

Com quem você trata sobre os assuntos referentes à Entidade de judô paralímpico?* *Marcar apenas uma.*

- Diretor esportivo
 Vice-Presidente
 Secretário da Entidade
 Técnico de judô
 Presidente da Entidade
 Coordenador do Judô
 Outro:

Como você avalia a gestão da sua entidade de judô paralímpico? *Marcar apenas uma.*

- Profissional Amadora Em transição (da profissional para amadora)

Powered by

 Google Forms